

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS:** =====

===== Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 17 horas e 40 minutos, reuniu, em **Sessão Ordinária**, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro** - Oliveira de Azeméis, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho: =====

1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====
2. **Informações Gerais;** =====
3. **Período de Antes da Ordem do Dia;** =====
4. **Ordem do Dia;** =====
5. **Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para am.azemeis@cm-oaz.pt dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 11 - Sessão da Assembleia Municipal de 25-09-2023 - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Mapa de Pessoal para o ano 2024 (I/67579/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto quatro:** - Documentos Previsionais I/67307/2023: =====
 ===== - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2024; - Aprovação; -----
 ===== - Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2; - Autorização / Aprovação; =====

===== **Ponto cinco:** - Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2024 (I/66422/2023); =====

=====**Ponto seis:** - *Definição da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano 2024 (I/66430/2023);*=====

=====**Ponto sete:** - *Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2024 (I/66461/2023);*=====

=====**Ponto oito:** - *Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2024 (I/66455/2023);*=====

=====**Ponto nove:** - *Aditamento ao Contrato Promessa de Doação de Bens Imóveis sob condição (I/67048/2023) - Aprovação;*=====

=====**Ponto dez:** - *Auto que concretiza a transferência de competências no domínio da saúde (I/67564/2023) - Autorização;*=====

=====**Ponto onze:** - *Passeio Sénior realizado em 2023, Atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesia de Cucujães, São Roque, Carregosa, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/67341/2023) - Autorização;*=====

=====**Ponto doze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - referente à execução do investimento aprovado no âmbito da candidatura ao PDR2020 - 10216-097303 - Criação de Percursos: Rota das Alminhas em Macieira de Sarnes (I/66821/2023) - Autorização;*=====

=====**Ponto treze:** - *Revogação de protocolo de cedência de instalações - Escola Básica n.º 1 do Coto - Fajões - celebrado com - a Junta de Freguesia de Fajões (I/57083/2023) - Autorização;*=====

=====**Ponto catorze:** - *Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de S. Roque para a realização da “Conferência Anual de Inovação Empresarial” (I/60721/2023) - Aprovação;*=====

=====**Ponto quinze:** - *Aquisição de 9 viaturas elétricas, 9 lugares com plataforma elevatória (Proc. 110/23) (I/62187/2023) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Aprovação;*=====

=====**Ponto dezasseis:** - *Processo nº 17/2023 - Concessão/atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade (I/56811/2023) - Adjudicação / Autorização;*=====

===== **Ponto dezassete:** - *Aquisição de serviços para elaboração de projetos para requalificação de arruamentos existentes em Nogueira do Cravo - P1 e Oliveira de Azeméis - P2 St.º António (Proc. 126/23 - PI/8440/2023) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Aprovação.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** *Jéssica Filipa da Silva Pires, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Constança Correia de Melo, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.* =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** *Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, Maritza Gonçalves Valente, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Ana Rita Gomes Costa, António Ilídio Martins Godinho, Carla Susana da Silva Reis, José da Silva Queirós, Nuno Miguel Amaral da Rocha e José Rodrigues dos Santos.* =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP):** *António Pinto Moreira.* =====

===== **CHEGA (CH):** *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.):** *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC):** *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU):** *Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Jéssica Filipa da Silva Pires que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Bruno Armando Aragão Henriques; Maritza Gonçalves Valente que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira e Nuno Miguel Amaral da Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia*

da Macieira de Sarnes - Florbela Neves de Sousa, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.=====

===== **Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:** =====

===== **Presidente da Câmara:** Joaquim Jorge Ferreira; **Vereadores:** Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Hélder Martinho Valente Simões, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Vamos dar início à nossa Assembleia Municipal. Queria aproveitar para cumprimentar os colegas da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Membros da Assembleia, público, imprensa. Íamos então dar início à nossa Assembleia e começava com três informações: Primeira informação - como podem ver, a Assembleia Municipal, reconhecida pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, teve um prémio de “Boas Práticas” no âmbito da cidadania. Da mesma forma que quando tivemos aqui o prémio cidadania, as pessoas acolheram bem, o público acolheu bem, os próprios também, assim, nós acolhemos o reconhecimento feito a nível nacional, - é sempre saboroso, é melhor, ouvir dizer bem do que mal. Outra informação que eu queria dar: Chegou da Assembleia da República um ofício, que passo a ler: «O grupo de trabalho das freguesias, constituído no âmbito da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, analisou o processo de desagregação da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo no quadro do Procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da lei n.º 39/2021, de 24 de junho. Verificando-se a falta de alguns elementos, indispensáveis à conclusão do procedimento, convida-se V. Exa. a promover o aperfeiçoamento desta proposta, através da remessa, no prazo máximo de 30 dias, dos seguintes documentos: Mapa à escala 1:25 000 da área da nova freguesia; Mapa à escala 1:25 000 das freguesias de origem, indicando as alterações a introduzir no respetivo território; Projeções orçamentais, no mínimo a dois anos, para as freguesias a criar; Última conta de gerência da União das freguesias, que serviu de base, juntamente com outros elementos informativos, para elaborar aquelas projeções orçamentais» Bom, este documento foi endossado à Junta e à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. O Senhor Presidente de Junta de Freguesia e o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, estão a tratar do assunto. Portanto, dou-vos nota que, este documento entrou, está a ser trabalhado, há aqui elementos que os serviços podem recolher, mas as projeções orçamentais e a última conta de gerência, naturalmente que tem de ser a União de Freguesias a tratar. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel José Soares - Primeiro Secretário**, para apresentar um voto de louvor à Escola Livre de Azeméis (ELA). Voto de Reconhecimento e Louvor: “A Escola Livre de Oliveira de Azeméis, fundada a 1 de dezembro de 1923, particularmente dedicada aos “Estudos Gerais, educação física, filantropia, desenho e música”, bem como a diversas modalidades desportivas, inaugurou e constituiu, à época, uma pioneira Instituição recreativa, social, cultural. Ao longo desta secular existência, a Escola Livre de Azeméis soube manter e cultivar a sua intervenção social, particularmente de âmbito desportivo, relevando as suas referências aos valores e princípios da ética desportiva que o Município de Oliveira de Azeméis regista e de que guarda boas memórias. A Escola Livre, com elevada capacidade de superação e resiliência, soube atempadamente, empreender e implementar as dinâmicas adequadas que lhe garantem uma sólida robustez, proporcionando e estimulando um oportuno e consistente rejuvenescimento de que, hoje, os seus dirigentes, associados e atletas se podem dignamente orgulhar. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, depositária e intérprete da história e sensibilidade da Comunidade Oliveirense, na sua reunião ordinária de 27 de novembro, aprovou por unanimidade um voto de reconhecimento e louvor à centenária Escola Livre de Azeméis pelos valiosos e relevantes serviços prestados ao Município de Oliveira de Azeméis.”* =====

===== *Colocado à votação o voto reconhecimento e louvor à Escola Livre de Azeméis, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a aprovação de um voto de pesar, pelo falecimento do pai do Senhor Manuel Alberto Marques Dias Pereira e pelo falecimento do pai do Senhor António Pinto Moreira, o qual foi aprovado por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes Jorge Paiva, José Bastos Leite, António Coelho e Vera Azevedo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões.* =====

===== *Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, nomeadamente o senhor Presidente da Câmara. Eu vinha aqui fazer uma intervenção relativamente à nossa região e florestas. Oliveira de Azeméis e as suas freguesias estão classificadas de minifúndio e cujos proprietários estão conectados com parcelas destinadas ao*

seu património e muitos deles como subsistência. Da floresta e não vão muitos anos tiravam a madeira para muitos deles fazerem pequenas obras nas suas moradias, retiravam os inertes que serviam para fazerem os estrumes para os campos. Tudo isso acabou graças ao poder decisório dos governantes. A modernice, só veio criar dificuldades, com que a floresta no nosso concelho e de forma geral votada ao abandono, com legislações aberrantes e por vezes de quem não conhece a floresta. O abandono, levou e ou leva à miséria, para não falar na venda de propriedades naqueles em que as posses são pouco relevantes. Os governos para colocarem travão em vez de ajudarem, criam leis duras em que só veem o interesse em altos negócios, tais como os incêndios, originando grandes negociatas em aquisição de aviões e helicópteros ou em aluguer, são milhões de euros anualmente. Para que não bastasse, criou-se no seguimento dos grandes incêndios, por imposição, legislação a obrigar os proprietários na limpeza florestal. Existem terrenos cujo valor, não dá para proceder anual ou bianual à sua manutenção. Senhor Presidente, também sei de que o seu poder enquanto Presidente da Camara, é no fundo, dar seguimento ao que foi legislado. Contudo, Senhor Presidente, nessa legislação criada recentemente, através do Decreto-Lei nº 28-A/2020 de 26 de junho e da Portaria nº 301/2020 de 24 de dezembro de 2020, na qual estabelece o seguinte: aprova a delimitação dos territórios vulneráveis com base nos critérios fixados no artigo 2º do Decreto-Lei nº 28-A/2020, de 26 de junho. Foi agora publicado o aviso nº 18593/2023, do Fundo Ambiental, em que cria o Vale Floresta. Como proprietário e contribuinte, igual a centenas de Oliveirenses, ouvi as notícias, as publicações de jornais, liguei a um departamento ligado a florestas e toca a documentar-me de acordo com o Aviso nº 18593/2023 de 27 de setembro. Tinha os BUPI em dia, dei autorização para o Fundo Ambiental cheirar a minha situação fiscal e ao nível da Segurança Social. Faltava o formulário, pasme-se a burocracia do Estado, demorou 3 semanas a publicitar. A partir daqui toca a preencher o formulário e pasme-se senhor Presidente da Camara Municipal de Oliveira de Azeméis. Fajões não é contemplado, como outras 17 freguesias do nosso concelho, só Ossela, ainda bem para os Osselenses, parabéns. A partir daqui estudei bem o que estava a ver. O concelho de Arouca, todas as freguesias contempladas, parabéns graças à Camara de Arouca que dispõe de gabinete de apoio ao proprietário e comunica. Vale de Cambra, todas as freguesias contempladas, porque o seu gabinete de apoio ao ambiente e floresta, trabalha. Sever do Vouga idem. Oliveira de Azeméis? Senhor Presidente da camara, será que na Divisão de ambiente e Florestas da Camara de Oliveira de Azeméis, ninguém pesquisa a legislação, ou só para condenar ou mandar deitar abaixo arvoredo ou outras situações. Será que ninguém lê tudo o que sai dessa matéria territorial e ninguém informa o Presidente da Camara Municipal? Será que os proprietários e contribuintes, só servem para pagar IMI, ou outros impostos derivados da floresta, nomeadamente IVA, sobre as vendas de madeira, mas que a nível de apoios, Zero. É grave demais e dou um exemplo, embora haja muitos, existe um proprietário que detém uma propriedade com cerca de 6 ha, disposta nas freguesias de Fajões, Oliveira de Azeméis e Escariz, Arouca. Pois pode apresentar a candidatura via Arouca, mas não por Oliveira de Azeméis. É de bradar aos céus Senhor Presidente. Será que quando saiu a Portaria nº 301/2020, ninguém o informou da penalização a que estariam os

proprietários/contribuintes Oliveirenses, em não terem os espaços florestais com capacidade de candidatura aos apoios? Fajões tem cerca de 70% em mancha florestal, nomeadamente pinheiro-bravo. O que faz o departamento de ambiente e Florestas municipal? Não tem vereador delegado. Grave demais o desprezo pelos Oliveirenses, mormente nas freguesias de Palmaz/Pinheiro da Bemposta, Travanca, Loureiro, Pindelo, Carregosa, Fajões e Cesar, cujas manchas florestais são mais que evidentes. Vermos os nossos vizinhos através das freguesias de Escariz, Arouca, ou de Vila Cova do Perrinho, Codal, Vila Chã, S Pedro de Castelões, a serem protegidos com medidas de apoio e nós a olhar para o ar. Gostava de ter uma resposta sucinta e esclarecedora, sobre esta medida em termos futuros. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Leite**, residente em Ossela. =====*

===== Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores, muito boa tarde. O que me traz cá é mais direcionado ao Senhor Presidente Câmara Municipal. O Senhor conhece o problema e o problema cada vez está pior. Gostava de saber meia dúzia de coisas: qual é o ponto da situação da Ponte Nova? Quais as previsões de melhoramento do açude da Ponte Nova e o pavimento em toda a volta até à Ponte dos Cadeados? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Coelho**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

===== Excelentíssimos Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores presentes e não presentes. Antes de iniciar a minha intervenção, quero saudar publicamente o Executivo por finalmente ter terminado a intervenção na Rua Professor de Leão, em Cucujães. É caso para dizer: mais vale tarde do que nunca. Senhor Presidente, passado meio ano da realização do “Mercado à Moda Antiga”, e após ter sido confirmado por si na reunião de câmara de maio, os únicos custos relacionados com a presença dos profissionais do canal público da televisão, suportados pela Autarquia foram: refeições, alojamento e segurança de todo o staff da RTP. Ao dia de hoje e a bem da transparência, pode divulgar quais foram efetivamente esses custos? Vários encarregados de educação de alunos que frequentam as escolas em Oliveira de Azeméis fizeram-nos chegar algumas indignações sobre a qualidade e quantidade das refeições servidas em algumas escolas, com particular atenção para a comida servida na Escola Soares de Basto. Senhor Presidente, tem conhecimento destas situações? O que está a Autarquia a fazer para supervisionar a comida servida aos nossos alunos? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Vera Azevedo**, residente em Cucujães. =====*

===== *Boa tarde a todos. Eu estou aqui como representante da Associação de Pais da Escola Básica e Secundária Doutor Ferreira da Silva, Cucujães. No início deste ano letivo efetuamos várias reuniões com a direção do Agrupamento, com os representantes de Pais e Encarregados de Educação. E a nossa Assembleia Geral, como toda a comunidade escolar, a preocupação transversal a todas as reuniões é a questão da requalificação do pavilhão desportivo e o parque de jogos da escola. O projeto já existe. Seria a segunda fase de requalificação da escola e não avançou. O pavilhão está degradado devido à sua idade. E o parque de jogos foi utilizado para a colocação dos contentores durante a requalificação da escola e deteriorou todo o pavimento. A prática do desporto e as atividades ao ar livre são essenciais para a saúde, tanto física como mental, dos nossos alunos. O pavilhão é uma questão que afeta toda a comunidade escolar, bem como é transversal à população da Vila de Cucujães, impactando as restantes associações e clubes que fazem a utilização do pavilhão. No plano plurianual de investimentos de 2023, verificámos que para Escola Básica e Secundária Doutor Ferreira da Silva não está previsto nenhum investimento futuro. Tendo o projeto assente em dois grandes pilares: como a educação e o desporto - Gostaríamos de saber, como está a ser tratado o assunto pela Câmara? E qual é a projeção de futuro para a sua realização?* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Cumprimentar, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os elementos da Mesa que o acompanham, cumprimentar os caros colegas de Executivo aqui presentes, cumprimentar os Senhores Deputados Municipais. Cumprimento muito especial e um abraço fraterno para os nossos Presidentes de Junta de Freguesia; cumprimentar todos os oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas, o público presente, a comunicação social. Em primeiro lugar, começar por pedir desculpa pelo atraso. Foi um atraso induzido. Todos nós tínhamos na nossa agenda coletiva às 17:30 como a hora da realização da Assembleia. Efetivamente, a hora era às 17 horas, nós chegámos atrasados cumprindo o horário que pensávamos que era o horário de realização da Assembleia Municipal. Portanto, peço desculpa pelo atraso. Também gostaria de cumprimentar toda a Assembleia Municipal e felicitar, naturalmente, a Assembleia Municipal pela distinção que tiveram ao serem referenciadas como uma Assembleia Municipal que promove boas práticas para a cidadania. Portanto, é um motivo de regozijo coletivo vermos a nossa Assembleia Municipal ser distinguida numa prática tão importante para a nossa comunidade. Em relação às intervenções: começaria pela intervenção do Senhor Jorge Paiva: Adiantou aqui um conjunto de questões, teceu um conjunto de críticas, quer ao Governo Central, quer à inação da própria Câmara Municipal. Eu não quero acreditar que o Governo Central tenha objetivos escondidos, em relação à gestão da floresta, que o leve a preferir que existam incêndios, coloque em risco pessoas e bens e, mais concretamente, até as nossas corporações de bombeiros e que tenham deliberadamente políticas*

públicas que não procurem proteger a nossa floresta, porque não tenho dúvidas nenhuma que este Governo e qualquer governo percebem a importância deste enorme e valioso património coletivo. Também acabou por citar um conjunto de legislação, mas esqueceu-se de falar da 301/2020, que era a mais importante. E devia ter tido essa oportunidade e esclarecia todos presentes e também quem nos acompanha a partir de suas casas, porque é que o Município de Oliveira de Azeméis, à semelhança de Albergaria que também só tem uma freguesia, e outros ... Não discorda com certeza de que o concelho de Albergaria tem também uma mancha florestal extensíssima. E, portanto, estamos a falar de uma Portaria que define os territórios como sendo territórios especialmente vulneráveis. É por isso que o território de Oliveira de Azeméis só tem uma freguesia, que é a freguesia de Ossela. E, como sabe, não somos nós que produzimos legislação é a Assembleia da República. E é a Assembleia da República que têm de ser pedidas essas explicações. Aquilo que nós acreditamos é que, não é por culpa dos governantes que a floresta deixou de ser utilizada como era utilizada no passado. A floresta deixou de ser rentável. A vida das pessoas em sociedade alterou-se radicalmente. Temos o fenómeno da litoralização. Temos o fenómeno de atração que as cidades exercem sobre as pessoas. É isso que acontece em todas geografias que o mundo rural, e dentro do mundo rural esta dimensão da componente florestal, tenha hoje um tratamento completamente diferente do tratamento que tinha há 30,40,50 anos, nos tempos dos nossos pais e dos nossos avós. Esta é uma tendência que tenderá a agravar-se, não tenhamos numas dúvidas sobre isso. E por isso é que este esforço de preservação e promoção da nossa floresta, é um esforço coletivo. Estes 3 milhões de euros que estão previstos para este “Vale Floresta” com certeza que não resolverá um problema na nossa floresta, são precisos recursos muito substanciais. Mas é um passo como outros e visa, sobretudo, apoiar, não os Municípios que foram mais ágeis que tiveram mais capacidade reivindicativa, mas Municípios que foram classificados como territórios especialmente vulneráveis para os riscos de incêndio. Depois tem um conjunto de obrigações, em termos de áreas mínimas, em termos de larguras de lotes. Portanto, tem a ver com esse tipo de questões. Em relação à intervenção Senhor José Fernando Leite, sobre a Ponte Nova em Ossela: Nós fizemos um estudo geotécnico para o local, um estudo complexo. Temos as conclusões desse estudo. Temos definidas as patologias da ponte. Várias opções de intervenção, todas elas intervenções profundas, intervenções substanciais. Vamos lançar o procedimento a concurso, para que a ponte tenha uma reabilitação que lhe confira condições de segurança. Porque é isso que está em causa. Entretanto, neste período, tem existido condicionamento de trânsito pesado, não é permitido trânsito pesado. Por isso é que também ficámos impossibilitados de requalificar as vias neste lugar de Bustelo do Caima, porque efetivamente não temos como fazer chegar lá os meios. Mas o pavimento até à Ponte dos Cadeados é algo que nós teremos possibilidade de fazer. Portanto, percebemos a importância desta ligação para a população deste lugar. E com certeza que esta via que está na maioria da sua extensão em terra batida e por isso é que com as chuvas fortes que se têm sentido está praticamente intransitável. Será seguramente intervencionada eventualmente até por administração direta, ou seja, através dos serviços da própria Câmara Municipal. Em relação a intervenção do Senhor

António Vitorino Santos Coelho: Agradecer a parabenização que fez, em relação à intervenção que foi feita na Rua Professor Leão. Efetivamente foi uma intervenção que demorou muito tempo. A intervenção foi feita na perspectiva de preparar aquela rua para muitos anos. Nós podíamos ter pavimentado rua imediatamente, deixávamos o problema das águas pluviais por resolver e, portanto, eventualmente, evitaríamos muita contestação legítima que foi feita durante muito tempo. Preferimos fazer aquilo que nos competia que foi arranjar uma solução, que é uma solução que não foi fácil, para as águas pluviais. Depois da rua ter sido infraestruturada com rede de água e rede de saneamento, era importante que nós tivéssemos todas as infraestruturas que são necessárias para que a rua tivesse todas as condições. Foi isso que aconteceu. Em relação ao “Mercado à Moda Antiga”: Eu não faço a menor ideia qual o valor final da presença do canal de televisão para fazer a cobertura do evento. Vou-lhe fazer chegar essa informação. Aliás, faço chegar à Assembleia Municipal para Assembleia Municipal facultar aos seus deputados, eventualmente aos órgãos comunicação social, para que fiquem com essa informação. Porque não há aqui nenhum problema de transparência. Efetivamente, as despesas, com a vinda do canal de televisão para a cobertura do evento, foram aquelas que eu referi e não foram outras. Portanto, digamos que não foi pago nenhum cachet para o canal de televisão vir fazer a cobertura do evento, são apenas as despesas que são normais neste tipo de situações. Em relação à questão das escolas, mais concretamente das refeições na Escola Soares de Basto: Não conhecemos nenhuma gravidade especial no problema. Mas vamos inteirar-nos, se efetivamente existe problemas, como referiu, ao nível da quantidade e da qualidade das refeições que são disponibilizadas às nossas crianças e jovens. Desconhecemos, sinceramente. Sabemos que o problema das refeições, é um problema que acontece ciclicamente, de vez em quando temos um ou outro problema, temos uma ou outra coisa que não corre tão bem como desejaríamos. Estamos a receber a informação de que não há realmente queixas. Mas vamos procurar perceber junto da Direção do Agrupamento, se existem efetivamente motivos e se tem havido reclamações por parte dos pais. Em relação à intervenção da Dona Vera Lúcia Azevedo, sobre a EBS Ferreira da Silva: Efetivamente o Pavilhão Desportivo e todo o complexo exterior da escola está por requalificar, depois da intervenção que foi feita nos diferentes blocos. Não está prevista nenhuma verba no Plano Plurianual de Investimentos porque, não temos, neste momento, capacidade financeira para intervir nos nossos pavilhões. São intervenções substanciais. Não são meras intervenções de manutenção. Estamos a falar nalguns casos de requalificações profundas, que passam por intervenções ao nível da cobertura, ao nível dos balneários, ao nível dos pisos, ao nível da própria climatização dos espaços. Neste momento não temos prevista nenhuma verba porque, aquilo que nós estamos a fazer é concentrarmos na requalificação de escolas, estou a falar de espaço de aula, espaço de refeitório, onde não temos efetivamente condições que são sequer comparáveis às condições que existem atualmente na Escola Ferreira da Silva. Queremos que todas as nossas crianças tenham acesso às mesmas condições. E depois, naturalmente, teremos toda a atenção e toda a preocupação com a requalificação do espaço exterior das escolas e com os espaços para a prática desportiva. Porque, conforme disse e muito bem, a prática de educação física é absolutamente

crítica para as nossas crianças e jovens e, portanto, vamos com certeza requalificar os nossos pavilhões, mas não temos efetivamente capacidade para intervir em todos pavilhões. Aliás, vamos fazê-lo agora no pavilhão da Escola Comendador Ângelo Azevedo, porque tem infiltrações profundas através das telas, vamos fazer uma intervenção para procurar resolver esse problema. Mas logo que tenhamos oportunidade, não é necessário que essa verba esteja inscrita no Plano Plurianual de Investimentos, nós podemos transferir verbas entre rubricas, abrir novas rubricas e podermos assim dar resposta, se tivermos capacidade financeira para o fazer com certeza que o faremos, porque percebemos bem a importância da prática desportiva para a formação das nossas crianças. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Jorge Paiva**, residente em Fajões. =====*

===== Eu efetivamente disparei vários sentidos porque, sou proprietário, pago impostos e sei o que pago e sei as dificuldades que as pessoas passam. É evidente, também disse na minha intervenção, que não era da competência do Senhor Presidente da Câmara esta Lei. E agora a Portaria que saiu, o aviso, foi do Fundo Ambiental. Por acaso, também podia ter tirado a legislação do fundo ambiental e as diretrizes para onde o dinheiro é canalizado. Aquilo que eu sugeria ao Senhor Presidente da Câmara: - e estou disposto, se assim o entender - chamar-me ao gabinete e conversarmos lá mais um bocado, porque aqui não dá para estarmos a conversar e olharmos para os papéis, eu vou-lhe demonstrar por “a mais b” que o Senhor Presidente da Câmara tem a faca e o queijo na mão porque pode pressionar o Governo no sentido de alterar a Lei. Um indivíduo no computador, faz a mancha, pinta isto em cinzento, amarelo. Isto não pode ser assim. Eles têm de vir conhecer o terreno, Senhor Presidente da Câmara. Eu sou teimoso nas minhas intervenções, porque já passei por lá. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Com certeza que os nossos deputados eleitos por Oliveira de Azeméis estão atentos a este desafio que foi lançado, naturalmente que influenciarão tudo aquilo que são produtos legislativos que não tenham qualidade. Eu acho que todas as medidas que visam ajudar a contribuir para a resolução dos problemas são positivas. Obviamente que é muito fácil nós dizermos que o Fundo Ambiental tem 1,3, 1,4 e que esse dinheiro que dá para tudo e mais alguma coisa, e esquecemos do esforço que é feito através do Fundo Ambiental para um conjunto vastíssimo programas, inclusive para programas de apoio à redução tarifária, que são valores extremamente expressivos. Eu agradeço que deposite em mim toda essa confiança, toda essa capacidade para influenciar um Governo. Eu julgo que isto são questões que preocupam o país. E, portanto, são questões que têm de ser tratadas no verdadeiro plano de ordenamento do nosso

território, mais concretamente daquilo que é esse património coletivo que é a nossa mancha florestal. Um território como o nosso que tem 9500 hectares de floresta, naturalmente que se preocupa com esse ativo. Mas o país, é um país de floresta e, portanto, é um património que temos de ter todos obrigação preservar. E julgo que todos os partidos têm esse desiderato. Fica aqui o desafio lançado por si, para procurarmos com os nossos deputados fazer a magistratura de influência que é fundamental para que tenhamos boas respostas e boas soluções legislativas para resolver este grave problema que temos com a preservação da nossa floresta. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais, José Lourenço, Maritza Valente, António Ilídio, Rui Rocha, Rita Costa, Daniela Silva, Francisco Silva, João Costa e Helga Correia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Cumprimentar Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e a Vereação, os meus colegas Deputados Municipais e as demais pessoas aqui presentes. Eu queria dar um especial abraço ao Manuel Alberto pelo falecimento do pai, pessoa que eu conheço e que estimava muito e, naturalmente, extensivo ao Pinto Moreira também pela morte de seu pai. Queria deixar isso bem vincado, aqui nesta Assembleia. A minha intervenção, Senhor Presidente, vai ser sobre a Garagem Justino. Exatamente em dezembro de 2018 por deliberação camarária foi aprovada a aquisição de um imóvel no centro da cidade, a Garagem Justino. Nessa altura, segundo o presidente da Autarquia, Joaquim Jorge, a intenção era fazer deste espaço, passo a citar: “Um grande centro cultural, onde tenhamos formação nas artes plásticas e disponibilizemos ao público exposições permanentes com artistas locais nacionais e internacionais.” Na altura, afirmou e passo a citar também: “ignorar esta realidade, a importância que as indústrias culturais e o turismo representa por nossos territórios e estar fora do nosso tempo. O novo enquadramento cultural pretende proporcionar formação artística, disponibilizando aos jovens ateliers onde estes possam desenvolver as suas aptidões, nos mais variados domínios artísticos, como a pintura, escultura, modelagem de barro, entre outras.” O autarca explicou que: “além da formação e criatividade artística, o objetivo é termos aqui interatividade e manifestações culturais provenientes, de várias regiões do país e do mundo”, e concluiu: “a reabilitação do edifício permitirá reforçar a oferta dos dois equipamentos que funcionam na proximidade, o Museu Regional e Cinetatro Caracas,*

criando um polo de grande centralidade e dinamizador de eventos com respostas integradas.” A compra da Garagem Justino custou à Autarquia 550 mil euros, mediante um pagamento inicial de 50 mil euros, e a liquidação da restante verba em 36 prestações mensais de 13.600 euros. Na altura, a posição desta bancada, face ao assim proposto: foi a oposição à realização de tal aquisição, porquanto, se entendeu que com a requalificação do Cineteatro Caracas e as diversas valências e espaços de equipamento cultural de que o mesmo vai ser dotado, para além de existência da Galeria Tomás Costa e até com a requalificação de alguns edifícios municipais, a mesma não seria, naquelas circunstâncias, nem útil, nem necessária, não obstante os argumentos aduzidos. Para além desse aspeto, igualmente se entendeu que o concelho se encontra muito carenciado de investimentos em outras áreas socialmente mais relevantes, pelo que, estrategicamente, essa não seria a nossa opção. Questões referentes, nomeadamente quanto à Educação, à requalificação das Zonas Industriais do concelho são mais importantes do que, entenderíamos nós, avançar para casa das artes e ofícios. Naquela altura, o Senhor Presidente da Câmara, previa a requalificação em 2019 do espaço e que o mesmo ficaria à disposição dos oliveirenses num espaço temporal de dois anos. De qualquer forma, como em todas as outras deliberações tomadas por este, o PSD respeita as mesmas, porque têm legitimidade democrática. O que se passa com a Garagem Justino, decorridos 5 anos? Passaram cinco anos desde a compra e o que sabemos é que o edifício continua a degradar-se sem estar ao serviço dos oliveirenses e da cultura. E as derrapagens continuam a aumentar em termos financeiros. Em 2021, foi lançado um concurso público com valor do preço-base do procedimento, de 1.545.000 euros, com um prazo de execução de 540 dias. Ficou deserto. No PPI para 2023, somando o que já estava realizado, sobretudo gastos com a compra, com a estimativa futura da obra, já se previa valores acima de 2.127.000 euros, ao contrário do inicialmente previsto, que era de cerca de 1.800.000 euros. O Executivo diz que se encontra a fazer uma profunda remodelação, cito: profunda remodelação do projeto, reconhecendo que o prazo da entrega está a demorar, está a derrapar completamente. Diz que esta obra será lançada seguramente em 2024. O que vamos ter em 2024, Senhor Presidente? Que reformulação do projeto pretende este Executivo fazer? Ainda entende, este Executivo, que este investimento é fundamental e estratégico? Qual o valor que agora este Executivo pretende investir na reformulação deste espaço? Tudo razões e tudo respostas que confirmam a nossa posição inicial: Este investimento não era estratégico e fundamental, face a outros que não merecem o mesmo tipo de atenção, pelo menos do ponto de vista económico de investimento e, muito mais relevante, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida e da atratividade das pessoas para o nosso Concelho. Para o PSD na altura, não estamos obviamente contra a aquisição da Garagem Justino, estamos contra o timing em que ela se concretizou, e para o PSD ainda hoje, a requalificação da nossa rede viária, o investimento em água e saneamento, a requalificação de todas as nossas escolas, infraestruturação das nossas atuais e futuras zonas industriais e a homogeneidade do nosso Concelho eram e continuam a ser as prioridades. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Lourenço**, do PS.* =====

===== *Cumprimento todos os Presentes, Senhor Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente e restante executivo municipal, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, público, comunicação social, funcionários da autarquia, oliveirenses. O movimento associativo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, sobretudo no contexto local, enquanto elemento impulsionador nas áreas da cultura, desporto, juventude, educação, social, entre outras. Para além disso, o associativismo é particularmente favorável ao exercício da democracia, constituindo por isso, um importante fator de construção de uma identidade local, para a integração social e expressão cultural do meio. Reconhecemos que, particularmente desde 2017, o município de Oliveira de Azeméis mudou de paradigma. Tem valorizado o esforço do movimento associativo nas suas múltiplas e diversificadas vertentes, reconhecendo a necessidade de apoiar as entidades integrantes, numa lógica de parceria efetiva e de corresponsabilização na promoção de competências, primando a proximidade e a cooperação entre as partes. Dou o exemplo do desporto que, com a implementação de um conjunto de normas acessíveis, entendíveis por todos e universais, passamos de uma situação de medidas avulsas e discricionárias, para uma situação em que com a introdução de métricas para análise e regras de acesso claras, passamos a abranger um maior número de clubes e associações, dando justiça e mérito a todos os que nelas trabalham, tornando as associações desportivas no seu todo, muito mais fortes e ativas. Na continuação da harmonização que se pretendia para atribuição de apoios, sendo uma velha ambição, com o intuito de repor o que antes fora revogado, foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal, realizada a 26 de setembro do ano passado, um novo regulamento municipal de apoio ao movimento associativo. Com este novo regulamento, pretende-se definir uma estrutura de apoio, flexível, para permitir adaptações, mas balizada para assegurar transparência e clareza na atribuição dos apoios nas áreas da Cultura, Desporto, Social, Recreativa ou de outra natureza. Para além disso, pretende-se um instrumento de maior exigência de gestão, para que, cada vez mais e melhores projetos, possam florescer no território de forma sustentada e com impactos reais na comunidade. Desde a sua publicação em Diário da República, não temos qualquer desenvolvimento ao referido regulamento, não obstante a expectativa natural das Associações, nomeadamente às Bandas Filarmónicas, de que em 2023 o processo estaria concluído. Sempre defendemos que as associações não devam ser subsídio-dependentes. As mesmas, no âmbito da sua ação, devem ser capazes também de gerar as suas próprias receitas, quer através de atividades, de quotização e ou de outras fontes que lhes permitam ter alguma autonomia. Quer isto dizer que, não obstante necessidade de autofinanciamento, as políticas de apoio municipal têm um impacto na persecução dos objetivos das associações, considerando que, quando estas elaboram o seu plano de atividades e respetivo orçamento, saibam com o que podem contar, dando-lhes assim mais conforto, previsibilidade, capacidade de investimento e retorno pretendido. Sem apoios municipais, o esforço de*

implementação limita sempre o campo de ação das associações. Por fim, a quantidade e qualidade da maior parte das Associações Culturais concelhias, se trabalhadas em rede, concedendo-lhes os apoios necessários, possibilitar-nos-á criar uma maior dinâmica cultural, baixos custos e um concelho em movimento. Senhor Presidente, sempre defendemos processos transparentes, não queremos ser acusados de discricionariedade, não queremos expedientes como os que se verificavam até 2017. Acreditamos que o trajeto iniciado com a aprovação do novo regulamento, se tornará impactante com a conclusão do processo. Senhor Presidente, pode dizer-nos quando teremos este documento disponível para as Associações se candidatarem, tornarmos processos mais claros e a respetiva análise mais eficaz? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD. =====*

===== Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente de Câmara, senhores vereadores, colegas de Assembleia, presidentes de Junta, comunicação social, público aqui presente e que nos vê através da Azeméis TV, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente, Amaro Simões. A minha intervenção de hoje prende-se novamente com a rede viária do nosso concelho. É com manifesto agrado que temos conhecimento que algumas vias, estão previstas para serem intervencionadas no plano de obras de repavimentação de arruamentos nas freguesias do concelho, que o município pretende levar a cabo com a adjudicação prevista para 2024. Mas além das mencionadas nesta lista, sabemos que as juntas de freguesia têm nomeado muitas outras que também estão em muito mau estado e que carecem de intervenção urgente. Posto isto, pergunto se as estradas em mau estado no concelho, que as Juntas de freguesia tanto reclamam e comunicam o seu grau de deterioração e que não constam na listagem enviada pelos serviços, vão ser alvo de uma intervenção de fundo? Digo intervenção de fundo, porque Senhor presidente, todos nós conhecemos o estado das estradas do concelho. Ou se pelo contrário, se vão sofrer apenas intervenções pontuais realizadas pelos serviços municipais? Irão abrir novo concurso público? Para quando é o concurso? E para quando a sua realização? Ou vão ser colocadas ao abandono? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Ilídio**, do PSD. =====*

===== Boa tarde. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, considerem-se todos cumprimentados. Senhor Presidente, na última Assembleia, na freguesia de São Roque, referi a situação do trânsito na Rua Visconde de Abrantes, em frente ao “Gemini”. Não se está a chover no molhado, estamos a chover no seco. Repito: penso que, nessa última Assembleia, até me foi dada alguma razão, sobre essa situação. No entanto, ao dia de hoje, o sentido do movimento rodoviário continua exatamente na mesma. Será que ainda não houve tempo para retificar um

erro da gestão da alteração do trânsito naquela zona? Ou espera-se que haja alguma situação menos agradável para depois se retificar? Para aquele posicionamento errado de trânsito, Senhor Presidente, urge retificar aquela situação, porque a postura de trânsito feita naquela área, àquele tempo, não contemplou um estudo perfeito daquilo que se devia ter feito. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Rui Rocha**, do PS. =====*

===== Muito boa tarde a todas e a todos! Sintam-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Amaro Simões. IR. Ir facilmente, para qualquer lugar, sem transtornos na escolha do meio de transporte ou no trajeto para lá chegar. Permitir que se alarguem horizontes físicos no movimento dos Oliveirenses e que alguns dos seus desejos sejam mais facilmente realizáveis. As políticas no âmbito da mobilidade são daquelas que, de forma indireta, acabam por ter mais importância na fluidez do quotidiano da população. Ao longo dos mais variados mandatos, os governantes dos diversos quadrantes políticos procuram aplicar aquelas que são as suas visões em termos de funcionalidade e mobilidade, naturalmente condicionados pelo mapa que foi sendo desenhado. Importa dar as melhores condições possíveis aos Oliveirenses, não esquecendo o desenvolvimento tecnológico e a promoção da sustentabilidade ambiental. Exemplos destas políticas de mobilidade são-nos apresentados pelos atuais governantes, no âmbito ferroviário, no âmbito da rede viária e no âmbito dos meios de transporte disponíveis. Importa acompanhar a sua pertinência e execução. Na ferrovia, assistimos à adjudicação da empreitada para a reabilitação da superestrutura da via entre Oliveira de Azeméis e Sernada do Vouga da Linha do Vouga. Uma estrutura inativa há cerca de 10 anos e que serve os concelhos de Oliveira de Azeméis e Albergaria à Velha. Um investimento que ronda os 4,5 milhões de euros e com um prazo de execução de 1 ano. Questiono senhor presidente, não sendo uma obra da responsabilidade da autarquia, mas tendo sido o Município um dos grandes defensores da requalificação e recuperação desta linha, quais as principais características desta intervenção? Quais os impactos previstos com a reativação desta funcionalidade? Na rede viária, verificamos o lançamento de concurso público para repavimentação de arruamentos nas freguesias dos concelhos. Um contrato dividido em 3 lotes com um preço base total do procedimento a rondar os 3,3 milhões de euros e com um prazo de execução de 1 ano. Observamos, a cada movimento que fazemos, um concelho com uma rede viária degradada, natural da utilização, e que obriga a intervenções que deveriam ser periódicas. Observamos, a cada passo que damos, um concelho com uma rede viária parcialmente destruída, resultado da enorme quantidade de obra de execução das redes básicas de abastecimento de água e saneamento. Questiono senhor presidente, qual o ponto de situação do referido concurso público? Qual a sua finalidade? Quantos quilómetros serão intervencionados e qual o tipo de intervenção a ser executada? Para além deste concurso público que outros tipos de intervenções na rede viária estão equacionados? Nos meios de transporte disponíveis, aferimos da operação de uma nova

rede de autocarros. UNIR. É esta a designação da nova rede de autocarros da área metropolitana do Porto. Começará a operar a partir de 1 de dezembro próximo. Promove-se a imagem de unidade entre os 17 municípios da área metropolitana do Porto e a simplificação da vida dos passageiros. Melhoria e aumento da frota de autocarros, aumento do número de horários, menor tempo de espera e uma cobertura mais alargada do território são parte dos objetivos desta nova rede. Pergunto Senhor Presidente, como está a ser transmitido aos Oliveirenses o início do funcionamento desta nova rede de autocarros? Que alterações substanciais ela trará ao corrente funcionamento da rede atual? Serão efetuadas alterações nos trajetos e paragens? Naturalmente que qualquer alteração terá o seu período de adaptação. Para que este período seja o menor possível e não traga grandes transtornos ao dia a dia dos seus utilizadores, promoverá o Município algum tipo de apoio e acompanhamento neste espaço temporal de transição? Independentemente do tipo de caminho idealizado para a mobilidade do nosso concelho, importa executá-lo. E ajustá-lo quando assim se tornar necessário. Só com obra realizada se poderá avaliar o seu real retorno e eficiência. Continuaremos a acompanhar o caminho, zelando pela sua execução. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Rita Costa**, do PSD. =====

===== Caro Senhor Presidente e secretários da Mesa da Assembleia, Caro Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, Caros Deputados desta Assembleia, comunicação social e demais presentes. A bancada do PSD vem, mais uma vez, demonstrar a sua preocupação pelo estado de degradação das instalações da Escola Básica de Carregosa. Apesar do seu avançado estado de degradação, esta escola ainda não foi incluída no mapeamento de requalificação de escolas do acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses para a descentralização nos domínios da Educação. Na assembleia municipal de vinte e seis de junho do presente ano, o executivo reiterou a importância de integrar esta escola no mapeamento de escolas a requalificar, referindo que não queria deixar fugir este investimento para escolas de outros concelhos. Assim, gostaríamos de saber a razão pela qual esta escola ainda não foi considerada no mapeamento de requalificação de escolas. Nessa mesma assembleia, o Sr. Presidente foi alertado pela aluna Ana Miguel, presidente da Assembleia Municipal Jovem, para uma preocupação concreta que diz respeito à falta de condições e a degradação do pavilhão da escola Ferreira da Silva, em Cucujães. E passo a citar as palavras da aluna: “chove dentro do pavilhão, chove dentro da sala dos professores, os balneários não estão adequados para tomarmos banho não é um ambiente confortável.” E, ainda hoje, tivemos nesta assembleia a representante da associação de pais que veio reiterar esta preocupação. Referir que as condições deste pavilhão continuam por resolver, e a esta preocupação junto uma outra que diz respeito às condições do pavilhão da escola de Fajões, que se encontra, igualmente, num avançado estado de degradação. Assim pergunto: O que tem sido

feito para minimizar estas condições? Ao nível de planeamento conseguem dizer-nos para quando a requalificação destes dois equipamentos? Solicitamos, por isso, que reconsidere o investimento nesta escola para permitir algo que é fundamental para os nossos alunos. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS. =====*

===== Boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. A cultura pode contribuir significativamente para alavancar o setor económico, através da criação de emprego, na atratividade regional, na sua intervenção social, na educação, no eixo da inclusão social entre outros. Em 2018, foi lançada uma Comunicação, a Nova Agenda Europeia para a Cultura, que apresenta a cultura como promotora da inclusão, do diálogo intercultural, da cidadania ativa. A Comissão Europeia afirma “... no interesse comum dos seus Estados membros deve ser valorizado o pleno potencial da educação e da cultura como criador de emprego, de crescimento económico, de justiça social e de cidadania ativa, bem como os meios para enriquecer a identidade europeia em toda a sua diversidade”. No passado, dia 11 de novembro, foi inaugurado o Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis. A requalificação do equipamento, contou com investimento aproximado de 6 milhões, criando as condições técnicas necessárias, as condições de segurança e de conforto. Este equipamento é fundamental para todos os oliveirenses, mas também para alavancar um maior número de visitantes ao nosso concelho promovendo a economia local. O edificado contém variadíssimos espaços preparados para acolher espetáculos, formações, palestras... Um edifício versátil, dotado dos equipamentos técnicos necessários para receber eventos culturais das mais diversas índoles. É fundamental termos uma programação forte, diversificada e irreverente. Há espaço para espetáculos que atraem um maior número de pessoas, mas também há espaço para espetáculos pensados em nichos de mercado. Só desta forma é que conseguimos construir um quadro cultural robusto. É certo também, que a formação de públicos demora o seu tempo. Outros concelhos já fizeram este caminho e quando olhamos para eles sabemos que a nível cultural a resposta é forte. Queremos todos celeridade nos processos, mas a realidade é que temos de fazer o caminho, aos poucos e poucos, até conseguirmos chegar à meta desejada. O TEMA deve ser a âncora de uma política cultural, mas a política cultural não se esgota no TEMA. Como âncora vai facilitar o caminho e abrirá portas a outras possibilidades culturais. A experiência da descentralização é um exemplo disso. Porque sabemos que independentemente das condições económicas, da idade, do género, das particularidades, a cultura deve chegar a todos. Tenho esperança de que Oliveira de Azeméis, no futuro, seja uma cidade de referência cultural na zona de Aveiro. Como referi anteriormente sei que demorará, uns longos anos, mas também sei que temos de começar agora a traçar este caminho da melhor forma. Desta forma gostaria de questionar o executivo: - Como se encontra neste momento a requalificação da garagem Justino? - O que está previsto para a programação do TEMA para o próximo ano de 2024? Estão a

programar também eventos culturais para as freguesias? - Quais são as principais previsões de investimento na cultura e em que rubricas será gasto no próximo ano? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== Antes de iniciar a temática da minha intervenção, pretendo deixar nesta Assembleia os votos de parabéns às Bandas de Música de Loureiro e do Pinheiro da Bemposta pela comemoração de mais um aniversário, 124 e 142 anos respetivamente, e que ocorreram entre a última e a presente Assembleia. No passado dia 11 de novembro, Oliveira de Azeméis assistiu à devolução ao serviço da comunidade daquela que é, garantidamente, a sala de espetáculos por excelência, pela importância que tem enquanto marco histórico que constitui na oferta de equipamentos culturais da cidade e do concelho, bem como pelas condições que hoje apresenta, com a legítima pretensão de se estabelecer como referência regional, no resgate do estatuto outrora vivido. Tratando-se de um equipamento trazido para a esfera da responsabilidade pública no início na década de 2000, e considerando a vida ativa do equipamento cultural durante quase duas décadas sob gestão municipal, é de fácil e imediato reconhecimento a necessidade e importância das obras que trouxeram o Cineteatro Caracas até ao atual TEMA - Teatro Municipal de Azeméis, numa atualização necessária e de referência para o território onde se encontra, nomeadamente entre os pares dos concelhos que constituem a região do Entre Douro e Vouga, será também de fácil perceção que o desafio maior é o estabelecimento de uma estratégia que permita o arranque, este já feito, e a manutenção do funcionamento do equipamento cultural, de forma a fazer jus às condições físicas que dispõe, para além do enquadramento do mesmo na política cultural do município. É um espaço de excelência para receber momentos culturais de fruição, bem como processos criativos que deverão ser oportunidades de capacitação dos agentes culturais locais, onde estão incluídas as cerca de duas centenas associações e coletividades do nosso concelho, sem esquecer a moldura de investimento privado que existe na área cultural no nosso território. Tal como os demais edifícios, a dinâmica do TEMA terá de ser feita de estratégia e, esta por sua vez, feita de pessoas dos diferentes quadrantes, que vão desde os decisores às equipas de trabalho, sem esquecer os artistas mais conhecidos e até os seus opostos, todos estes dentro do mesmo círculo e de uma máquina cultural que se pretende funcional e ágil. Nesta perspetiva, e na certeza de que é anseio de todos os oliveirenses que este espaço se torne uma referência para a fruição e formação cultural, direta e indireta, e tendo presente a necessidade vital de regular o funcionamento em termos de normas de utilização, equipas de trabalho e demais licenciamentos, pergunto ao Sr. Presidente se pode informar esta Assembleia qual o ponto de situação acerca dos seguintes assuntos: 1. Regulamento de funcionamento; 2. Licenças e demais normativos legais que habilitam o funcionamento por parte de entidades responsáveis; 3. Programador/a cultural e respetiva equipa de trabalhadores do equipamento; 4. E, por fim, se é

possível informar quando é previsível estarem todos os processos concluídos de forma a termos o TEMA em regular e pleno funcionamento.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS.* =====

===== Muito boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A habitação é um direito constitucional no nosso país, no entanto, é ainda hoje um dos maiores obstáculos à emancipação jovem, com os jovens portugueses a estarem no topo da europa da idade média de saída de casa dos pais. Na realidade, este cenário deve-se à habitação ser um negócio em Portugal em que o Estado deixou exclusivamente entregue ao mercado esta temática que, evidentemente, acabou por ter uma desregulação entre a oferta e a procura que devido ao aumento do turismo, ao aumento da imigração e, principalmente, devido à paragem da construção civil, devido à pandemia de covid-19, ficamos com o mercado no estado que todos conhecemos. A este cenário de falta de oferta junta-se um cenário de aumento taxas de juro, em resultado de política do Banco Central Europeu como medida de controlo da inflação, torna neste momento impossível a aquisição de habitação própria permanente para qualquer jovem. Sabemos que, as políticas de habitação devem ser realizadas em dois cenários: no curto prazo, pela via de apoio direto ao arrendamento e, no médio-longo prazo, pela via da construção e reabilitação de edificado. Pois, hoje, todos sabemos que o caminho é reabilitarmos o edificado público e construirmos, se possível, edificado público para que possamos regular o mercado habitacional em Portugal. Em Oliveira de Azeméis, fizemo-lo, quando intervimos nos dois lotes do Bairro de Lações. Estou certo de que estaremos preparados para apoiar também a implementação das duas novas residências universitárias do concelho. Acreditamos que a implementação da estratégia local de habitação assume um papel essencial na resolução de problemas identificados, à data da sua criação. Por isso, questionamos o Senhor Presidente e o restante Executivo: Qual tem sido a procura dos oliveirenses ao Programa de Apoio ao Arrendamento? Qual o ponto de situação da nossa Estratégia Local de Habitação? E, quais serão as próximas intervenções a realizar, numa primeira fase? E se estas irão estar abrangidas pelo Programa Primeiro Direito? Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Duas questões: Uma primeira, para abordar o novo sistema de transportes - UNIR - que avança dia 1 de dezembro. Falo de uma preocupação já abordada na reunião de câmara. Referiu o Senhor Presidente algumas preocupações do executivo, algumas ferramentas ao dispor dos oliveirenses. Mas, pelo que pude verificar o site usado para divulgação não dispõe de toda a informação,

nomeadamente os horários. Não se consegue perceber se as novas rotas mantêm os horários da rota anterior. Existem paragens que desapareceram na nova rota, uma rota que deixou de existir, a rota entre Oliveira de Azeméis e Ovar. Senhor Presidente, as freguesias mudaram, naturalmente os centros populacionais não serão os mesmos, algumas linhas não são rentáveis e têm de ser redefinidas para serem rentáveis ou não darem prejuízos. Mas, de uma coisa estamos certos é que as populações não podem ser prejudicadas. Importa alertar para: A necessidade de informação clara para as pessoas nas paragens; Nem todas as pessoas se encontram no mesmo pé de igualdade ao nível da informação; Temos de ter atenção que nem todos temos o mesmo nível de literacia digital; Temos uma grande franja de população idosa que não dispõe de meios para aceder à informação disponível digitalmente; Sr. Presidente, Deixo estas reflexões e preocupações ao executivo. E pergunto: De que forma estão a ser acautelada a manutenção das rotas atualmente em vigor? A rota de oliveira de azeméis - ovar vai ser para eliminar ou é um erro? Um dos fatores de coesão territorial é sem sombra de dúvidas a mobilidade das pessoas. Se neste novo sistema de mobilidade urbana da área metropolitana do porto houver uma perda de paragens e de rotas, como nos parece numa primeira analise, isso representará no entendimento desta bancada um retrocesso na mobilidade do concelho de oliveira de azeméis. Uma outra matéria que pretendo abordar diz respeito ao Polo Norte da Universidade de Aveiro. Uma primeira palavra para felicitar e desejar os maiores sucessos ao Prof. Martinho Oliveira para o quadriénio 2023-2027 ao leme da ESAN - Escola Superior Aveiro Norte, um Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo. Sr. Presidente, a ESAN assume um papel preponderante no nosso concelho ao nível de formação superior, mas também ao nível do desenvolvimento do tecido económico da nossa região. Faz 10 anos no próximo ano que a ESAN mudou a sua instalação do Rainha para o Parque do Cercal. Na altura existia um compromisso inscrito no PDM de uma ligação direta do parque do cercal ao IC2. Ligação que continua por executar. Vão, entretanto, arrancar no terreno as obras de construção do novo alojamento estudantil a custos acessíveis. Como certamente sabe o Sr. Presidente, esta ligação ao IC2 é um anseio antigo do Sr. Diretor da ESAN, Prof. Martinho Oliveira. Será uma mais-valia para a instituição e para os seus utentes. Esta preocupação assume maior preponderância com a construção do novo alojamento e com a necessidade de mobilidade de camiões naquele campus. Gostava de sensibilizar o executivo para esta questão e para a sensibilização do governo para a necessidade de se construir uma ligação direta do campus ao IC2. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Em relação à intervenção do senhor deputado Fernando Pais e às questões que coloca sobre a Garagem Justino. Eu começaria por dizer-lhe que todos os investimentos na cultura são úteis, necessários e estratégicos. Respondendo à sua questão: - questionou-me se os investimentos na Garagem Justino são úteis e são necessários. Eu digo que, são úteis, necessários

e, acrescento, estratégicos, para o desenvolvimento dos territórios. Todos nós percebemos a importância que a cultura tem hoje para os territórios e, portanto, investir na cultura é um investimento altamente reprodutivo. Já estou até ultrapassar a dimensão da formação do cidadão, do Melhor Cidadão, do cidadão que todos queremos. Estou a falar mesmo da importância competitiva para a afirmação dos territórios. Portanto, mantemos a importância estratégica deste equipamento. Nós, com este equipamento, com o Teatro Municipal recentemente inaugurado e com a nossa Academia de Música, queremos ter ali um conjunto de respostas que polarizem muito daquilo que será a atividade cultural que nós queremos para a nossa Cidade. Eu disse para a nossa cidade, não disse para o nosso concelho. E, portanto, eu queria dizer que: depois de um lançamento a concurso de um primeiro projeto, procedemos a uma revisão do projeto estará concluída até ao final do ano de forma que possamos lançar, em 2024, a requalificação deste espaço que é absolutamente estratégico para acrescentarmos às múltiplas dimensões formativas que nós temos no nosso concelho, a formação desportiva e, a formação musical, também esta formação no domínio das artes. Eu não queria quantificar o valor deste investimento com a aquisição do imóvel. É um imóvel muito importante para nós, faz parte da identidade coletiva da cidade e, até, se quiser, do concelho. Não vou falar sobre a qualidade arquitetónica do equipamento, que retrata uma época importante da arquitetura portuguesa. Mas vou-lhe falar que este edifício, comparado com o terreno do Polo de Inovação e Cultura, custou 200 mil euros, foi absolutamente de borla. Aquilo que eu tenho para dizer é que, efetivamente, nós vamos avançar com a requalificação deste espaço. Mantendo todo o programa funcional, que o Senhor elencou. Ou seja, queremos que ali tenhamos oportunidade de ter as exposições temporárias, exposições permanentes, dar palco a artistas emergentes, privilegiar, também, naturalmente, o trabalho que é feito pelos artistas plásticos locais e ter essa dimensão, essa componente da formação, para as nossas crianças e jovens. Por isso, com essa preocupação, é que nós estamos também a intervencionar o Mercado Municipal para que, além de uma resposta comercial seja uma resposta cultural. Tendo essa preocupação e percebendo bem a dimensão estratégica da cultura e do impacto que tem no desenvolvimento dos territórios estamos a investir no Programa Estratégico de Ferreira de Castro. Queremos que arranque em 2024. Estamos a requalificar também o nosso Cento Interpretativo do Vidro. Estamos também a apostar nas Minas do Pintor, como um espaço de valorização cultural. Estamos a apostar no Ensino Artístico Especializado da Dança, também no nosso concelho. A resposta é: Este equipamento, a Garagem Justino, é um equipamento absolutamente crítico para o plano cultural que nós queremos implementar no nosso concelho. E esse plano, é um plano que vai ajudar, e muito, a promover o nosso território e, sobretudo, vai ajudar a melhorar a cultura que disponibilizamos aos nossos concidadãos. Deixe-me só dar aqui duas notas, que são bem ilustrativas sobre a prioridade que nós devemos dar aos investimentos que preconizamos: Nós, desde a primeira hora que achamos que este investimento que era estratégico. Efetivamente foi uma das primeiras aquisições que foram feitas a par do terreno que vai permitir instalar uma outra resposta que não consideram necessária, que é um parque urbano na cidade, embora todos concelhos aqui à volta tenham esse parque urbano, deixe-me que lhe

diga o seguinte: eu vou-lhe falar apenas e só de duas propostas que nos foram apresentadas, em pleno período pandémico, pela sua força partidária. Uma delas, era o Município de Oliveira de Azeméis organizar um Campeonato Europeu de Hóquei em Patins, onde estava proibida assistência. E que, também, o Município de Oliveira de Azeméis se candidatasse a Capital do Desporto. Em 2025, a capital do desporto é Matosinhos. Estamos a falar de um investimento de 11 milhões de euros. Em 2023, foi Viana do Castelo. Estamos a falar do investimento 5.5 milhões de euros. Isto é que me parece uma clara subversão de prioridades para o município de Oliveira de Azeméis. Não estou a dizer que é uma subversão para estes Municípios que, eventualmente, têm um conjunto respostas já dadas num conjunto de domínios que nós ainda não temos essas respostas e que elencaram este tipo de investimento como absolutamente estratégico, para o seu programa desenvolvimento. Não estamos naturalmente a criticar estes Municípios. Estamos a criticar quem sugere que no nosso Município, nas atuais circunstâncias e com as fragilidades que muito bem identificou, e com as quais eu concordo em absoluto, achemos que estes são investimentos absolutamente prioritários quando comparados, por exemplo, com investimento de requalificação de um espaço, que visa dar uma resposta de natureza cultural, sobretudo às nossas crianças e jovens. Em relação às derrapagens em termos financeiros. Não há derrapagem nenhuma. A obra nem sequer foi executada. Não foi iniciada. Não há nenhuma derrapagem financeira. O que eu tenho para dizer é que, nós vamos avançar com esta obra, em 2024. Qual é o valor? O valor é o valor que nós temos previsto no nosso Plano Plurianual de Investimentos. Mas é evidente que o valor vai ser determinado pela estimativa orçamental que resultar do projeto de execução que nos vai ser apresentado. Nós estamos disponíveis para fazer o investimento que for preconizado, em relação esse equipamento. Falou aqui num conjunto de prioridades. Falou na rede viária. Falou na questão da água e saneamento. Falou na questão das escolas. Falou na questão das zonas industriais. Utilizou essas prioridades para comparar com a desnecessidade desta prioridade. Acabou por tocar em áreas onde estamos precisamente a fazer investimentos expressivos e onde estamos especialmente atentos: A questão da rede de água e saneamento, não tenhamos dúvidas sobre isto. A questão das escolas, é por demais evidente, não vale a pena estarmos aqui a consumir o vosso tempo referenciando aquilo que tem sido feito estrategicamente para a requalificação do nosso parque escolar. Reconhecendo, conforme hoje já aqui tivemos oportunidade de ouvir duas vezes, a necessidade de investirmos também na requalificação dos pavilhões desportivos. A questão das zonas industriais atuais e futuras. Absolutamente de acordo, são investimentos absolutamente críticos que nós temos identificado e que estamos a priorizar. Em relação à intervenção do senhor deputado José Lourenço, sobre o Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo. Nós, efetivamente, estamos a definir com todo o cuidado e com todo o rigor as regras de apoio. As regras de apoio através de um Regulamento não são um meio único para apoiar o nosso movimento associativo. Nós temos de ter algum cuidado com isso porque, quando nós procuramos tratar muitas vezes de forma igual aquilo que é substancialmente diferente, nós estamos a produzir precisamente um efeito absolutamente contrário, em vez de estarmos a corrigir assimetrias estamos a utilizar recursos financeiros a instituições e entidades

que porventura não precisariam tanto deles como outras, e não estamos por essa via a alavancar o potencial dessas instituições que estão um bocado mais atrasadas. Estão mais atrasadas pelos mais variados motivos, não estou a dizer que isso tenha alguma carga negativa. Há seguramente instituições no nosso concelho que têm mais sócios, têm mais capacidade para atrair financiamento, têm mais notoriedade, têm outra capacidade para conseguirem recursos financeiros para promoverem a sua atividade do que outras. Portanto, nós devemos ter cuidado com a forma como nós afetamos os recursos financeiros nas diferentes dimensões de apoios que temos de dar, porque aquilo que nós temos que procurar fazer é que esses apoios financeiros sejam altamente reprodutivos e permitam corrigir muitas das assimetrias que temos no nosso território. Portanto, quando refere as Bandas de Música, as Bandas de Música nunca deixaram ter apoio, assim como nenhuma associação ou instituição associativa do nosso concelho deixou de ter apoio pela inexistência de um Regulamento. Aliás, eu lembro que nós, muito recentemente, em 2022 e também em 2023, disponibilizámos apoios para a Banda de Música de Carregosa. E estamos neste momento com um fortíssimo investimento na Banda de Música de Fajões. Estamos a aguardar que a Banda de Música de Santiago de Riba-Ul nos apresente um projeto para a requalificação das suas instalações, que, aliás, foi acordado no âmbito das comemorações do tricentenário. Estamos disponíveis para apoiar as nossas Bandas de Música, as nossas Bandas Filarmónicas em concreto, mas estamos obviamente disponíveis para apoiar todo o nosso movimento associativo de uma forma mais transversal. A nossa perspetiva sempre foi a mesma: é de que, nós somos úteis nos momentos importantes da vida das associações. Como disse e bem, as associações têm de ter capacidade para gerar receitas próprias que são necessárias, são indispensáveis para o seu funcionamento, mas atrever-me-ia a dizer também são fundamentais para o próprio o plano de atividades que gizam em função dos recursos financeiros que angariam. Nestas questões, eu acho que nós temos que ter muito cuidado, porque como o senhor deputado disse e bem, nós não devemos criar dependência ou retirar autonomia de funcionamento ao nosso movimento associativo por nos tornarmos excessivamente dependentes da subsídio de uma Câmara Municipal, se quiser até, do ciclo económico e financeiro de uma dada a Câmara Municipal, porque temos câmaras que têm recursos financeiros que a partir de determinada altura deixem de os ter e temos câmaras que têm passivos enormíssimos e depois conseguem recuperar desse passivo. Portanto, ciclicamente, as câmaras têm problemas. E, portanto, julgo que nós não devemos ter o nosso movimento associativo excessivamente dependente dessa volatilidade, assim como não devemos ter o nosso movimento associativo dependente da maior ou menor sensibilidade do autarca para essas questões. Aquilo que eu quero dizer com isto, é que: nós temos de ter muito cuidado na definição dos tipos de apoios que vamos fazer. E aquilo que eu gostaria é que, da mesma maneira que nós temos estado presentes nos investimentos que, por exemplo, uma associação muito representativa do nosso concelho como o NAC, que fez obras profundas na sua sede, ou a Associação de Reformados e Pensionistas de Carregosa, muito brevemente também a ACESMA, e tantas outras entidades, são investimentos absolutamente estruturantes para o funcionamento das nossas instituições, a Câmara Municipal esteja disponível para o fazer. Eu

acho que é muito importante que esse regulamento permita a definição de um conjunto de apoios, mas que não retire a necessidade de a comunidade sentir a importância do seu movimento associativo e a importância de contribuir para, eu não diria: - a sua sobrevivência, porque não é disso que se trata, mas para garantir que esse movimento associativo respira, funciona, porque é muito importante e muito sentido, apreciado e acarinhado pela comunidade. O que nós estamos a procurar fazer é definir com todo o rigor essas regras. E aquilo que nós esperamos é que, em 2024, possamos apresentar um plano para o nosso movimento associativo que permita apoiar as atividades dentro deste quadro mental que acabei de lhe transmitir. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Maritza Valente, sobre a rede viária no nosso concelho: Falou num conjunto de ruas identificadas pelas Juntas de Freguesia como sendo ruas com necessidades de intervenção. Esse trabalho de identificação dessas ruas é feito num registo de completa colaboração entre a Câmara Municipal e as nossas Juntas de Freguesia. Uma boa parte das vias que nos são indicadas, estão intervencionadas, outras, que foram agora identificadas numa segunda fase, serão intervencionadas neste plano de mais 3.3 milhões de euros que aqui foi referido. Esse plano de 3.3 milhões de euros permitirá requalificar mais de 60 quilómetros de vias, cerca de 160 estradas. Mas acrescenta-se a esse plano um plano de fresagens de recuperação de vias, que não precisam de requalificação integral, de mais de 700 mil euros e também intervenções profundas nas nossas zonas industriais que saem fora desse plano de intervenções a que acrescentaremos mais 4 milhões de euros. Estamos a falar cerca de 8 milhões de euros que serão investidos na requalificação da nossa rede viária. Procurando recuperar degradações estruturais que vêm acontecendo ao longo dos anos. Como sabem, estas gradações ocorrem de duas formas, uma delas é precisamente a antiguidade das vias, de elas nunca terem tido uma intervenção profunda, seja de manutenção, seja requalificação. Temos muitas vias no nosso concelho em semipenetração ainda, o que revela a sua antiguidade. E também muita da degradação do estado da nossa rede viária resulta das intervenções que nós estamos a fazer também ao nível da rede de água e saneamento. E, obviamente, também, do facto de nós não termos ainda uma cobertura integral, o que leva a que frequentemente os operadores, eu poderia falar nisto no plural, porque não é apenas a Indáqua que intervém nas vias para as questões ligadas com as redes de água e saneamento, temos muitas intervenções de outros operadores sejam eles a E-Redes, sejam operadores de telecomunicações que, também, frequentemente provocam danos às vezes com ramais mal repostos que não cumprem o regulamento, outras vezes danos que decorrem de uma intervenção que nunca fica como a intervenção inicial. Nós estamos a fazer esse trabalho de recuperação da nossa rede viária. É evidente que, nós esquecemo-nos com facilidade da intervenção que foi feita na Estrada Nacional 1, da intervenção que foi feita na Área de Acolhimento Empresarial, na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, da requalificação da Via do Nordeste. Estamos a falar de centenas e centenas de milhares de euros. Eu diria mesmo de milhões de euros. Mas normalmente a nossa memória leva-nos unicamente a pensar naquilo que ainda é necessário fazer e não no trabalho importante, que tem sido feito no sentido de procurarmos recuperar este passivo, que é realmente algo que nos preocupa muito. Vamos ver se

com esta empreitada de 3.3 milhões de euros temos condições, e com as outras que eu vos referi, de recuperar muita da rede viária que nós temos. Não será através de um novo concurso. Será através deste concurso. Mas, naturalmente que este é um processo contínuo, este não é processo que se esgota com este procedimento concursal. Nós temos de investir na nossa rede viária todos os anos e temos que o fazer de forma expressiva até que a nossa rede viária esteja completamente recuperada e depois tenhamos só mais operações de manutenção do que intervenções profundas. Em relação à intervenção do Senhor António Ilídio, sobre a Rua Visconde Abrantes: Julgo que tinha a ver com um sinal. Não sei se é disso que nós estamos a falar, já não me recordo muito sinceramente. Essa alteração dessa postura de trânsito será feita se fizer sentido que seja feita. Portanto, eu peço ao Senhor Vereador que tome boa nota dessa intervenção. Eu, na altura tinha ficado com a ideia que era um sinal que não estava bem, mas aquilo que me transmitiram era um problema com sinal ou uma coisa qualquer, não sei se é isso? Mas só para o tranquilizar: vamos olhar para aquilo que nos disse e vamos procurar perceber exatamente do que é que se trata e se faz sentido alterar uma postura de trânsito que foi estudada e que foi pensada. Em relação à intervenção do senhor deputado Rui Rocha, a questão da mobilidade, a Linha do Vale Vouga: Esta intervenção que está a ser feita na Linha do Vale Vouga faz parte de uma intervenção, que está prevista, de cerca de 35 milhões de euros, até 2025. Mas está muito longe da intervenção que nós desejamos para a Linha do Vale do Vouga e a intervenção que os municípios da Associação de Municípios Terras de Santa Maria vêm defendendo ao longo dos anos. Nós consideramos que esta resposta é absolutamente crítica para a mobilidade desta importante região da Área Metropolitana do Porto. É uma resposta de mobilidade que compensa o défice que nós temos ao nível das respostas de mobilidade. Nós não somos servidos como outros municípios por redes de autocarros de elevada frequência, por serviços de metro, de barco, se quiser, funicular, seja o que for. Nós temos efetivamente a mobilidade a ser assegurada nestes territórios mais de periferia por transportadores privados que tinham algumas obrigações de serviço público, mas que eram absolutamente residuais. Aquilo que nós vamos procurar fazer, é, naturalmente, alterar este paradigma transformando a ferrovia numa alternativa credível, numa alternativa funcional e eficaz para a população desta região. Nós defendemos que, o investimento tem de ser um investimento, foi anunciado inclusive pelo antigo Ministro das Infraestruturas Portugal, na ordem dos 100 milhões de euros, para requalificar o troço entre Espinho e Águeda. E é esse esse valor que nós achamos como sendo absolutamente crítico. Aquilo que está neste momento: já aconteceu num troço aqui de Oliveira de Azeméis até Espinho, é o que vai acontecer agora entre Oliveira de Azeméis e Sernada. Aquilo que vai ser feito são algumas automatizações de passagens de nível, algumas alterações na superestrutura de via, a mudança integral dos carris, vão ser substituídos, mudanças ao nível das travessias e das fixações da balastragem. Há um conjunto de intervenções que vão ser feitas, mas, sobretudo, são intervenções que melhoram as condições de segurança de circulação na via, mas que não alteram profundamente aquilo que nós achamos que é absolutamente crítico. Vamos continuar a ter apeadeiros completamente desajustados, apeadeiros com mais um século, vamos continuar a ter necessidades de fazer uma reformulação completa do

material circulante. Não tenho dúvidas que é absolutamente crítico, até que pelas exigências do próprio país que tenhamos a eletrificação da via. Há aqui um conjunto dimensões que têm de ser observadas, para que esta Linha do Vale Vouga cumpra exatamente aquilo que nós precisamos que ela cumpra. Em relação à intervenção sobre a UNIR, dar nota sobre o seguinte: Isto é um problema muito complicado. Nós que estamos a fazer é uma alteração profunda sobre aquilo que é a mobilidade no território metropolitano. A mobilidade é um elemento fundamental de promoção da coesão, não há dúvida nenhuma sobre isso, da coesão social, como é evidente, mas também da coesão económica. Eu acho que esta é uma das medidas, que já foi iniciada algum tempo, não tem a ver com este concurso de 2020, tem a ver com o próprio programa de apoio à redução tarifária que é pago, em grande medida, pelo fundo ambiental. Os municípios apenas suportam 20% da verba que custa, digamos, o Programa de Apoio à Redução Tarifária. Neste momento isto traduz-se em poupanças substanciais para as famílias, poupanças muito importantes. Digamos que houve uma devolução substancial de rendimento às famílias. É uma medida com muito mais impacto do que algumas que nós defendemos muitas vezes e achamos que elas são absolutamente determinantes para as famílias. Dizer-vos o seguinte: em relação à forma como está a ser transmitido: Alterações nos trajetos e nas paragens; se o município vai apoiar neste período de transição? A questão dos horários: Não se consegue aceder porque não estão publicados. Não estando publicados, não se conseguem encontrar. Foram publicados os horários do lote 3, que é a Póvoa de Varzim e Trofa, e imediatamente foram retirados porque houve uma série de confusões. Há problemas entre as rotas antigas e as novas rotas. Aquilo que as câmaras municipais fizeram foi, como primeira medida, procurar garantir que tudo aquilo que tinham se mantinha no novo procedimento. Nós estamos a falar de um procedimento para sete anos, que foi lançado por cerca de 400 milhões de euros, e é um procedimento que, foi adjudicado por 311 milhões de euros depois de muita conflitualidade, depois de providências cautelares, de muita litigância, É um procedimento que vai permitir que, se realizem 33 milhões de quilómetros, por ano, no território metropolitano, com uma frota de autocarros de 672 autocarros, a grande maioria deles autocarros que cumprem as exigências ambientais, outros serão mesmo novos, 439 linhas que estarão em operação diária. Estamos a falar de uma operação gigantesca que, tem problemas complexos ao nível de um título único que se designa por Andante, tem operações complexas ao nível da compra do bilhete de bordo, bilhete ocasional, ao nível dos passes. Há aqui um conjunto de questões. Por isso é que também foi dada luz verde, por parte dos Presidentes de Câmara do Conselho Diretivo da Área Metropolitana do Porto, para que se constitua empresa Metropolitana de Transportes. Seguindo aquilo que Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa já fez há mais de um ano. Não é possível gerir uma operação desta complexidade sem termos um conjunto de recursos técnicos altamente qualificados que permitam, não só, gerir o que temos, mas, sobretudo, perspetivar mudanças substanciais naquilo que é a mobilidade do território metropolitano. É fácil perceber que, quando estamos a falar de uma coisa onde as várias dezenas de operadores que operavam no território metropolitano não ganharam os concursos, não ganharam nenhum dos cinco lotes. Oliveira de Azeméis, como sabem, faz parte do lote

Sul/Nascente, é um lote que integra os municípios vizinhos de Vale de Cambra, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Arouca. Portanto, nós temos um operador espanhol, uma empresa espanhola, porventura o terceiro maior operador espanhol. Mas, é evidente que, apesar de ter havido alguma transferência de recursos humanos, nomeadamente motoristas dos prestadores de serviços atuais para o novo prestador de serviços, há um conjunto vastíssimo de motoristas, muitos deles motoristas de várias geografias do globo, que não conhecem os territórios, estão a ter neste momento formação sem passageiros para tentarem conhecer as linhas. Mas é um processo tremendamente complexo. Estamos a falar de cerca de 170 motoristas que são motoristas que vêm de alguns países africanos, mas não só. E, portanto, perceber que esta é uma operação que vai, seguramente, trazer problemas, vai ter questões complexas para ultrapassar. Temos identificado um conjunto de erros, como esse que a Helga referiu. Embora, essa questão da ligação de Oliveira de Azeméis a Ovar foi eliminada via São Martinho da Gândara, mas é assegurada pela Busway, que é o operador da CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro). Temos alguns casos desses, com a ligação para Albergaria é exatamente a mesma coisa. Nós temos vários problemas. Temos, inclusive, circuitos que passavam por zonas de sentido proibido. Temos algumas coisas que temos detetado e estamos naturalmente a comunicá-las e a procurar que elas sejam corrigidas. Mas é evidente que tudo isto são coisas de grande complexidade e, sobretudo, impactam nos territórios que são atravessados por estas linhas. Tudo isto que se faz tem impacto nos territórios vizinhos. Estamos aqui perante algo de muito complexo. E para isso existe um site, que é www.unirmobilidade.pt, que tem um conjunto de questões, tem lá respostas às questões mais frequentes, mais pertinentes. Mas é evidente que há muita coisa que ainda é necessário fazer. Aquilo que nós esperamos é que o processo de adaptação corra bem e que todos os problemas com que vamos ser confrontados no território metropolitano sejam corrigidos. A própria Câmara Municipal vai estar no terreno para ajudar a resolver alguns desses problemas. Mas, não somos a Autoridade Metropolitana de Transportes, não podemos substituir-nos por questões de diversas naturezas, incluindo de natureza legal àquilo que são as obrigações do transportador. Nós não podemos pegar e meter um conjunto de carros e transportar crianças e jovens sem termos autorização para o fazer. Digamos que: Estamos atentos. Vamos participar. Vamos procurar transmitir os problemas com que fomos confrontados. Vamos procurar fazer parte da solução na resolução desses problemas, mas, obviamente, não nos vamos substituir nas responsabilidades a quem tem responsabilidade nesse domínio, que é a Área Metropolitana do Porto, que a Autoridade Metropolitana de Transportes, e o próprio operador que ganhou o concurso e teve mais do que tempo para se preparar para isso. Dar só nota que a publicitação: Eu percebo. Estou inteiramente de acordo com isso. A comunicação com determinado público, não é fácil, pessoas que não têm a literacia digital que têm os mais jovens. No caso concreto de Oliveira de Azeméis estamos através das redes sociais, também através das Juntas de Freguesia, através das Paróquias também. O plano de comunicação que foi definido pela Área Metropolitana do Porto, estamos a dar-lhe substância, estamos a procurar que ele chegue às pessoas, para que as pessoas tenham o máximo de informação possível. O problema é que, efetivamente a

informação é pouca. Esse que é o grande problema. Não há muito a transmitir. Não há nenhum perigo de que os operadores por uma questão económica eliminem rotas. Os operadores não têm nenhum prejuízo com as rotas. Os operadores são pagos ao quilómetro pelos Municípios. Eles têm é interesse em fazer quilómetros, quantos mais melhor. Não há o perigo de eles, deliberadamente, porque a rota não é rentável, a linha não é rentável, eliminá-las. Eles não vão eliminar linhas nenhuma. Eles querem é que se faça o maior número de linhas possíveis, porque eles são pagos ao quilómetro, têm também uma remuneração através da bilhética, mas é absolutamente residual quando aquela que decorre do pagamento ao quilómetro. Em relação ao UNIR: Em traços gerais é isto que vai acontecer. Nós vamos procurar que as coisas corram bem. Vamos procurar trabalhar com o operador, trabalhar com a Área Metropolitana do Porto, para que a resposta aos municípios seja a melhor possível. Em relação à intervenção da Rita Costa, sobre a Escola Básica de Carregosa: Não está incluída no mapeamento, é um facto. Não estão incluídas muitas escolas do nosso país. Gostaríamos que estivesse. Estamos a fazer um trabalho de sensibilização junto da tutela para a importância de que esta escola faça parte desse mapeamento, porque, efetivamente, não tem condições. É evidente que, teremos de olhar para esta escola numa perspetiva futura. Temos de perceber que teremos de tomar ações, no sentido que esta escola tenha muito mais alunos do que o que tem hoje, para que se justifique esta intervenção. Estamos a fazê-lo junto da tutela e esperamos vir a ter sucesso com aquilo que nós queremos porque, obviamente, queremos que todas as escolas sejam requalificadas para, a partir daí a Câmara Municipal assegurar a sua manutenção. Em relação àquilo que disse do pavilhão da Ferreira da Silva, da de Fajões, e da Comendador Ângelo Azevedo: Não é preciso ser reconsiderado como um investimento importante porque ele é considerado como investimento importante, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Nós percebemos muito bem a importância dos equipamentos escolares, do espaço exterior das escolas para darem felicidade às nossas crianças, são complementos importantes daquilo que se ensina na sala de aula e daquilo que são as bibliotecas e que são os refeitórios, ... etc. Todo o espaço-escola é muito importante para as nossas crianças. Temos consciência disso. Mas também temos consciência da nossa dificuldade em chegar a tudo e a todo o lado. É para nós muito difícil, percebendo o estado de algumas das nossas escolas, algumas delas são JI e EB, que não têm efetivamente as condições que as nossas crianças merecem, estarmos a investir centenas de milhares de euros na requalificação de um pavilhão, quando temos necessidades básicas, eu diria mesmo, em algumas das nossas escolas. Temos escolas em paliçadas de madeira. Temos escolas onde chove no seu interior. Temos escolas onde os quadros elétricos desligam várias vezes por dia, basta que se ligue um outro aquecedor. Temos escolas que não têm instalações sanitárias dignas. Temos muita, muita, coisa para fazer. O que não quer dizer que só se possa intervir nos pavilhões, quando tudo estiver feito. Não, não é isso que eu estou a dizer, o que eu estou a dizer é que são realmente investimentos expressivos. Obrigam, seguramente, a uma coisa que nós ainda não temos pronta, não estou a dizer que num ou noutro caso também não tenhamos, que é um projeto de intervenção. Mas, temos consciência disto. Vamos seguramente arranjar uma resposta para resolver, pelo menos os problemas destes

pavilhões que são mais críticos. Não deixando, obviamente, de pensar também naquilo que nos preocupa todos os dias, que são as condições degradantes, em que temos muitas das nossas das nossas escolas. Em relação à intervenção da Daniela Silva - o que é que está previsto para o TEMA, para 2024? O que está previsto, é nós termos uma programação cultural ambiciosa para aquele espaço. Aquele espaço, é um espaço muito importante, mas é apenas um dos elementos de um puzzle que nós queremos que seja bem mais vasto e bem mais complexo. Nós não achamos que a cultura do nosso concelho se esgota na Casa da Cultura. É evidente que é um elemento importante, porque reúne um conjunto de condições que outros equipamentos não têm. Mas nós queremos que a nossa cultura, e tivemos oportunidade de ver isso com a pandemia, seja democratizada. Nós temos efetivamente muitos espaços no nosso concelho que podem receber iniciativas culturais. Percebemos que elas são acolhidas e acarinhadas pelos fregueses, quando elas se realizam nessas freguesias. E, portanto, tem de ser esse o trabalho. Aquilo que nós estamos a procurar fazer, eu julgo que foi também o Francisco que falou sobre esta questão, nós estamos a procurar fazer: é olhar para a nossa cultura numa perspetiva muito mais abrangente. Por isso é que a Garagem Justino é muito importante. Por isso é que o Centro Interpretativo do Vidro é muito importante. E o Programa Estratégico Ferreira de Castro, o Núcleo Castriano, é muito importante. Nós não podemos olhar para a nossa cultura numa perspetiva redutora de acharmos que tudo passa por ali, não. Temos ali realmente condições de segurança e conforto para disponibilizar aos oliveirenses naquela casa a qualidade que os oliveirenses merecem, mas queremos também que essa qualidade se estenda a outras zonas do nosso concelho. Para isso é importante termos uma equipa técnica, que estamos a procurar formar, a primeira fase é naturalmente a contratação de um programador cultural, que está incluído no mapa de pessoal de 2024, que nós hoje vamos ter aqui a oportunidade de analisar, mais recursos humanos que são absolutamente fundamentais, para além dos recursos humanos que a própria Câmara Municipal já tem neste domínio. A construção dessa componente técnica é muito importante. E é isso que nós vamos procurar fazer. Conforme disse o Francisco, esse programador ou programadora cultural, a primeira coisa que tem que fazer é a mediação cultural com esse ativo extraordinário que nós temos, e que muito nos orgulha, que é o nosso movimento associativo com mais de 200 associações que tem feito esse trabalho absolutamente extraordinário de promover a cultura oliveirense aquém e além-fronteiras. Vamos trabalhar numa programação ambiciosa para 2024 para o TEMA. Aquela que está prevista até ao final do ano tem corrido muito bem, é um excelente augúrio. O concerto inaugural com o António Zambujo e o Yamandu Costa, correu muito bem, a casa estava cheia. A cerimónia, foi uma muito bonita, teve um momento alto que foi a designação do Auditório Caracas - atribuição dessa designação ao autor do projeto Cineteatro Caracas, o Senhor Comendador, o arquiteto Gaspar André Moreira Domingues. Tivemos as visitas encenadas que permitiram às pessoas conhecer as entranhas do equipamento, irem a locais onde, porventura, não terão mais oportunidade de visitar. Foi uma forma divertida, inovadora de mostrar o equipamento. O Lar Doce Lar, foi o espetáculo que se seguiu, encheu completamente. Temos boas expectativas em relação ao Quebra-Nozes, é um espetáculo de bailado que

normalmente só está disponível nas grandes casas de espetáculos, nos grandes centros urbanos. Temos também uma estreia da Disney, Wish, que também já está cheia. Eu espero que seja este o padrão nas iniciativas culturais que nós desenvolvamos no TEMA. Espero é que este seja o padrão nas iniciativas culturais que nós tenhamos capacidade para desenvolver em todo o concelho, porque é isso que realmente nos interessa. A cultura não é Casa da Cultura. A cultura é multifacetada, envolve várias dimensões e por isso é que uma equipa técnica que tenha a capacidade de agregar tudo isto é absolutamente relevante, é absolutamente determinante para o sucesso cultural do nosso concelho. Em relação a questões colocadas pelo Francisco Silva: O Regulamento de funcionamento está em discussão pública para constituição de interessados. Portanto, está a desenrolar-se. Em relação ao processo de licenciamento: Nós temos uma licença provisória para o TEMA. Nós queremos a licença definitiva para o TEMA. Nós já estivemos demasiados anos com o equipamento a beliscar a lei ou a ferir a lei, se quisermos. Nós não queremos isso no equipamento. Nós queremos que o equipamento esteja devidamente legalizado em todas as dimensões, é isso que nós estamos a fazer. O processo está na entidade que tem essa responsabilidade. Aquilo que nós esperamos é que a chancela seja uma chancela definitiva que nos permita ter um equipamento devidamente legalizado. Quando é que temos em pleno e regular funcionamento? Ele está em pleno e regular funcionamento. O Teatro Municipal, tirando essa particularidade de não termos a equipa técnica que nos permite não só, definir a programação para esse equipamento, mas também tudo aquilo que é a programação cultural para o nosso concelho. Em relação ao TEMA, era isto que eu tinha para dizer. Em relação às questões colocadas pelo João Costa, sobre a habitação A habitação é um problema do país, não é um problema que possa ser municipalizado, oxalá fosse um problema exclusivo de Oliveira de Azeméis. Efetivamente, é um problema complexo. A habitação é um direito constitucional e, portanto, significa que nós achamos que esta é uma condição absolutamente crítica para a dignidade humana. Portanto, nós temos de ter habitação digna para as pessoas. É isso que se procura fazer em múltiplas dimensões: uma delas, naturalmente, é a Estratégia Local de Habitação, outras são os programas de Apoio ao Arrendamento. A Câmara Municipal tem uma verba de cerca de 200 mil euros, para fazer apoio arrendamento. Mas, desejavelmente, o que nós gostaríamos era de ter zero. Objetivamente, é isso que nós gostaríamos. Nós não ficamos satisfeitos quando temos ano após ano que disponibilizar mais verbas para apoiar o arrendamento. Porque significa que o modelo está a falhar. E está a falhar porquê? Porque, realmente, nos últimos 20, 25 anos, nós tivemos uma quebra de 85% na construção de novos imóveis, em relação ao período homólogo. Isto significa que, uma boa parte do problema terá de ser resolvido quando nós tivermos uma oferta que excede a procura, só assim é que nós vamos conseguir, eventualmente, ter uma correção no valor dos imóveis, caso contrário, enquanto tivermos, por um lado, a procura impulsionada por investidores estrangeiros, mas ao mesmo tempo a procura impulsionada pela falta de oferta de habitação, nós vamos ter, não sei se uma inflação provocada, se uma inflação real dos preços. Temos que efetivamente avançar para a construção de mais imóveis. É isso que estamos a procurar fazer em Oliveira de Azeméis. Temos

feito esse trabalho de mediação com muitos investidores, sejam eles investidores locais, sejam investidores de fora do concelho. Alguns deles, neste momento, já estão a construir no concelho, brevemente muitos mais estarão a construir no concelho e teremos, seguramente, centenas de novos fogos a aparecer no concelho de Oliveira de Azeméis. Obviamente, porque é assim que acontece, infelizmente, muitos deles concentrados no espaço-cidade. Este trabalho é um trabalho que nós queremos fazer, mas é um trabalho que se faz a par também da iniciativa privada, na resolução do problema da habitação. Mas também é muito importante que nós tenhamos estes programas de arrendamento dirigidos aos jovens, dirigidos naturalmente à classe média que também tem o mesmo tipo de dificuldades. Também investir nas questões ligadas à reabilitação e à regeneração urbana, olhando para aquilo que são os prédios devolutos, olhando para aquilo que são os prédios degradados e procurando dar respostas a essas dimensões. Nós muitas vezes não valorizamos, e os investidores apreciam, e também quem procura casa aprecia, termos o IMI na taxa mínima. Por exemplo, uma medida que foi tomada muito recentemente - alargar substancialmente o âmbito da ARU; é uma medida que permite que a Câmara abdique de receitas substanciais a favor de benefícios fiscais, a favor de isenções que tornam o território para os investidores, o território-cidade, neste caso, muito mais atrativo. O passo seguinte é, naturalmente, procurar que este instrumento de reabilitação urbana e estas operações de reabilitação urbana se estendam a outras freguesias do nosso concelho. São duas medidas que têm um impacto muito significativo, muito expressivo. Em relação à Estratégia Local de Habitação: Nós estamos a cumprir com aquilo que foi a identificação feita de habitações carenciadas. Porque a Estratégia Local de Habitação é para dar resposta a famílias têm carência habitacional. Nós estamos a desenvolver esse processo. Nós fizemos a requalificação de dois blocos no Bairro de Lações, dois blocos de habitação social. Lançámos a concurso. Estamos a falar de 0.5 milhão de euros, que foram investidos na altura. Lançámos agora a concurso 1 milhão de euros para a requalificação dos outros 40 fogos que tínhamos nesse complexo habitacional social. Já temos uma proposta vencedora. Portanto, vai ser feita a requalificação desses 40 blocos e ficaremos, nessa perspetiva, com esta dimensão da nossa estratégia local de habitação cumprida. Para além disso, temos 47 fogos novos que resultam também da identificação que foi feita pela nossa Estratégia Local de Habitação. Neste momento estamos a desenvolver um procedimento, que até termina no final deste mês, para que haja manifestação de interesse por parte de pessoas que reúnam as condições para se proporem a uma habitação, ao abrigo da Estratégia Local de Habitação. É um caminho evolutivo que nós estamos a procurar fazer. Se tivermos essa manifestação de interessados, aquilo que nós vamos fazer é, naturalmente, redefinir a nossa Estratégia Local de Habitação, alterar a nossa Estratégia Local de Habitação para procurarmos dar resposta a esses novos pedidos. Eu não gosto muito, e há pessoas que o fazem de forma recorrente, de nos compararmos com os outros. As realidades dos territórios são completamente diferentes. Eu gostaria de não ter nenhum fogo habitacional a ser apoiado pela Estratégia Local de Habitação. É bom sinal. Era sinal de que não tínhamos carência de habitação social. E, portanto, os municípios que tem grandes carências de habitação social, são municípios

que têm, normalmente, ou movimentos pendulares relevantes e, portanto, têm ali muita gente que se fixa nos territórios através de fenómenos de migração e de imigração, e tem também bolsas de pobreza assinaláveis ou problemas sociais assinaláveis. Aquilo que se pretende é que, efetivamente, não tenhamos esse tipo de necessidades. Mas elas existem realmente, foram identificadas e estamos a procurar dar resposta. O projeto estará pronto até ao final deste ano. E teremos condições também de procurar que durante o ano 2024 o investimento que nós tínhamos previsto de cerca de 5.8 milhões de euros, eu acho que se vai transformar em 8.9 ou 10 milhões. Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Porquê? Porque assenta num preço de construção do metro quadrado de 1300 euros, que está 50% seguramente abaixo do preço médio hoje de construção. Aliás, estão aqui pessoas que são da área da engenharia civil e percebem que este valor é claramente insuficiente. Este valor é claramente insuficiente, mas é o valor que está disponível. Em relação à intervenção da Helga e a questão ligada diretamente à ESAN: Naturalmente que fiz parte do Comité de escolha. Fico muito satisfeito pelo Professor Martinho Oliveira ser reconduzido para o 4º mandato à frente dos destinos da Escola Superior Aveiro Norte, porque efetivamente ele tem sido o grande impulsionador de muitos dos projetos estruturantes que existem nesta Escola Superior e, sobretudo, é o grande impulsionador pela fortíssima ligação que existe entre a Escola Superior Aveiro Norte e a Câmara Municipal e, naturalmente, isso é que é relevante, com o tecido económico que, ao fim ao cabo, acaba por justificar a existência da própria Escola. Eu olho com muito agrado para os projetos que o Professor Martinho Oliveira tem acarinhado ao longo dos anos: Fábrica do Futuro, é um deles, é um projeto extremamente ambicioso para um campus universitário que vai colocar Oliveira de Azeméis na rota da produção de conhecimento e da fixação de talento. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. E também as licenciaturas de engenharia aeroespacial, as licenciaturas de software industrial e fabrico digital, que ele está a procurar trazer para a escola Superior Aveiro Norte. Alguém que tenha este tipo de inconformismo, alguém que batalha tanto para que as coisas aconteçam, obviamente que tem várias preocupações - uma delas é a ligação que referiu: Que, não é nada fácil, é uma ligação altamente dispendiosa, mas que, obviamente, faz todo o sentido que se que se realize. Mas neste momento, a nossa preocupação é, realmente, por um lado, residência universitária, mas, por outro lado, a Escola Superior Aveiro Norte está a rebentar pelas costuras. Acho que já fizeram a racionalização possível do espaço. Neste momento a escola não tem por onde crescer. A escola está completamente espartilhada e, neste momento, é absolutamente crítico nós aumentarmos a área da escola, termos os laboratórios e as salas de aula separadas, termos espaços sociais, como refeitórios, completamente diferentes dos espaços exíguos que temos hoje. Neste momento, a Câmara Municipal, a Direção da Escola Aveiro Norte, mas também a própria Reitoria da Universidade de Aveiro, e os próprios empresários, porque são uma componente importante deste tripé onde assenta este modelo de desenvolvimento para o concelho, estão completamente alinhadas com esta prioridade. A prioridade é a Fábrica do Futuro. Andamos a trabalhar isto com a tutela há muito tempo. Há um conjunto de compromissos já assumidos com a tutela. A própria Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte tem participado em todo

este processo e, portanto, julgo que, neste momento, aquilo que importa é nós concentrarmos a nossa atenção na ampliação das atuais instalações, para que tenhamos lá o tal laboratório de experimentação e tenhamos ali o conceito de ideia de negócio para a empresa a funcionar no Campus Universitário da Escola Superior Aveiro Norte. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD. =====*

===== Senhor presidente, o concurso foi lançado, mas só em março/ abril de 2024 é que pode ser adjudicado com um prazo de execuções de 365 dias. Na melhor das hipóteses estas arrancariam em abril de 2024, mas o grosso da empreitada, por assim dizer, só seria em 2025. Algumas vias estão em tal estado deterioração que necessitam de uma intervenção urgente, não para 2025. E muitas delas nem constam sequer na lista deste concurso e sabemos que há muito são pedidas pelas Juntas de Freguesia. Senhor Presidente, recorde que este executivo tomou posse em 2017, desde então: houve tempo para fazer um diagnóstico atempado, houve tempo para planear e para priorizar com base nas necessidades no terreno. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **António Ilídio**, do PSD. =====*

===== O Senhor esteve ausente na Assembleia, em São Roque. Eu nada tenho contra o descanso merecido de Vossa Excelência. Agora, o que eu não posso concordar é que não tenha sido informado daquilo que se passou na Assembleia. Na minha intervenção fui sucinto e tentei ser curto, para se resolver o problema o mais rápido possível. Passo a esclarecer Vossa Excelência e todos os presentes e aqueles que nos estão a ouvir em casa: a Rua Marquês de Abrantes, a rua que passa em frente ao Gemini, ao fundo, depois da alteração, no sentido descendente da rua, ela converge em dois sentidos únicos: do lado esquerdo vai para a antiga rodoviária, do lado direito para a Churrasqueira Aldeia Nova. Como é que vem trânsito em sentido contrário? Eu sou especializado em código e segurança rodoviária. E vou-lhe dizer: quando as vias têm alguma intensidade de tráfego é proibida a inversão do sentido de marcha. E os condutores para virem no sentido contrário, até ao Épico têm de inverter o sentido de marcha. É um erro que o gabinete para a postura de trânsito cometeu. E deve-se corrigir isso o mais rápido possível. Como é que vêm veículos em sentido contrário, quando convergem duas vias de sentido único? =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Francisco Silva**, do PSD. =====*

===== *Senhor Presidente, naturalmente que agradeço as respostas, às questões que lhe coloquei, que efetivamente eram pragmáticas. Mas gostava só, naturalmente, falou da equipa que ainda não está, mas acima de tudo, o papel relacionado com o programa do cultural, perceber em que ponto é que está essa circunstância? E também uma questão, que eu acho que é de elementar justiça: o TEMA abriu dia 11 de novembro e só a 20 de novembro é que foi lançado o Projeto de Regulamento - não é uma questão de estar em pleno, em pleno funcionamento, ou regular funcionamento. Acho que é isso que todos queremos. E tenho a certeza que o Senhor também, e o Executivo. Era perceber qual a data previsível para termos tudo isto, até para todos aqueles utilizações, sejam internas, sejam externas e, nomeadamente para o movimento associativo, como Senhor Presidente foi desafiado também ainda agora há dias na Banda de Fajões para propor ali uma atividade, que estejam estas Normas efetivamente publicadas e regulamentadas de forma que todo e qualquer cidadão, seja coletivo, seja pessoal, possa perceber utilização do cineteatro. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *Só para clarificar. Primeira questão: A minha intervenção não pretendeu diminuir a importância e a dimensão estratégica da cultura no Concelho de Oliveira de Azeméis. Nós estamos a favor de todas as atividades culturais que promovam o engrandecimento do concelho. Aquilo que nós ponderamos é um investimento feito num equipamento que nos vai custar, seguramente, mais de 2.5 milhões de euros e em que, nós achamos que temos outro tipo de valências para dinamizar a cultura. Aqui, o que nós estamos aqui a discutir é exatamente a oportunidade desse investimento. Mas uma vez ele feito, é de facto importante que o projeto deste Executivo se concretize; se concretize no mais rápido espaço de tempo possível e que se minimize aquilo que nós achamos que vai custar muito ao Município. Quando nós falamos na Garagem Justino, é exatamente a ponderação desse investimento e, naturalmente, o desinvestimento noutras atividades que nós consideramos prioritárias. E além disso, não desmerecendo a importância da cultura, nós vemos que o Estado Central afeta à despesa na cultura, 0.43%. Eu não quero desmerecer isto, mas de facto há outro tipo de estratégia de investimento, o Senhor Presidente, falou aqui agora mesmo que existem problemas nas escolas com infiltrações, etc. Aquilo que está aqui exatamente em discussão, não é a importância estratégica nem a dimensão estratégica na cultura, é o tipo de investimento que se faz. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Duas notas muito rápidas: Senhor Presidente, eu referi-me aos horários, porque foi aquilo que o Senhor Presidente referiu na Reunião de Câmara e manifesto essa preocupação para*

que realmente o site esteja a funcionar. Isso não resolve a questão dos outros utentes que não que não têm literacia digital, como referi, mas acho que era importante essa questão estar resolvida. A Linha do Vouga: Acho que não nos podemos esquecer que é uma necessidade haver uma ligação de Oliveira de Azeméis ao Porto. Tudo aquilo que falou relativamente à requalificação, naturalmente que o PSD sempre o saudou. Outra questão prende-se com a Escola de Carregosa: Queria que o Senhor Presidente nos dissesse, - eu tenho acompanhado a questão da Escola de Carregosa e do mapeamento, lança-nos aqui hoje um dado novo, - eu já tive oportunidade de falar várias vezes com o Senhor Diretor, que é: «a escola não foi incluída no mapeamento por não ter o número de alunos suficientes, quando tiver mais alunos será alvo de um forcing, junto da tutela - Foi isso que eu percebi. Eu não tenho o número de alunos, tenho isso nas minhas anotações. Eu gostava de perceber é: o número de alunos que têm neste momento e o número de alunos que é necessário, para nós vermos da parte da tutela um assumir de responsabilidades, relativamente à requalificação desta escola antes da transferência para o município. Relativamente ao Campus Universitário: o Senhor Presidente falou e referiu aqui a importância. Nós, naturalmente, também partilhamos dessa mesma preocupação. Acho que é importante a questão da Fábrica do Futuro e o alojamento estudantil são investimentos fundamentais. O Senhor Presidente diz, que temos que nos focar naqueles investimentos. Mas, Senhor Presidente, não nos podemos esquecer que estes investimentos vão levar para aquele espaço um maior número de alunos, uma maior carga, quando nós todos sabemos que a nível de gestão de espaço e de gestão de mobilidade interna, nomeadamente de estacionamento aquele espaço já está muito retraído. Há uns anos atrás, eu recordo-me, quando falávamos de algumas Zonas Industriais, o Senhor Presidente diz que não houve planeamento, não houve preocupação do executivo anterior em acautelar essas questões. Daí nós estamos aqui a lançar essa preocupação, Senhor Presidente. É que, é necessário, como disse, também entendo que é, começarmos a planear uma ligação ao IC2. Temos consciência que é uma ligação que tem custos adicionais, mas acho que é importante começarmos a planear e a demonstrar essa necessidade junto dos órgãos da tutela. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**, para defesa da honra. =====*

===== De facto, não é habitual. Agradeço-lhe de me ter dado a palavra, mas eu tenho de repor aqui a verdade, perante uma afirmação que o Senhor Presidente fez, em relação a propostas supostamente apresentadas pelos vereadores do PSD. E como não corresponde à verdade, eu tenho que necessariamente, até pode interpretar isto como defesa da honra, esclarecer aqui que aquilo que o Senhor Presidente disse não é efetivamente verdade. O Senhor Presidente em resposta ao deputado Pais Ferreira, quando estava a falar das prioridades, disse que os Vereadores do Partido Social Democrata propuseram, em período pandémico, a realização do Europeu de Hóquei Patins em Oliveira de Azeméis e a candidatura de Oliveira de Azeméis a capital Europeia do Desporto. Ora, querendo com esta afirmação de alguma forma incutir-nos

algum tipo de irresponsabilidade naquilo que foram as nossas propostas e tentando desvalorizar aquilo que eram as nossas prioridades. Ora, eu devo esclarecer que, nada disso aconteceu. O que aconteceu, em relação à Capital Europeia do Desporto, na Reunião de 19 de novembro de 2020, foi, tão-somente, uma questão dos Vereadores, se Oliveira de Azeméis ponderaria ou ponderava candidatar-se à Capital Europeia do Desporto em 2023, ou seja, nem sequer era já em período pandémico. A resposta do Senhor Presidente foi a seguinte: «Faz sentido que estudemos esta possibilidade, que tentemos perceber se reunimos condições para termos uma candidatura de sucesso em 2023. - Foi esta a resposta do Senhor Presidente, a esta pergunta que nós fizemos. E não uma proposta. Portanto, disse, na altura, que até fazia todo o sentido. Em relação à organização do Europeu de Hóquei em Patins. Foi na Reunião Câmara de 13 maio de 2021, quando se soube que um município, creio que Viana do Castelo, não era Viana do Castelo, era outro município Paredes, peço desculpa, iria organizar o Mundial de Hóquei de Patins. Os vereadores do PSD, também não apresentaram nenhuma proposta, apenas perguntaram ao Senhor Presidente se equacionava fazer uma organização deste género em Oliveira de Azeméis. Ao que o Senhor Presidente respondeu: «É evidente que não ponderamos neste momento candidatar-nos à organização deste Europeu de Hóquei em Patins. Isto não quer dizer que, no futuro, não ponderemos esta iniciativa como outras iniciativas em modalidades onde temos efetivamente grande notoriedade no plano distrital e no plano nacional, portanto, estamos abertos à organização de todos os eventos, não só no domínio do hóquei em patins, seja em que modalidade for...». Isto demonstra que, efetivamente as/os vereadores do PSD, não fizeram nenhuma proposta, muito menos nenhuma proposta irresponsável, fizeram duas perguntas ao Executivo e, às duas, o Senhor Presidente respondeu afirmativamente dizendo que eram sugestões e estava disponível para as considerar. Portanto, está reposta a verdade. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Em relação à intervenção da senhora deputada Maritza: Nós nunca negamos o problema nem nunca deixámos de trabalhar para o resolver. Portanto, o problema da rede viária sempre foi, à semelhança de outros problemas críticos com necessidades de resolução urgentes, um problema tremendamente complexo e traduz um historial reiterado de falta de investimento em infraestruturas básicas, como a rede de água e saneamento ou como a rede viária. É evidente que há um conjunto de vias que precisam de ser intervencionadas, mas elas só podem ser intervencionadas de duas formas: ou através de administração direta, com os recursos parcos que temos; ou através de uma empreitada, que isso que nós estamos a fazer. As empreitadas demoram tempo. Para este tipo de montantes precisam de vistos de tribunal de contas. As questões processuais são morosas. É evidente que se fosse um privado lançava o procedimento há um mês atrás ou mês e meio atrás e hoje já estava a ser executado. Numa Câmara Municipal, esperemos que tudo corra bem e que realmente esses prazos, que adiantou, possam ser cumpridos. Ficaríamos muito

satisfeitos se nós tivéssemos a possibilidade de a partir de março de 2024 termos intervenção na rede viária. Aquilo que nós vamos fazer é para as ruas que estão em mau estado, e há efetivamente muitas ruas que estão em mau estado, nós vamos fazer uma intervenção no sentido de fazermos operações de conservação, operações de manutenção. Obviamente, não podemos requalificar essas vias porque não temos condições para o fazer, porque se tivéssemos condições já o tínhamos feito. Deixe-me só dar uma nota, que é o seguinte: Eu acabei de dizer há pouco: nós estamos a prever um investimento de 8 milhões de euros na rede viária, no próximo ano. O exercício é fácil. É procurar perceber onde é que tivemos investimentos dessa natureza na nossa rede viária. Isto é resultado, em primeiro lugar, do mapeamento necessidades e depois, também, dos contributos que nos são dados pelos Presidentes de Junta que identificam nos seus territórios aquilo que é necessário fazer. Nós, para além dessa identificação, achamos que há vias que são absolutamente estruturantes e, portanto, essas vias que são absolutamente estruturantes nós, por iniciativa própria, elencamo-las e definimos verbas para a sua execução. E, por isso, senhora deputada Helga Correia: é evidente que esta ligação do IC2 é muito importante. É evidente que tudo é importante. É evidente que nós rapidamente chegámos à conclusão que a própria Via do Nordeste é muito importante, o acesso à Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro é muito importante. Nós sabemos identificar com facilidade tudo o que é importante. Não temos nenhum problema quanto a isso. Qualquer um de nós que aqui está dentro e seguramente muitas das pessoas que nos estão a ouvir em suas casas, conseguem identificar com facilidade aquilo que é necessário fazer no concelho. Mas é muito importante que se definam prioridades. Olhe, vou lhe dizer que, a Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro está à frente nas prioridades em relação à ligação da ESAN ao IC2, assim como o prolongamento da Via do Nordeste até Fajões está também à frente dessas prioridades. Porquê? Porque achamos que, neste momento, são necessidades mais prementes do que esta necessidade da ligação. É evidente que nós se expandirmos a Escola Superior Aveiro Norte vai trazer, esperamos nós, mais pessoas, mais dificuldades no acesso, convenhamos que o acesso que foi encontrado é um acesso que não tem por onde se lhe pegue. Efetivamente é um acesso perigosíssimo, inclusive houve lá muito recentemente um acidente. Efetivamente é uma situação que nos preocupa e à qual nós temos que necessariamente dar resposta. Em relação à intervenção do Senhor Ilídio: eu não lhe disse que não tinha sido informado. Isso foi uma interpretação abusiva que fez. O que eu disse foi, humildemente, que não me recordava do assunto - se era um sinal, se uma alteração de postura - que não me recordava do assunto. E, portanto, foi apenas isso que lhe disse. E reconheci que, se estamos errados, vamos corrigir aquilo que está mal, não temos nenhum problema com isso. Agradeço o seu contributo. Percebe seguramente disso mais do que eu. Senhor Vereador está aqui e com certeza que vai prestar toda a atenção à observação que fez. Em relação à intervenção do Francisco Silva: Este processo dos Regulamentos, das Normas, estará concluído na próxima Assembleia Municipal, em princípio, se tudo correr bem estará concluído e teremos um documento. Neste momento, temos um documento que define as regras de utilização, portanto, não estamos num vazio. Nós temos um documento que define as regras, portanto, digamos, há regulação para o espaço, mas não é a regulação que nós queremos. Queremos naturalmente que esse documento seja

adequado à nova realidade que lá temos. O programador cultural vai fazer muitas coisas: Vai inscrever o Teatro Municipal na Rede de Teatros e Cineteatros portugueses; Vai fazer a criação e gestão de parcerias nacionais e internacionais e projetos de cooperação, seja com a Área Metropolitana do Porto, Associação de Municípios, Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, Associações Culturais da Região, de outras geografias do país e até internacionais, ligações a universidades, etc; Vai elaborar e acompanhar candidaturas e apoios financeiros para atividade cultural; vai elaborar o Programa de Programação Cultural do Município de Oliveira de Azeméis e não do TEMA, com um conjunto de regras que aqui são definidas; vai criar oficinas de criatividade que promovam o diálogo entre os agentes culturais concelhios e fomentem também o aparecimento de novos artistas e, também, naturalmente, que promovam os artistas emergentes, a implementação de um projeto de criação de centros culturais nas Freguesias, a tal perspetiva da descentralização da cultura pelas nossas Freguesias, que promova a inclusão, a multiculturalidade, dimensões que são absolutamente estratégicas para o desenvolvimento também das nossas freguesias. Vamos ter aqui também a identificação da rede espaços públicos e privados, naturais ou construídos, que permitam alargar a atividade cultural, e aqui enquadra-se a Praia Fluvial do Pedregulhal, as Minas do Pintor e outras dimensões que nós temos felizmente no nosso território. Vai ter também a responsabilidade de fazer um plano de dinamização cultural para a futura Oficina de Artes, na Garagem Justino. Vai também trabalhar com a equipa que está a trabalhar na candidatura da Arte e Tradição da Vidreira a Património Imaterial da Humanidade da UNESCO, portanto, terá essa responsabilidade também. Há aqui um conjunto vasto de questões que esse programador cultural vai ter de observar. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que as coisas funcionem e que as coisas corram. Francisco, eu não consigo responder a essas questões. E resisto a responder a essas questões porque, nós, lançando o procedimento, estamos dependentes de tudo. Depois temos um júri que vai avaliar o conjunto dos candidatos, vai definir a tabela de avaliação. Aquilo que nós queremos é que, o mais rapidamente que nos seja possível, o programador cultural esteja ao serviço da cultura do concelho. Gostaríamos muito que no primeiro trimestre de 2024 tivéssemos o programador cultural. E o Mapa de Pessoal que nós vamos aprovar aqui, hoje, estivesse já em fase de contratação dos recursos humanos que são necessários para o assessorar. É isso que nós pretendemos. Em relação ao Pais Ferreira: Falou aqui nos 0,43%. Nós não queremos ser iguais ao Estado. Nós achamos, conforme eu disse, que a cultura é absolutamente determinante para o nosso território, para os oliveirenses e, portanto, investiremos tudo aquilo que for necessário, naturalmente dentro do nosso quadro de disponibilidade, para que as coisas aconteçam. Sinceramente, não estou preocupado com a sua preocupação. Nós temos feito um conjunto vastíssimo de erros ao longo dos anos onde consumimos várias vezes os recursos financeiros que são necessários para requalificar a Garagem Justino. Oxalá eu pudesse recuperar muitas dessas coisas, muito desse dinheiro que foi, na minha opinião, mal gasto e erros estratégicos graves que todos pagamos. Nessa perspetiva, este investimento, eu tenho a certeza absoluta que será um investimento, aliás, um investimento no Parque Urbano será um investimento muito apreciado pelos oliveirenses. Em relação à Helga: Eu não disse que o motivo

pelo qual a Escola de Carregosa não era mapeada era por ter não alunos suficientes. O que eu disse foi: que é uma preocupação a quantidade de alunos que nós temos na escola. É uma preocupação. É evidente que, a escola, não tendo condições, não tem procura. Nós, a partir do momento em que requalifiquemos, eventualmente, potenciaremos a procura. E por isso é que eu disse: que é preciso olhar com muita atenção para o número de alunos que temos nesta escola. Eventualmente encontrarmos fórmulas de a dinamizar, de a promover para que ela tenha uma capacidade para fixar mais alunos. Tanto mais que é numa Freguesia, das poucas freguesias do concelho, que cresceu em termos de populacionais, a par da freguesia de Loureiro. E, portanto, nessa perspetiva, olharmos com preocupação para isto porque, as razões que levaram o Ministério da Educação a não a mapear são as razões do Ministério de Educação, não são as razões da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, porque se dependesse da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis ela estava mapeada como estão as outras duas, não haja dúvidas sobre isso. Gostaríamos muito, por isso é que estamos a trabalhar para que, à semelhança da Escola do Loureiro e da José Pereira Tavares, a Escola de Carregosa esteja também incluída neste mapeamento. Aliás, porque é uma escola importante para esta zona do nosso Concelho. Em relação à intervenção da minha colega de Executivo, Carla Rodrigues: Há exercícios que nunca se devem fazer. Mas este exercício foi autorizado. Portanto, fê-lo devidamente legitimado. Efetivamente, veio aqui dizer que o executivo do PSD não apresentou propostas. Efetivamente não apresentou propostas, é um facto, porque nunca apresenta propostas. Nessa perspetiva, eu desafio a procurar nas atas as propostas que tem apresentado para a mudança, digamos assim, daquilo que é o panorama que nós temos no nosso modelo de desenvolvimento do concelho. Efetivamente, é verdade que foi elencada a possibilidade de nós sermos Capital do Desporto. E é verdade também que fomos desafiados, não através de uma proposta, mas através de uma intervenção, para organizarmos um Europeu de Hóquei em Patins, em pleno período pandémico, essa é que é verdade. Deixe-me que lhe diga o seguinte: Nós quando temos uma perspetiva ou quando temos a perspetiva correta da governação, nós temos que, em cada momento, definir as prioridades que nós entendemos como sendo as mais corretas. As prioridades que nós entendemos como sendo as mais corretas, Senhor Deputado Fernando Pais, não significa que o Senhor não possa ter razão, o tempo vai demonstrar quem é que tem razão. E deixe-me que lhe diga, eu não tenho problema rigorosamente nenhum se o tempo vier a demonstrar que eu não tinha razão. Lamento. Porque acho que ficamos todos a perder por termos perdido tempo e não termos apostado na prioridade correta. Os oliveirenses não pensam assim. Os oliveirenses validaram isto que nós estamos a fazer. E aquilo que eu acredito, e acredito piamente nisto, as pessoas que me acompanham acreditam piamente nisto, é que estes investimentos que foram definidos como sendo prioritários e, se quiser, estou a falar do Mercado Municipal, estou a falar do novo Fórum, que nos vai permitir poupar centenas de milhares de euros de renda, estou a falar do Teatro Municipal, estou a falar do Parque Urbano, estou a falar da Garagem Justino, da Praça Maior, se quiser da requalificação ou de refuncionalização do Largo do Gemini, da Praia do Pedregulhal, as Minas do Pintor, nós estaremos, digamos, em condições de potenciar o nosso território. Nós achamos que estas são as prioridades corretas e respeitamos quem tem uma

elencagem de prioridades diferente. Agora, aquilo que nós não temos dúvidas rigorosamente nenhuma, é que o objetivo que se pretende com prioridades diferentes é exatamente o mesmo, isso não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma, que é que o concelho se desenvolva e que as condições da vida da população melhorem. A forma como nós entendemos que isso deve ser feito, diverge. E não vem daí nenhum mal ao mundo. Muito pelo contrário, revela que é possível chegar ao mesmo resultado com perspetivas diferentes. A isso, chama-se democracia. E é isso que eu gostaria aqui de ressaltar. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

===== Senhor Presidente, com todo o respeito, em defesa da honra da bancada, eu não posso deixar que o Senhor Presidente da Câmara diga que os Vereadores do PSD não apresentam propostas. E não posso, porque, eu recordo-me, ainda o ano passado, no âmbito da discussão orçamental do Município, o PSD, os seus Vereadores, a líder de bancada e o Presidente da Concelhia do PSD estiveram no gabinete do Senhor Presidente e, o Senhor Presidente deve-se recordar disso, apresentaram um conjunto de propostas. Não pode vir dizer aqui, perante toda esta Assembleia, que PSD não apresenta propostas. Pode, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do Executivo, entender que as propostas do PSD não são as políticas que este município quer levar a cargo. Agora, dizer e faltar à verdade que o Grupo Municipal do PSD, neste caso os seus Vereadores, não apresentam propostas. É mentira. E eu não posso, enquanto líder de bancada, deixar que essa mensagem passe porque, Senhor Presidente, eu estive nesse dia consigo no seu gabinete, tivemos uma discussão bastante interessante relativamente ao que era a visão do Executivo e o que era a nossa visão. E o facto de dizer que muitas dessas propostas já estão a seguir, mas seguem numa vertente diferente, é uma coisa. Agora, dizer que não apresentamos propostas, é faltar à verdade. Muito obrigada. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== Apenas para concordar que este tipo de intervenções não dignifica o trabalho desta Assembleia Municipal. Mas não tenho o hábito faltar à verdade. Deixe-me que lhe diga o seguinte: a Senhora está a falar do Estatuto da Oposição. No estatuto de oposição, não tive nenhum documento que fosse entregue à Câmara Municipal, este ano. Desculpe, não tive. É evidente que, quando quer interpretar dessa forma aquilo que eu entendo como propostas objetivas. É nós irmos ver os mandatos anteriores e ver as centenas de propostas que eram apresentadas de forma formal, no papel, objetivamente, e ver o que é que são as propostas que são apresentadas hoje de forma formal. Como sabe, ao abrigo do Estatuto de Oposição, temos aqui partidos que apresentaram um

documento formal com um conjunto de propostas. Não foi isso que aconteceu com o PSD. É isso que eu lhe estou a dizer. =====

===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 16 minutos e 35 segundos; o PSD utilizou 35 minutos e 38 segundos; e os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====

===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu um intervalo de 5 minutos, para repor energias. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** - **Aprovação da Ata nº 11 - Sessão da Assembleia Municipal de 25-09-2023 - Aprovação;** =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 11 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25 de setembro de 2023. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 11 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25 de setembro de 2023, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do nº 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **Ponto dois:** - **Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *É o cumprimento de uma obrigação legal. Estamos a apresentar uma informação intercalar, sobre a situação financeira do município a 15 de novembro de 2023.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.* =====

===== **Ponto três: - Mapa de Pessoal para o ano 2024 (I/67579/2023) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (n.º 1 do art. 28.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 e respetivas alterações); - Que os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art. 29.º do anexo à referida lei); - Que o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: 1. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; 2. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; 3. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; 4. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º 2 do art. 29.º do referido anexo ao diploma): - Que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica (n.º 4 do mesmo artigo); - As necessidades previsionais de pessoal manifestadas pelos serviços municipais para ano de 2024; - Que se encontram identificados e justificados no mapa de pessoal os postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade (art. 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31.12 e Decreto Lei n.º 93/2021, de 09.11); Propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2024 (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 4 do art. 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 na redação atual, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art. 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a previsão do número de colaboradores que são necessários, em termos de novos recrutamentos para o ano de 2024, para suprir as necessidades que nos foram manifestadas pelos serviços e também, naturalmente, para darmos cumprimento a outras exigências que temos, nomeadamente no processo de descentralização de competências. Estamos aqui a apresentar os recursos humanos que são necessários.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto quatro: - Documentos Previsionais I/67307/2023:** =====

===== ➤ ***- Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2024; - Aprovação;*** -----

===== ➤ ***- Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2; - Autorização / Aprovação;*** =====

===== *“Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a apresentar-vos o nosso Orçamento Municipal para o ano de 2024. Um Orçamento que mantém a mesma dinâmica transformacional que tem sido levada a cabo nos últimos anos e assente nos mesmos princípios que são os princípios de gestão e de orientação política que se traduzem fundamentalmente no rigor e na gestão dos recursos financeiros existentes, na criação de capacidade de investimento substancial com recurso a capitais próprios, procurando assim não ficar dependente dos fundos comunitários para investir. E, naturalmente, conforme também já foi aqui amplamente debatido, na aposta num conjunto de prioridades que permitam resolver, por um lado, os problemas estruturais do concelho, mas, por outro lado, reforçar também a competitividade do nosso território e, naturalmente, melhorar a qualidade de vida dos oliveirenses. Outros princípios fundamentais, é a construção de um concelho onde ninguém fique para trás e onde todos possam viver com condições de felicidade e dignidade. O orçamento, é um exercício previsional. E, portanto, como sabem, os valores e as obras que estão inscritas, estão sujeitas a alteração. E uma alteração normal é alteração que decorrerá do reforço*

de verbas por incorporação de um saldo de gerência no futuro. As circunstâncias que levam à alteração deste orçamento são circunstâncias, algumas delas, previsíveis, outras, naturalmente, imprevisíveis, por isso é que um documento previsional. Este orçamento reflete as preocupações que nós temos com a sustentabilidade económica e financeira das contas públicas e a manutenção de apostas fundamentais em áreas que nós consideramos críticas, consideramos absolutamente estratégicas, como a requalificação do Parque Escolar, da Rede Viária, das Zonas Industriais, do edificado público, da promoção da habitação social, expansão das redes de água e saneamento, a construção de espaços de recreio e lazer, a promoção do desporto na natureza, o apoio ao empreendedorismo, o apoio às pessoas e às famílias, às empresas, às instituições concelhias, às Juntas de Freguesia, e, naturalmente, uma dimensão também aqui já referida hoje, a dinamização cultural e turística do concelho, a promoção da mobilidade urbana e muitas outras dimensões que era possível aqui identificar. Nós temos aqui um conjunto de dados orientadores que validam aquilo que são as prioridades que nós definimos para 2024. Este orçamento tem um plano económico-financeiro para o ano 2024 que prevê um défice substancial de cerca de 30 milhões de euros. E, naturalmente, este défice é depois compensado pela incorporação do saldo gerência. Nós em 2023, prevemos um défice de 23.9 milhões de euros. Foi esse o défice que estava previsto E, portanto, o défice que hoje prevemos, para 2024, de 30 milhões de euros representa 52% do volume total anual de rendimentos. Nós prevemos uma redução anual da dívida municipal a fornecedores e outros credores em aproximadamente 2.2 milhões de euros. Estaremos muito perto da dívida do Município ser considerada uma dívida corrente e não uma dívida estrutural. Obviamente que esta dívida poderá aumentar, se fizermos aqui investimentos financiados pelo Banco Europeu de Investimentos e, também, naturalmente, os investimentos que decorrerão do PT2030 e, também, naturalmente, da Estratégia Local de Habitação do IHRU. Nós prevemos para o ano de 2024 um orçamento na ordem dos 60 milhões de euros, com a incorporação do saldo de gerência poderá andar perto de 90 milhões de euros, que compara com os 82 milhões de euros de 2023 com a incorporação do saldo de gerência dos 54 milhões de euros, sem incorporação do saldo de gerência. O orçamento de 2024 prevê investimentos de 39.5 milhões de euros, que compara com os 34.5 milhões de euros previstos para 2023 ou os 28 milhões de euros que tínhamos previstos para 2022. Considerando a capacidade económico-financeira do Município o orçamento de 2024 reflete um aumento de investimento com capitais próprios para cerca de 36.8 milhões de euros, representando um acréscimo de 14.6 milhões de euros, à capacidade inicialmente estimada para o ano de 2023. Esta alocação dos tais capitais próprios permitirá o tal volume de investimento de 39.5 milhões de euros. Percebendo-se que é absolutamente residual o investimento que prevemos fazer através dos fundos comunitários. Estaremos a falar de cerca de 2,6 milhões de euros de apoio com fundos comunitários. As obras mais relevantes previstas no nosso plano plurianual de investimentos, são: o Parque Urbano, cujas obras já estão a decorrer; o Fórum Municipal, a antiga Casa Sequeira Monterroso que albergará um conjunto de serviços municipais; o Mercado Municipal; a requalificação do Centro Interpretativo do Vidro. Estamos aqui a falar de um conjunto de obras que estarão, esperamos nós, concluídas durante o ano 2024,

durante este exercício, mas também a beneficiação de várias escolas do ensino básico: a Escola do Brejo, a Escola de Palmaz, a Escola de Lações, a da Alumieira, a de Macieira de Sarnes, o Jardim de Infância de Nogueira do Cravo, que estão a ser feitas por administração direta. A requalificação da Zona Industrial do Nordeste, que já foi lançada a concurso. Também a requalificação da Zona Industrial de Ul já foi lançada a concurso. Muito brevemente lançaremos a zona industrial de Nogueira do Cravo-Pindelo. A requalificação da rede viária, já aqui também amplamente discutida; A instalação de 80 novos abrigos de passageiros; A instalação de 11 pontos de carregamento elétrico. Um conjunto de mudanças substanciais que se estão a operar também no domínio da nossa mobilidade. Portanto, temos aqui um conjunto vasto de outros investimentos, que somam estes que referi, que são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho. Estou, naturalmente, a falar na requalificação dos 40 blocos habitacionais do Bairro de Lações, que se juntam aos dois blocos já requalificados. A aposta na programação cultural do Concelho. Programa estratégico Ferreira de Castro. A requalificação da Escola Santo António. Também a requalificação da antiga Biblioteca, que já ocorreu, também o Centro Interpretativo Ferreira de Castro brevemente será concluído. O investimento nas zonas verdes e de lazer, com especial destaque para o referido Parque do Pedregulhal, mas também para o Parque Urbano, que já está em obra. O Parque Inclusivo, que já foi também construído. O Anfiteatro ao ar livre em Cucujães. O apoio a obras estruturantes nas nossas Juntas de Freguesia, seja através do financiamento de obras que constam do plano de intenções ou de plano de atividades das próprias Juntas, seja através das candidaturas à ADRITEM, que temos sido fortemente bafejados. Vamos ter um pacote de investimentos substanciais na freguesia de Macieira de Sarnes, também na freguesia de Fajões, na freguesia do Pinheiro da Bemposta e Palmaz, Carregosa, também, com os fontanários, e também em Pindelo, com o projeto dos passadiços. Vamos continuar a investir na expansão das nossas redes de água e saneamento. Estamos neste momento num conjunto de Freguesias. Mas, obviamente, temos plena consciência de que Loureiro, São Martinho da Gandra, Pindelo, Carregosa, são freguesias que precisam também da nossa atenção. Também preocupações ao nível do ambiente: é muito importante nós fazermos o caminho de requalificação das nossas ETAR porque isso que nos permite despoluir os nossos rios. O caminho que está a ser feito no domínio de biorresíduos, mais concretamente com o tratamento dos resíduos alimentares e dos resíduos verdes. A inclusão social através de um conjunto de políticas municipais que se vão manter, todas elas são sobejamente conhecidas, como o vale educação, o apoio ao arrendamento, os planos de emergência social, a cadeira dentista, as bolsas para estudantes do ensino superior. Um conjunto de investimentos, queria sublinhar isto, muito importantes dirigidos a comunidade desfavorecidas, no âmbito do Programa PAOITI, estamos a falar de mais de 5 milhões de euros que serão investidos num conjunto de respostas que vão ser criadas. Concretamente, em relação à rubrica de receitas e despesas, dar também uma nota: as transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia, instituições sem fins lucrativos, associação de municípios, ..., etc, em 2024 será de cerca de 7.7 milhões de euros. Que compara com 6.5 milhões de euros, que tínhamos

previsto para 2023. Em termos de receitas, conforme já foi referido: as receitas e as despesas, como compreendem, são iguais, estamos a falar de cerca de 60 milhões de euros. E evidenciam ambas, quer as receitas, quer as despesas, um aumento de 3.5% relativamente ao orçamento inicial de 2023. A receita corrente prevê-se que atinja o montante de 48 milhões de euros. E a receita de capital cerca de 12,4 milhões de euros. Olhando para as rubricas mais relevantes, em termos de receita: temos, naturalmente, as receitas fiscais - são essas que têm um peso importantíssimo, estamos a falar de cerca de 25% da receita total que provém destas receitas, estamos a falar de cerca de 15.2 milhões de euros. E, nesta componente, não estamos a prever um aumento de cerca de 10% face ao orçamento inicial 2023. Nas transferências correntes, teremos 27.2 milhões de euros. Essencialmente esta rubrica incorpora as transferências que provêm via Orçamento do Estado. Também, muito menos expressiva, 2.6 milhões de euros, as que provêm dos fundos comunitários. A venda de bens e serviços correntes tem uma previsão de 5 milhões de euro, para 2024. Representa cerca de 8,4% das receitas totais. E provém, basicamente, das receitas dos resíduos sólidos urbanos, dos parques de estacionamento, também dos contratos que nós temos para a concessão de distribuição de energia elétrica com a E-Redes. As transferências de capital: totalizam 5.9 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 43% face ao orçamento inicial de 2023. E, aqui também, as verbas mais significativas são as que vêm do Orçamento de Estado, e as que vêm da transferência de fundos de projetos com financiamento comunitário. Em relação à despesa: Voltamos a falar do valor de 60 milhões de euros, 60,4 milhões de euros com o tal aumento de 3.5%, como acontece na componente das receitas. E a despesa corrente atingirá 36,01 milhões de euros. E a despesa de capital 24,2 milhões de euros. Portanto, nós temos um aumento da despesa corrente, nestes 3.5% de aumento da despesa total é dividido duas componentes: na despesa corrente teremos um aumento de 4,5 %; e na despesa de capital um aumento de 2%. As despesas correntes: aumentam 4,5%, essencialmente com o aumento da massa salarial. Nós estimamos cerca de 17,5 milhões de euros, mas podemos chegar facilmente aos 19 milhões de euros com a massa salarial. Teremos também, na aquisição de bens e serviços, mais 3%. E nas transferências correntes mais 8%. Conforme eu disse, os 17 milhões de euros representam cerca de 5% no aumento da massa salarial, mas ela pode chegar aos 8.5%. As despesas com a aquisição de bens e serviços, totalizam 13.3 milhões de euros, registando um aumento de 3% face ao orçamento inicial do ano anterior. Esta variação, resulta fundamentalmente da aquisição de bens, mais de 16%, e na aquisição de serviços, mais 1%. Os juros e outros encargos é um valor residual, ascende a 200 mil euros e diminui 0,06 milhões de euros, ou seja, menos 24% em relação ao ano anterior. As transferências correntes totalizam 4,38 milhões de euros. Traduzem um aumento de 8%, relativamente ao ano anterior. E tem como expressão mais significativa as transferências para as Juntas de Freguesia, para a Associações do Município, instituições sem fins lucrativos, e, também para as famílias. A aquisição de bens de capital: com cerca de 22 milhões de euros, representa cerca de 36.5% da despesa total, tem um aumento de 0,7% em relação ao orçamento inicial de 2023. As transferências de capital têm uma dotação de 2,13 milhões de euros. E tem como despesa mais relevante as transferências de investimento para as Freguesias e para as

Associações de Municípios e instituições sem fins lucrativos. O volume da despesa prevista em passivos financeiros é também absolutamente residual, 0,15 milhões de euros. Isto tem muito a ver com as amortizações de empréstimos que se tem feito, empréstimos bancários de médio e longo prazo, que prevemos ocorram no ano de 2024. Em termos de valores mais relevantes a reter: os 60,4 milhões de euros de orçamento, que poderá, através da incorporação do saldo de gerência, chegar aos 88,90 milhões de euros. Uma massa salarial que crescerá entre 5% a 9 %, dependendo das reclassificações, das promoções, das carreiras das mobilidades intercategorias. Portanto, poderemos estar a falar entre 17,5 milhões e 19 milhões de euros. Temos também uma previsão de receitas arrecadadas com os impostos diretos e indiretos da ordem dos 14,5 milhões de euros. Um valor previsto, para investimento, de 39.5 milhões de euros; sendo que: com capitais próprios, estaremos a falar de quase 37 milhões de euros; o resto, 2,6 milhões de euros, são participações de fundos comunitários. Teremos para valores de subsídios 7,7 milhões de euros. E uma verba muito parecida com a verba de 2023 para eventos, na ordem dos 1,6 milhões de euros. Em termos do plano plurianual de investimentos, estão elencadas um conjunto de obras que se prevê efetuar, que totalizam 22 milhões de euros. Mas, obviamente, vocês sabem isso, acontece em todos os orçamentos, depois a verba que está prevista para essas obras é reforçada e, neste caso, de forma substancial com a incorporação do saldo de gerência. Em termos do plano de investimento para 2024, nesses tais 22 milhões de euros, nós temos como principais rúbricas: Educação, com cerca de 2 milhões euros; Ordenamento do território, com 5,9 milhões de euros; Saneamento, 3.5 milhões de euros; Abastecimento de água, 1.8 milhões de euros; Desporto, recreio e lazer, 4.9 milhões de euros; Transportes e comunicações, 2.9 milhões de euros. Em termos de obras mais expressivas: O Parque Urbano, como é óbvio, durante o ano 2024, é uma obra que está em execução plena e vai consumir grandes recursos financeiros; as obras de expansão das redes de água e saneamento; o Fórum Municipal é uma obra que, conforme eu disse há pouco, quer o Fórum, quer o Mercado, quer o próprio Centro Interpretativo do Vidro, são obras que se prevê que estejam concluídas durante o ano de 2024, serão obras que consumirão recursos potenciais; a requalificação do Parque Escolar; também a requalificação da rede viária. Depois, há um conjunto de outras obras que não considero que sejam tão expressivas e tão significativas, nem que relevem sequer para a discussão que nós estamos aqui a ter, em relação a este orçamento. Como palavras finais, dizer que: Este orçamento, é um orçamento ambicioso, tem os problemas que são normais num orçamento desta natureza que prevê um volume de investimento considerável. Apesar de nós, de ano para ano, conseguirmos melhorar os níveis de execução, facilmente se compreende que quando nós temos a possibilidade de investir 39,5 milhões de euros, mesmo que nós superemos drasticamente aquilo que eram os registos dos últimos anos, nós continuamos a ter muitas dificuldades em conseguir executar. Para conseguirmos executar, para termos níveis de execução, em primeiro lugar, temos que ter pessoas que façam as obras, temos que ter mercado que faça as obras e, depois, temos também, necessariamente, que ter a possibilidade de avançar cada vez mais com projetos que permitam que de Orçamento para Orçamento nós tenhamos aqui uma linha de continuidade na capacidade

que nós vamos tendo para fazer investimento, que consideramos que é investimento absolutamente estratégico para o desenvolvimento do nosso território. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais Ferreira e João Costa. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== O orçamento é de facto um documento previsional. É uma previsão das receitas e despesas a ocorrer durante o ano civil seguinte. O mesmo reflete as grandes opções estratégicas do executivo, que nelas incide e reitera. E, nesse aspeto, deixe-me dizer-lhe, Senhor Presidente: Há coerência. pois nem estávamos à espera de uma mudança de estratégia nem de rumo. No entanto, queremos aqui deixar vincado que a nossa estratégia não seria coincidente com a aqui apresentada, vejamos: consultadas as linhas estratégicas definidas neste documento previsional, vemos nelas contempladas diversos itens que têm o nosso acordo: a área de ambiente, a educação, a ação social, a reabilitação e desenvolvimento urbano, a recuperação do edificado público, a rede viária, a mobilidade urbana, entre outras. Estratégias que, com as quais, na generalidade, estamos de acordo. No entanto, não obstante, estarem consignadas verbas neste domínio, o certo é que ao nível da execução orçamental, e revisitando anos anteriores, a mesma peca pelo não cumprimento. E quando o Senhor Presidente fala num investimento previsto para 2024: 39 milhões de euros, sem contabilizar com a incorporação do saldo de gerência. A questão é que execução e as taxas de execução desse mesmo investimento são, ou têm sido, manifestamente baixas. Vejamos agora alguns exemplos, que para nós são significativos pela sua importância social e económica: No orçamento para 2023, para a Zona Industrial do Nordeste, estavam previstos 500 mil euros. O PPI, mostra-nos uma execução de 50 mil euros. Na Zona Industrial de Nogueira do Cravo-Pindelo tínhamos previsto, para 2023, 250 mil euros. A execução foi zero. Na Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, o orçamento previa 500 mil euros. A execução foi de 50 mil euros. Esta insistência, neste ponto em concreto, tem a ver com facto de considerarmos estes investimentos verdadeiramente estratégicos para o nosso concelho, uma vez que envolve a criação de riqueza e de emprego sustentado para a criação de condições para as empresas e, sobretudo, condições para os nossos trabalhadores. O certo é que, apenas assistimos a um protelar desta situação, achando que o Município vai pagando um preço elevado a todos os níveis. Neste documento que nos é agora apresentado, já vemos uma maior previsão de investimento nas nossas Zonas Industriais e na infraestruturação das mesmas. Temos algumas notas a reter: a previsão de investimento ainda é curta para as necessidades, pelo que esperamos que esta, pelo menos esta previsão, seja executada e não podemos deixar de lamentar o timing para tais investimentos, porque há muito que deveriam ter sido realizados. Aspeto positivo que temos que realçar: é a dotação orçamental para as infraestruturas de água e saneamento, que

continuam a ser elevadas. Achamos que este é um investimento estratégico estruturante e que, efetivamente, melhora a condição de vida dos munícipes. Neste particular, Senhor Presidente, pode contar com a nossa aprovação. E isto, tanto mais é importante, porquanto se verifica ainda a esta a data a existência de freguesias que ainda não têm saneamento, estou-me a lembrar do Loureiro. Outro aspeto positivo que vemos para 2024, neste documento previsionial: é uma dotação financeira, diria simpática, para a 4ª Fase da Via do Nordeste. Diga-se que temos vindo, ano após ano, a chamar a atenção para a conclusão desta via. Para nós, não poderia deixar de fazer aqui uma referência a esta dotação orçamental, em particular, porque achamos que é muito importante para o desenvolvimento homogéneo do nosso concelho e para a aproximação das freguesias. Ao invés, não vemos com satisfação que uma grande e significativa parte do investimento financeiro da câmara seja canalizado para grandes obras como: o Parque Urbano, a Casa Sequeira Monterroso; Praça Maior; e requalificação da Garagem Justino. Repare-se que, nestes quatro projetos, na sua totalidade, repito: Garagem, Justino, Casa Sequeira Monterroso, Parque Urbano e Praça Maior, em conjunto, vão significar um investimento financeiro total superior a 18,5 milhões de euros. Que poderá ainda aumentar com vários fatores externos, tais como: as derrapagens e as correções de preços. Reafirmamos: que face à atual situação do nosso concelho, estes investimentos excessivos, excessivos - repito, em quatro projetos que nós não consideramos estratégicos e fundamentais, pelo menos no momento atual, não consideramos prioritários na fase de vida que o nosso concelho atravessa. Tal como vimos defendendo ao longo deste mandato, consideramos haver outras prioridades para onde deveria ser canalizado investimento financeiro desta envergadura. Em Reunião de Câmara, onde se discutiu o orçamento, o Senhor Presidente referiu o seguinte: «Nós acreditamos muito, muito sinceramente, nas grandes obras estruturantes que estão a ser realizadas, que consomem uma boa parte dos recursos, Conforme nós vimos dizendo, nós não acreditamos num concelho forte que não tenha uma cidade forte, que não tenha uma cidade com conjunto respostas, com um conjunto centralidades que sejam galvanizadoras e que sejam impulsionadoras de muitas outras dinâmicas que se estendem ao resto território». Exatamente aqui que nós divergimos, Senhor Presidente. Nós acreditamos é num concelho forte, homogéneo, sem desigualdades, com valências sociais e culturais válidas para cada freguesia do nosso concelho. Não queremos freguesias pobres e uma Sede do Concelho, passo a expressão “rica”. Sufragamos um futuro sustentável assente em medidas em que se inscrevem a mobilidade, a habitação, o ambiente, economia, a qualidade de vida, como a inclusão da saúde, a qualificação, a cultura e o desporto. Medidas programáticas, que permitam atrair residentes ao concelho, como mais habitação a preços controlados e renovada ou construída sob critérios de sustentabilidade e de promoção da vivência comunitária, e ainda, medidas destinadas a apoiar a instalação no concelho de empresas criadoras de emprego qualificado. O orçamento deveria ter como fator principal proteger as famílias e as empresas, perante as projeções ainda pessimistas sobre a evolução das economias nacionais e internacionais. As preocupações sociais do Município deveriam refletir sobre uma política fiscal, como a opção pelas taxas mínimas legais e redução ou até isenção total desses impostos. O

orçamento deveria ter como base sustentar a opção de colocar as pessoas como a grande prioridade e o centro das preocupações na construção de um concelho cada vez mais solidário, inclusivo, moderno e competitivo. Este orçamento devia contemplar o tarifário social para acesso aos serviços de água e saneamento, apoios económicos de carácter eventual em situações de particular vulnerabilidade económica e social, e, ainda, o acesso à habitação ou à melhoria das condições de habitabilidade das edificações, assim como os apoios previstos para jovens na aquisição ou construção de habitação própria. E falamos concretamente de medidas como o aumento de incentivos monetários para a natalidade. Falamos no apoio às famílias numerosas nas tarifas de água e saneamento, nas tarifas de resíduos sólidos urbanos. Falamos no alargamento do Vale Educação ao ensino particular e cooperativo e a todos os graus de ensino, inclusivamente, o pré-escolar. E falamos em medidas de carácter fiscal. E, para isso, defendemos novamente uma baixa na participação do IRS para as famílias oliveirenses. Os oliveirenses continuam a pagar a taxa máxima. Entendemos que seria absolutamente oportuno introduzir uma nova medida dentro deste espírito, que seria a isenção do pagamento de IMI, para aquisição de habitação própria e permanente para jovens e para valores de aquisição até 175 mil euros. E, isto, sem prejuízo de considerarmos que existe nesse orçamento, de facto, um aumento dos valores orçamentados para as famílias e também para os apoios sociais. Mas sabemos que 2024 vai continuar a ser um ano particularmente complicado para as famílias, quer devido ao aumento progressivo do custo de vida, quer à inflação quer ao aumento exponencial das taxas de juro. Deste modo, um valor previsto de 962 mil euros para apoio às famílias e apoio social, parece-nos extremamente exíguo e insuficiente, face à crise que atravessamos. Nós consideramos, continuamos a defender um orçamento e uma estratégia municipal cada vez mais humanista, mais centrada e pensada nas pessoas e nas famílias. Insistimos na tónica, que já alertámos no passado, há a necessidade de o município elencar uma estratégia que tenha, acima de tudo, como principal objetivo garantir uma forma sustentada de fixação de pessoas e a atração da população para o nosso concelho, sobretudo com medidas concretas, atrativas e visíveis. Sustentamos um reforço de verbas para as freguesias, para todas elas, para que estas possam usufruir de um crescimento sustentável. Eu vou fazer só um pequeno exercício, quanto à atribuição dos subsídios para 2024: às Juntas de Freguesia, em termos de subsídios, são atribuídos apenas 2,137 milhões de euros. Sei que, este valor de 2,100 milhões de euros não é a totalidade dos investimentos que o Município faz às Freguesias, há investimentos diretos, mas, consideramos isto manifestamente pouco, quando se fala de uma frente de obra e em que o Senhor Presidente aqui, “se vangloria” de uma frente de obra em Oliveira de Azeméis e no e na Sede de Concelho. Esperemos que, em 2024, se verifique uma melhoria na nossa rede viária, se reforce o investimento nas nossas Freguesias concretizando as legítimas aspirações dos Presidentes de Junta, se criem condições de atratividade para instalação de novas unidades comerciais industriais, se reforce o apoio na educação, na saúde, na cultura. Em termos de votação, entendemos que, apesar do que acima referimos, a nossa intenção vai no sentido da abstenção, porque vemos como notas positivas importantes algumas das prioridades que são estabelecidas neste documento previsional. No

entanto, continuamos a entender que, na sua generalidade, o orçamento não aponta uma estratégia de futuro para o concelho, não aposta na fixação das pessoas, não aposta nas pessoas e nas suas necessidades, sobretudo tendo em conta os momentos de crise que a sociedade atravessa, e não aposta das empresas. Em nosso entender, é um orçamento curto, insuficiente e não dá resposta efetiva aos legítimos anseios dos oliveirenses. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

===== Boa tarde a todos. Permita-me só, Senhor Presidente, que faça um pequeno aparte, à intervenção do Orçamento, para saudar o PSD por hoje estar aqui tão interessado em apresentar propostas e após dois anos da campanha eleitoral de 2021, folgo em saber que o PSD está mesmo muito interessado nas propostas. Então a Senhora Vereadora Carla Rodrigues comprometeu-se a apresentar uma proposta para a Estalagem São Miguel, ainda estamos, hoje, à espera de que essa proposta seja uma realidade. A verdade é que, os oliveirenses conhecem as propostas e o compromisso do PSD com as suas propostas. Os oliveirenses ainda não esqueceram quando o PSD propôs a rede, 100%, de água e saneamento em apenas um mandato. Os oliveirenses não estão a dormir. Continuando para o ponto da ordem do dia, o Orçamento. O orçamento é mesmo um documento previsional, um documento previsional estratégico de definição de receitas e despesas que definem as linhas orientadores e estratégias para a ação do Município. O Orçamento do próximo ano, é um documento que demonstra que continuamos no caminho certo de responder às necessidades dos oliveirenses e de ter um concelho forte que compita com a região e com país em todos os indicadores de qualidade de vida. Para além disso, é um orçamento que respeita os avanços e os compromissos já assumidos anteriormente com os oliveirenses, os aumentos efetuados às Juntas de Freguesia nas transferências correntes, que continuam no próximo ano. A redução da carga fiscal aos oliveirenses, através da manutenção da taxa mínima de IMI, que esperamos também ao longo desta sessão possa ser aprovado, o aumento da dedução por dependente, que fará com que o Município desonere em 1,6 milhões de euros por ano os oliveirenses. Este orçamento não é só, mais uma vez, o maior da história, também é resultado hoje de um Município que recebe competências do Governo Central, nomeadamente na Ação Social que traz também maiores responsabilidades e também maior gestão de recursos humanos. Mas não é por isso que se trata do Município que tem uma estrutura exagerada ou que não olha para a sua estrutura com maior rigor e atenção, até porque hoje o Município continua a conseguir canalizar receitas correntes para as despesas de capital o que demonstra a capacidade de boa gestão dos recursos financeiros da Autarquia, os recursos de todos nós. Após a integração do saldo de gerência do Município, teremos capacidade para investir, recorrendo a capitais próprios, mais de 36 milhões de euros. Bem longe dos 2,6 milhões de euros que havíamos sido capazes em 2017. Que diferença. Estes capitais próprios são essenciais para hoje conseguimos ter níveis de investimento sem paralelo, na maioria das vezes, com execuções baixas.

É verdade, uma realidade que o país enfrenta na sua generalidade, mas que, mesmo assim, ainda resulta nos maiores investimentos que o Município tem memória. O investimento tem aumentado de ano para ano. E o orçamento deste ano aponta novamente para esse caminho. Sempre dissemos que obras estruturantes demoram tempo a planear, a projetar, a lançar concursos, a construir, edificar, até ao momento de inauguração, até ao momento de ficarem disponíveis para todos nós oliveirenses. Olhando para as principais rubricas de investimento do nosso Plano Plurianual de Investimentos, percebemos que a maioria destas obras já está mesmo em curso. Ora, vejamos, estas principais rubricas: em primeiro lugar, a rede de água e saneamento, que em conjunto representam a maior rubrica no nosso Plano Plurianual de Investimentos, totalizando 5,5 milhões de euros. No esforço claro de fazer chegar a todo o concelho uma infraestrutura básica que sempre estabelecemos como prioridade para o concelho e, sobre o qual, reconhecemos também o esforço de compreensão tremendo dos oliveirenses que hoje sofrem com uma rede viária degradada, mas que percebem que este é o caminho em nome da saúde pública de todos nós. O Parque Urbano, com uma previsão de investimento de 4,4 milhões de euros que, para além de já estar em obra, importa ainda salientar que, apesar das divergências que nos separam da opção política e estratégica sobre a importância de uma zona verde no espaço central numa cidade como Oliveira de Azeméis, é inequívoco que esta a opção é feita sem onerar os oliveirenses, pois, hoje o seu terreno já se encontra pago. Aquisição da Garagem Justino, paga na mesma modalidade de prestações mensais que não oneraram e que não foi recorrendo a dívida como acontecia no passado. O Fórum Municipal, com um investimento de 1,8 milhões de euros que, para além da reabilitação de um edifício público, em pleno centro da cidade, degradado há dezenas de anos, sem qualquer tipo de uso. Não tenho a menor dúvida que será um edifício essencial, para a concentração dos serviços públicos do Município, que trará ganhos de gestão interna, mas também muitos ganhos para os oliveirenses que necessitam de utilizar estes serviços todos os dias. O Mercado Municipal, também já com a obra em curso, com uma realização prevista de 1,8 milhões de euros. O Centro Interpretativo do Vidro, que após devolução de fundos comunitários, percebendo a importância estratégica do edifício na dinâmica do Parque de La-Salete e valorizando aquela que é a nossa arte vidreira, está também contemplado com um investimento de 1,2 milhões de euros, está também em obra. Não esquecendo, a aposta que continuamos a fazer na cultura, também as Zonas Industriais com concursos já lançados para duas das nossas Zonas Industriais, para a nossa rede viária, para as intervenções nas nossas Escolas Básicas, em intervenções que vamos realizando, quer seja por via de administração direta, quer seja através de concursos públicos. Em resumo, este é um bom orçamento. É um orçamento que reduz a carga fiscal dos oliveirenses, que aumenta o apoio às famílias e às instituições. Vejamos o exemplo do incremento das bolsas para estudantes do ensino superior. E a contínua aposta na reabilitação do edificado público, património de todos nós que importa preservar e colocá-lo ao serviço de todos os oliveirenses. É mais um orçamento que honra compromissos. Compromissos assumidos com os oliveirenses e que para o Partido Socialista têm um maior valor que existe na política. Por isso, Senhor Presidente e restante Executivo, esperamos que o próximo ano possa ser um ano de

grande execução do orçamento que agora nos apresenta, pois, acreditamos que fará mesmo a diferença na qualidade de vida de todos os oliveirenses. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== Em relação à intervenção do Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira foi uma intervenção, um pouco mais genérica, sem grande factualidade, sem ir objetivamente a um conjunto de pontos, mas acabou por tocar em alguns que eu acho que merecem algum comentário. Um deles, é a questão das Zonas Industriais: É uma questão importante. Nós já intervimos na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis. Já intervimos na Área de Acolhimento Empresarial de Ul- Loureiro com um investimento substancial. Já lançámos um procedimento para a Zona Industrial do Nordeste, para a Zona Industrial de Ul, falta-nos a Zona Industrial de Nogueira do Cravo-Pindelo. E, portanto, espero, que ainda este ano tenhamos a possibilidade de lançar também essa Zona Industrial. Oxalá, todas estas empreitadas tenham concorrentes para as executar. É isso que nós todos queremos. E é isso que nós estamos apostados em tentar em tentar obter. Mas, isso, naturalmente, são questões que são ditadas pelo mercado. Há uma das coisas que eu gostaria, dentro da medida do possível, como é evidente, quem sou eu para impor, apenas me limito a sugerir, é que nós deixássemos e abandonássemos esse discurso de que: há um conjunto de obras muito expressivas, 18 milhões de euros, obras que não trazem nenhum retorno, não trazem nenhum retorno do investimento que é feito e essas obras são feitas aqui na cidade e nas freguesias, coitadas, não há investimento rigorosamente nenhum. Isso não é verdade. Nem é verdade sequer quando falamos da Freguesia de Loureiro, do saneamento da Freguesia de Loureiro. A diferença entre nós, é que eu não me esqueço de São Martinho da Gândara, não me esqueço de Pindelo, não me esqueço de Carregosa. Mas lembro-me que, Loureiro teve um investimento de 700 mil euros na Área de Acolhimento. E que apoiámos com 107 mil euros a Associação Recreativa e Cultural do Loureiro para a resolução de problemas de obras. Recordo-me dos 150 mil euros no relvado sintético. Recordo-me dos 228 mil euros que estamos a investir na requalificação da Escola de Alumieira. Recordo-me dos apoios temos dado à Quinta do Barão. E recordo-me de todos apoios que temos obrigação de dar a todas as nossas Freguesias. Eu não gostaria nada que o nosso discurso promovesse um aparente desrespeito por aquilo que são as necessidades das nossas Freguesias. Nós temos-las perfeitamente identificadas. Temos procurado, com toda a seriedade e com toda a responsabilidade, dar resposta àquilo que são os desafios que nos são colocados pelas Juntas de Freguesia, seja através do seu Plano de Investimentos, do Plano de Atividades que tem previsto, seja através de outro tipo de investimentos que surgem no âmbito de outras necessidades ou de candidaturas. É preciso reforçar o apoio que damos às Juntas de Freguesia. Foi isso exatamente que fizemos com dois aumentos, em cada um dos mandatos, de 15%, aumentos cumulativos de mais 30%, que permitem que nós num mandato transfiramos mais de 1milhão euros para as nossas Juntas de Freguesia. É isso que nós estamos

a fazer com as 12 carrinhas, que lhes vamos disponibilizar muito brevemente, para que elas possam assegurar respostas de mobilidade aos seus fregueses. A intervenção no posto da GNR de Cucujães. E eu espero que tenhamos possibilidade de o fazer também em Cesar. São intervenções nas nossas Freguesias. A requalificação da Escola Ferreira da Silva e a Escola Fajões são investimentos brutais dos mais expressivos que nós fizemos até agora, são em Freguesias do nosso Concelho. E junte-lhe a essas, os investimentos que já foram aqui referidos nas EB da Alumieira, do Brejo, de Palmaz, de Macieira de Sarnes, de Lações, etc. A requalificação da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, em Loureiro; a requalificação da Rua do Mosteiro em Cucujães; a expansão de rede de água e saneamento num conjunto enorme de Freguesias: Travanca, Madaíl, São Martinho da Gandra, Ul, Cucujães, mais recentemente Fajões, Macinhata da Seixa, São Roque e Nogueira do Cravo; O anfiteatro ao ar livre em Cucujães; a estação de Caminhos de Ferro em Cucujães, que também foi requalificada e vai ser transformada num albergue de peregrinos; A requalificação da sede do NAC; a requalificação do Monte São Marcos, em Fajões; a Casa da Gastronomia e Núcleo da Ruralidade, em Cesar; O Centro Interpretativo Ferreira de Castro, em Ossela; O núcleo do Parque Temático Molinológico, em Travanca; A requalificação na Aldeia de Vilarinho de São Luís, Fase 1 e agora Fase 2; O Parque de Falcos, Pinheiro da Bemposta; O Parque Verde, em Carregosa. Espero que, muito brevemente, tenhamos a possibilidade de falar aqui da rota das Alminhas, em Macieira de Sarnes e, da requalificação dos Fontenários, em Carregosa, também dos passadiços em Pindelo. Espero que também possamos falar, porque estamos a falar de candidaturas aprovadas, no Museu de Etnografia, na sede da ACESMA, também em Carregosa. A Escola Cantina, que foi lançada a concurso, em São Martinho da Gândara. O Polo de Inovação e Cultura, em Macinhata da Seixa, que está a ser articulado com os nossos parceiros para funcionar. Os passeios que se fez para norte que beneficiaram as freguesias, sobretudo de Santiago de Riba-Ul, mas também os passeios para sul, que vão beneficiar também a Freguesia de Travanca. Um conjunto vasto de iniciativas onde a câmara esteve presente, onde a câmara quis estar presente porque acha que são muito importantes para a população dessas Freguesias, para os Executivos dessas Freguesias. E estivemo-lo com toda a disponibilidade, naturalmente que é possível, mas, seguramente, estivemos com toda a vontade de ajudar a desenvolver o nosso território. É evidente que o apoio às famílias, o apoio às Juntas de Freguesia, o apoio às instituições sem fins lucrativos é sempre um apoio que é exíguo tal é o quadro de necessidades em que todos nos movimentamos. Isso não há dúvidas rigorosamente nenhuma. Assim como o apoio que a Câmara recebe do Orçamento de Estado é absolutamente exíguo para aquilo que é o nosso quadro de necessidades. Aquilo que é nossa obrigação, é isso que nós procuramos fazer, é, com base nos recursos financeiros que nós temos disponíveis procurar aplicá-los da melhor maneira que nós entendemos como sendo possível. É evidente que aquilo que aqui foi dito faz-nos lembrar tempos idos, como se fossem tempos muito longínquos, são tempos relativamente recentes: onde nós falávamos de investimentos de cerca 3 milhões de euros por ano; onde tínhamos uma dívida, em 2017, de 18 milhões de euros; Onde tínhamos dificuldade em executar também; Onde tínhamos um conjunto de fragilidades que vão

sendo resolvidas. Mas, obviamente que, nós percebemos que apesar do investimento que tem sido feito, continuamos a apresentar ainda um conjunto de debilidades, nunca as escondemos, nem nunca o iremos fazer porque, obviamente, não é assim que se resolve problemas. Discordo completamente de si, quando diz que este orçamento que não contribui para fixar pessoas, que não contribui para tornar o território atrativo. Eu tenho uma visão completamente diferente. Acho que nós até conseguimos inverter, exatamente com os mesmos argumentos que outros Municípios apresentam, não somos especiais nesse domínio, conseguimos inverter a tendência que vínhamos tendo há alguns anos a esta parte de perda de população. E eu espero, naturalmente, que essa tendência, essa inversão, se reforce no futuro. Com todo o respeito: dizer que um orçamento que não aposta nas pessoas e que não aposta nas empresas e que não aposta nas instituições, é um lugar comum. Depois acaba por não concretizar o que é quer dizer com isso. Eu tenho uma opinião completamente diferente: Eu acho que um orçamento que investe de uma maneira tão expressiva nas redes de água e saneamento, que investe de uma maneira tão expressiva na requalificação do nosso Parque Escolar, nas Zonas Industriais, na cultura, no Turismo, num conjunto de áreas que são absolutamente críticas como os parques de lazer, os corredores verdes, etc. e, ao mesmo tempo, conforme foi dito, acaba por reduzir a carga fiscal e apoiar ainda mais os investimentos nas pessoas, nas empresas, na economia, não é seguramente um orçamento que afasta as pessoas e que não as fixa. Eu tenho uma opinião completamente diferente da sua. E, portanto, aquilo que eu acho que este orçamento vai permitir: É que nós consigamos inverter um ciclo de desenvolvimento que nos afastava dos outros municípios, que nos afastava dos outros territórios e, através destas prioridades que foram definidas, através da gestão que vem sendo levada a cabo, nós tenhamos condições para fazer investimentos estruturantes, não só na nossa cidade - Eu continuo a reafirmar o mesmo: Acho que não conseguimos ter um concelho forte sem termos uma Cidade forte, isto também não tem inovação nenhuma, é isso que acontece nos outros territórios. Uma boa parte dos investimentos municipais, nos 308 Municípios do país, acontecem nas Sedes do Concelho, como é normal. É aí que temos também a maior densidade populacional. É aí que temos concentrados os serviços públicos. É aí que temos concentradas as respostas mais importantes, até de natureza privada. É razoável que o façamos. Aqui, nós, pelo menos, ressalvamos a particularidade de estarmos sempre atentos àquilo que são as necessidades nossas Freguesias. E estamos sempre disponíveis para sermos desafiados pelos nossos presidentes de Junta, para ousarmos, para ambicionarmos fazer mais e melhor. Venham daí as propostas, venham daí os projetos. Podem ter a certeza absoluta que terão todo o nosso respeito, toda a nossa consideração. E, caso seja possível, terão o nosso total acolhimento. É evidente que todos nós que aqui estamos somos adultos, somos pessoas responsáveis, percebemos que nos movimentamos sempre num quadro de limitações, não é num quadro de disponibilidades infinitas, de recursos ilimitados. E, portanto, temos de tomar opções. E essas opções competem, naturalmente, a quem, num dado momento, tem a responsabilidade de governar. E, portanto, governar é exatamente isso, é tomar as melhores decisões, é tomar as melhores opções. É isso que nós achamos que estamos a fazer, quando elencamos aqui um conjunto de prioridades neste

investimento. Algumas delas que provêm de investimentos anteriores e terão o seu término neste orçamento de 2024, no exercício de 2024. E outros projetos igualmente importantes e emblemáticos, projetos icónicos e estruturantes para o nosso concelho que se iniciarão em 2024 e que se prolongarão, certamente, no futuro. Projetos que nós achamos que são os projetos que permitirão recuperar esse atraso estrutural. Todos nós, de uma forma ou de outra, de uma forma mais tímida ou menos tímida, identificamos como tendo acontecido ao longo dos anos. Eu fico muito satisfeito por hoje podermos dizer que temos um Teatro Municipal, que não fica a dever nada aos teatros municipais de outros Municípios. Eu não gosto nada deste tipo de exercício, mas também não gosto nada quando nós utilizamos a comparação apenas, para minorar, para diminuir aquilo que nós conseguimos fazer. Temos uma realidade desportiva que nos orgulha. Temos uma realidade associativa que nos orgulha. Temos uma realidade empresa empresarial que nos orgulha. Temos, espero eu, muito brevemente, um novo Fórum Municipal que tem condições para que os nossos colaboradores possam efetivamente produzir e ter condições para trabalhar com dignidade, mas também para que os nossos utentes possam desfrutar de condições que os serviços públicos têm que assegurar. O nosso Mercado Municipal, que é uma estrutura muito importante, vai ser, seguramente, um elemento também da ancoragem de iniciativas sejam elas de natureza comercial, sejam elas de natureza cultural. O próprio Parque Urbano: Eu acredito fortemente naquilo que o Parque Urbano vai trazer em termos de polarização do desenvolvimento da cidade. Um conjunto de aspetos, como outros que aqui falamos, no domínio do conhecimento, no domínio da produção do talento, no domínio da afirmação da nossa realidade industrial, que vão seguramente permitir que o nosso território recupere muito do atraso a que esteve sujeito durante muitos anos. Eu termino dizendo que: este não é um bom orçamento, é um excelente orçamento, é um orçamento que tem capacidade para produzir resultados excelentes no nosso território. Oxalá tenhamos capacidade para executar. E, portanto, o grande problema é sempre a capacidade de execução. É esse o nosso desafio coletivo. É isso que eu gostaria de deixar como mensagem final: É do interesse de todos que os baixos níveis de execução deixem de ser um argumento, deixe de ser uma narrativa. Todos nós percebemos que, se tivéssemos 10 milhões de euros para investir, com facilidade teríamos execuções de 130%, ou 140%, ou 150%. É evidente que quando nós temos 40 milhões de euros para investir e conseguimos investir 15%, aquilo que nós fazemos é termos taxas de execução de cerca de 40%. É evidente que, este é um bom problema, é um problema que resulta da capacidade que foi gerada para se produzir investimento. Mas aquilo que se pretende é que, o investimento que nos propomos fazer seja realmente executado. Esse é o nosso compromisso. É o compromisso que deixamos a todos vós que aqui estão, mas também, naturalmente, aos oliveirenses que nos acompanham a partir de suas casas. É continuarmos a melhorar a eficácia, a nossa eficiência, ao nível da execução orçamental, porque é para isso que aqui estamos. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== Só para algumas notas. A primeira nota é que: dizer que o PSD que não apresenta propostas. - Para mim, é desonesto, do ponto de vista intelectual. E nós, PSD, vamos elaborar um conjunto de propostas que este Grupo apresentou quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, tendentes a desmistificar o que são essas coisas. Senhor Presidente, relativamente à sua intervenção, deixe-me dizer-lhe só uma coisa: Evidentemente que a estratégia seguida por este Município, por este Executivo, que goza de alguma sustentabilidade financeira, a Câmara goza de alguma sustentabilidade financeira, e tem um investimento previsto de 39 milhões de euros - o que nós aqui queremos ressaltar: são as prioridades no investimento. Nós achamos que investir na Sede do Concelho quase metade do que se investe com as Juntas de Freguesias, para nós, não é homogéneo e criará, de facto, algumas desigualdades no futuro. E deixe-me dizer, Senhor Presidente, que, apesar de toda a situação que foi aqui trazida: nos Censos 2021, estou a falar nos Censos de 2021, o Município de Oliveira de Azeméis perdeu 3,55% da população. O que significa que: “se foram embora” 2436 pessoas. Apenas duas situações honrosas: Loureiro e Carregosa. Loureiro aumentou em 3,5% e Carregosa em 1,37%. Não querendo ao alongar mais a discussão, nós queremos ressaltar é exatamente isto. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Mais uma vez, senhor deputado, utiliza um lugar-comum: volta a dizer que metade do investimento é feito na Sede do Concelho, como se isso fosse uma coisa anormal, como se isso fosse uma coisa demoníaca. Daqui a bocado está-me a dizer uma boa parte do investimento que se faz no país, não é na capital, e nas grandes capitais de distrito. Bem, eu não vou discutir as coisas nesse plano. O que me interessa, é que realmente o investimento que nós estamos a fazer agora de quase 8 milhões de euros de requalificação da rede viária, o investimento de mais de 10 milhões de euros, conforme nos comprometemos com os oliveirenses, e estamos a cumprir escrupulosamente, é feito nas Freguesias, não é feito na Cidade. O investimento que nós estamos a fazer na requalificação do Parque Escolar, é feito nas Freguesias, não é feito na cidade. Senhor deputado: eu acabei por pedir para abandonarmos esse tipo de discurso, que eu acho que não constrói, é a minha opinião, com todo o respeito, acho que não constrói, porque não é verdadeiro. A única coisa que eu queria deixar aqui, como nota final: espero que não me culpe pela perda de população no Concelho, espero que não me faça essa maldade, porque efetivamente todos nós que aqui estamos somos culpados pela perda de população nosso Concelho. Todos nós que aqui estamos temos obrigação de construir comunidade, todos os dias, devemos construir comunidade. Isso faz-se das mais variadas formas. A primeira, a mais importante todas, para mim, é que nós não sejamos contribuintes ativos para dizer mal do nosso Concelho coletivamente. Uma das primeiras coisas que nós temos de fazer é mudar a narrativa discursiva e de não fazermos, recorrentemente, maledicência sobre aquilo que se passa nos mais variados domínios do nosso Concelho, porque efetivamente temos muitas coisas de que nos orgulhar e temos até exemplos

para dar num conjunto domínios. A primeira coisa que nós temos que mudar e isso: é termos a capacidade de reconhecer o que está mal, mas também termos a capacidade de enaltecer aquilo que se faz, não estou a dizer que a Câmara Municipal que faz, estou a dizer que somos todos nós, comunidade, sociedade civil, a Câmara Municipal naturalmente, as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, um conjunto de atores que todos os dias desenvolvem o seu trabalho e que o fazem de uma de uma forma absolutamente notável. Eu estou do lado de quem acha que aquilo que se faz é muito mais positivo do que algumas coisas do que algumas coisas que correm menos bem. E, portanto, gostaria muito que nós não centrássemos o nosso discurso na coisa negativa. Espero bem, para bem de todos, que, a perda de população no nosso Concelho se inverta e que nós, em vez de citarmos dois exemplos, como dois exemplos excecionais que é o caso do Loureiro e de Carregosa, possamos falar da generalidade das nossas Freguesias, como Freguesias que tiveram através de um conjunto de políticas públicas e também, obviamente, em resultado da iniciativa privada, capacidade para atrair e fixar pessoas. Porque as pessoas é que fazem sentido aos territórios. E territórios sem pessoas não têm futuro. Era isso que eu tinha para dizer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2024: A favor, 24 votos: vinte (20) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Abstenções**: onze (11) votos do PSD; **Contra**: um (1) voto do B.E.; - Normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2; - **A favor**, 25 votos: vinte (20) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do B.E., um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Abstenções**: onze (11) votos do PSD. =====*

===== Os pontos cinco, seis, sete e oito, foram analisados e discutidos em conjunto. =====

*===== **Ponto cinco: - Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2024 (I/66422/2023);** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Derrama é uma receita municipal de acordo com a alínea c), do art.º 14º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações; - Que os municípios podem deliberar lançar derrama, de duração anual e que vigorará até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5/prct sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC),

conforme n.º 1, do art.º 18º, do RFALEI; - Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de dezembro) determina que a liquidação e cobrança da Derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data nos termos dos n.ºs 17 e 18, do art.º 18º, da RFALEI; - Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, nos termos dos n.ºs 2 e 3, dos art.ºs 16º e n.º 22, do art.º 18º, do RFALEI sendo que, para efeitos do n.º 23, do art.º 18º, do citado regime, as isenções ou taxas reduzidas de derrama atendem, nos termos do regulamento, aos seguintes critérios aí estabelecidos; - Que de acordo com o n.º 1 do art.º 8º do Regulamento para Atribuição de Benefícios Fiscais da Derrama Municipal de Oliveira de Azeméis, publicado no Diário da República a 12 de outubro de 2022, ficam isentas de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), todas as empresas, de qualquer setor de atividade, cujo volume de negócios não ultrapasse os 150.000 euros. - Que de acordo com o n.º 2 do art.º 8º do Regulamento citado no ponto anterior, as condições e critérios de isenção de derrama previstos no número anterior podem ser alterados, anualmente, ou serem criadas outras condições e critérios, mediante aprovação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, sem prejuízo da deliberação anual da fixação da taxa geral da Derrama. - Que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 4º do Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento e Empreendedorismo no Concelho de Oliveira de Azeméis (RMIIECOA), a isenção ou redução de Taxas de Derrama, é fixada anualmente por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; - Que os benefícios fiscais estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis, conforme o n.º 25, do art.º 18º, do RFALEI; - A necessidade de criação de medidas que visam fixar as empresas e ativar incentivos no Concelho bem como, combater o desemprego e potenciar o nível de empregabilidade e coesão territorial, ainda atenuar os efeitos negativos da atual crise vivida em consequência da guerra na Ucrânia, das taxas de juros elevadas e da alta taxa de inflação; Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º, do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013, na sua atual redação e do Regulamento para Atribuição de Benefícios Fiscais da Derrama Municipal de Oliveira de Azeméis, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2024: - Taxa geral de 1,2/prct; - isenção da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ (conforme Regulamento).”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Mantém-se a mesma taxa de 2023, portanto, 1,2%; Isenção da taxa de Derrama, para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior, que não ultrapasse os 150 mil

euros. Na prática, a mensagem que damos aos oliveirenses, é que mantemos a mesma carga fiscal do ano 2023, no que à Derrama diz respeito. A participação no IRS, é os 5%, portanto, a mesma a mesma taxa que foi aplicada em 2023. Estamos a falar da fixação das taxas de IMI a aplicar em 2024: nós propomos a manutenção da taxa mínima dos 0,3% para prédios urbanos; e a passagem da dedução fixa, em função do número de dependentes, que era de 20€, 40€ e 70€, para um, dois, ou três ou mais dependentes, passar para 30€, 70€ e 140€. Claro que, depois, todas as outras majorações correspondentes aos prédios urbanos degradados e aos prédios rústicos, em áreas florestais com situação de abandono, mantêm-se nas mesmas taxas do ano anterior. A taxa Municipal de Direitos de Passagem é a mesma taxa do exercício de 2023, 0,25%. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Carla Reis e José Ribeiro. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Carla Reis**, do PSD. =====

===== Muito obrigada, Senhor Presidente. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal - Amaro Simões O executivo municipal na pessoa do senhor presidente da Câmara e todos aqueles que assistem à distância através da comunicação social aqui presente. Boa tarde a todos, Este ano, 184 municípios devolveram parte ou a totalidade da receita de IRS cobrada nos seus territórios às famílias, contas feitas, representa 60% das 304 autarquias do país. Senhor presidente, neste sentido, a bancada do PSD vem apelar à boa vontade e bom senso do executivo no sentido de baixarem a percentagem do IRS aos Oliveirenses, pois como sabe atravessamos tempos complexos e difíceis a nível financeiro e social, apelos assim, que este município siga o exemplo de alguns concelhos vizinhos como é caso de Ovar com a percentagem de 2,00%, Albergaria-a-Velha 2,8% já para não falar dos concelhos de Estarreja e Águeda com 0%. Os municípios têm assim a capacidade de prescindir ou não de parte ou da totalidade desta parcela. Trata-se de uma receita não consignada, podendo ser aplicada de acordo com as prioridades determinadas pela autarquia. Assim como de baixou a percentagem do IMI aos Oliveirenses, medida que louvamos e apoiamos, e tendo em conta a situação financeira da Autarquia que é estável e com saldo de gerência positivo, não se pondo por isso em causa questões de ordem financeira, tratando-se, caso não acede ao nosso pedido de uma questão de opção política. Questão essa que se contradiz com o pugnado no passado pela bancada do PS. Em resumo, gostaria de salientar só mais este ponto, a redução de percentagem no IRS não beneficiária só os contribuintes que pagam IRS mas também aqueles que recebem. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José Ribeiro**, do PS. =====

===== *Exmo. Senhor. Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público presente e quem nos segue através da transmissão. Peço desde já licença, Senhor Presidente, para nesta minha intervenção abordar de uma assentada os 4 pontos que vamos discutir de seguida, não obstante a sua votação ponto a ponto. Discutimos nestes pontos, política fiscal, valores de taxas e/ou isenções, discutimos fontes de receita para o município, mas basicamente, discutimos impostos e taxas que serão cobrados ou pagos pelos munícipes e pelas empresas do concelho. Tratando-se de políticas que têm impacto direto na vida das pessoas e das empresas, mas que têm também reflexo no que são as receitas do município, vem à memória o chavão de que não podemos querer 'sol na eira e chuva no nabal'. O caminho trilhado até agora por este executivo, que acabou com gastos supérfluos, rendas excessivas, que recuperou o nosso edificado, e introduziu uma melhoria na gestão e uma política de contas certas, permitiu o equilíbrio financeiro necessário para que fosse possível logo no primeiro mandato cumprir o maior compromisso com os Oliveirenses em termos de matéria fiscal e que foi a redução do IMI para a taxa mínima. Discutimos nestes 4 pontos as maiores fontes de receita do Município, a par com as transferências do orçamento de estado. Não estivéssemos sobre o manto de uma concessão e poderíamos com certeza estar a falar de outras muito importantes, mas que infelizmente, são agora, receitas de outros. Começando pelo ponto 5, discutimos a fixação da taxa municipal de derrama, que, por proposta da Câmara Municipal, seja fixada na taxa geral de 1,2/prct (0,3/prct abaixo da taxa máxima) e que seja ainda prevista uma isenção dessa taxa, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€, a exemplo das taxas aplicadas em anos anteriores. Trata-se de uma medida que pretende dar às empresas um sinal positivo e um incentivo à fixação de novas empresas no concelho. A continuação da taxa nos mesmos valores dos anos anteriores, apresenta-se também como uma medida de estabilidade para as empresas. Considera ainda o executivo, e bem, que esta medida ajuda a combater o desemprego e potenciar o nível de empregabilidade e coesão territorial, atenuar os efeitos negativos da atual crise vivida em consequência da guerra na Ucrânia, das taxas de juros elevadas e da alta taxa de inflação; Não podemos estar mais de acordo, e como tal, votaremos favoravelmente. No ponto 6, discutimos a definição da percentagem de participação do Município no IRS para os rendimentos de 2024, que, conforme proposta do executivo, deve ser fixada nos 5/prct. O executivo decide mais uma vez manter esta taxa, na taxa máxima de que pode dispor por contraponto da taxa mínima de IMI e nas medidas acessórias que discutiremos no ponto seguinte. Não é mentira que em outros anos defendemos aqui neste espaço a descida deste imposto que onera as famílias. Nessa altura, fizemo-lo com o IRS, assim como fizemos com todos os impostos municipais, que pudessem baixar e desonerar empresas ou famílias. Todos sabemos o que aconteceu com essas propostas e todos sabemos porque não foram nem podiam ser aprovadas. Mantemos a nossa convicção quanto à descida dos impostos, no entanto há várias formas de o fazer. O IRS é um imposto de responsabilidade partilhada e de que o município dispõe apenas de uma parte. Cabe ao maior beneficiário deste imposto, promover e*

implementar medidas de redução efetiva deste imposto para as famílias, como seja o IRS Jovem ou a alteração dos escalões. Ao município, caberá naturalmente complementar essas medidas, e num esforço de proximidade, colmatar com políticas sociais locais as necessidades do concelho, devolvendo assim e por essa forma, o esforço coletivo que fazemos na manutenção desta receita. É disso exemplo o aumento das bolsas para estudantes carenciados ou o aumento das deduções por agregado a aplicar à coleta de IMI. Estas medidas, mais direcionadas a beneficiários efetivos ou com carências evidentes, permitem um apoio efetivo às famílias e permitem entre outras coisas, que uma família que, por exemplo, não pague IRS e dessa forma não iria sentir a descida do imposto, possa por outro lado, usufruir de uma bolsa de estudo para um filho, nesse exercício de distribuição coletivo, do esforço feito por todos. Estamos convictos desse trabalho e como tal votaremos também favoravelmente este ponto. No ponto 7 discutimos a fixação da taxa de IMI a aplicar em 2024 na taxa mínima de 0,3/prct e as deduções fixas a aplicar conforme o agregado familiar. O executivo propõe-nos a manutenção da taxa mínima e um aumento das deduções, chegando estas aos 140€ para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo. O aumento das deduções apresentado, implica mais um esforço para a autarquia, a somar ao esforço que já vinha sendo feito por via da descida da taxa. Esta medida, que afeta de forma positiva praticamente todas as famílias com casa, representa um esforço financeiro de mais de um milhão de euros para o município, o que num mandato representaria, por exemplo, um novo Teatro Municipal. É disto que estamos a falar. Estamos a falar de um esforço financeiro que só foi possível depois da casa arrumada, depois de pagas as dívidas, mas que ao fim destes anos permitiu já devolver aos Oliveirenses muitos milhares de euros e não obstante isso, permitiu, mesmo assim, ter um novo Teatro Municipal. Sempre dissemos que para tudo era preciso tempo e neste caso foi preciso tempo para que se criassem condições para a efetiva redução da coleta de impostos. Sempre nos batemos pela redução de todos os impostos, a diferença é que nunca houve condições para que essas propostas fossem aprovadas. Felizmente agora já é possível que propostas como esta sejam aprovadas. Propostas que têm impacto real na vida das pessoas e nas empresas. É pouco? Com certeza que sim! Mas finalmente já é alguma coisa. Não fomos nós que prometemos 100% de nada! Assumimos um compromisso com os oliveirenses e honramo-lo. Continuemos a acreditar no trabalho do executivo e com certeza teremos condições para no futuro baixar outros impostos. Talvez quando tivermos as necessidades básicas resolvidas ou todas as nossas escolas requalificadas e a maioria das vias repavimentadas. Até lá, continuamos a fazer fé neste percurso e como tal votaremos favoravelmente este ponto. Por fim, no ponto 8, discutimos a Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem em 0,25/prct, valor cobrado aos operadores de telecomunicações e que nos últimos anos deixou de ser refletido nas faturas dos consumidores. Por não afetar diretamente o rendimento mensal das famílias, concordamos com a taxa aplicada e como tal, votaremos também favoravelmente este ponto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Ouvimos aqui o apelo para a redução da participação fixa no IRS. Isso nunca foi um compromisso eleitoral do Partido Socialista, nunca foi um compromisso eleitoral nosso. A redução do IMI para a taxa mínima, sim, e cumprimos, cumprimos e estamos a manter. Aquilo que nós estamos a fazer é a devolver muito mais do que aquilo que conseguiríamos com uma redução percentual, desses municípios como essa que refere desses municípios aqui nossos vizinhos, porque nós quando falamos de um imposto temos que falar sobre toda a carga fiscal e não apenas sobre um imposto quando esse imposto nos interessa apresentá-lo como argumento, temos que olhar para o conjunto da carga fiscal e perceber qual é a carga fiscal que esses municípios têm sobre a economia e sobre as pessoas. Nós, estamos completamente de acordo, temos uma participação fixa de 5%, o bolo grande do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares fica no Estado e, por isso, é ao Estado que cabe esta responsabilidade de: mexer nos 5 escalões de IRS até aos rendimentos brutos mensais de 2 mil euros; a questão do IRS Jovem, que permite que no primeiro ano de trabalho não sejam tributados; criar um conjunto de políticas que permitam que este imposto seja menos pesado para os portugueses. Nós temos um conjunto de atribuições, temos um conjunto de questões. É evidente que, nós não podemos, por um lado, ter um conjunto de propostas que levariam a que nós perdêssemos 6 milhões de euros da carga fiscal. O conjunto de propostas que são apresentadas pelo conjunto da oposição que levariam que dos 15,2 milhões perdêssemos 6 milhões de euros de carga fiscal, e ao mesmo tempo querermos tudo aquilo que foi aqui elencado como sendo necessidades absolutamente prementes e urgentes para resolvermos. O quadro que nós nos estamos a movimentar é este. É um quadro onde o Estado e as Autarquias dependem dos impostos que arrecadam. Conforme aqui foi dito, e conforme hoje já foi aqui amplamente discutido, temos um conjunto vastíssimo de necessidades, necessidades que importava suprir. Oxalá muitas delas não existissem hoje. Oxalá não tivéssemos necessidade de fazer um investimento brutal em Madaíl para a rede de saneamento. Oxalá isso estivesse resolvido há muitos anos. Oxalá esse investimento feito há muitos anos e nós pudéssemos com esse valor estarmos a reduzir, hoje, a participação fixa no IRS. É precisamente, tomarmos as opções no tempo e no momento certo, tomarmos as opções certas que nos permitem depois, a prazo, termos políticas públicas muito mais distributivas do que aquelas que temos condições. Aquilo que eu gostaria que ficasse aqui absolutamente claro, é que: nós temos consciência da importância da redução da carga fiscal. Tanto temos consciência, que adotamos duas medidas, uma delas já aqui foi elencada, em relação ao número de dependentes por agregado, onde acedemos à transferência, em vez de termos os 20€, 40€ e 70€ temos os 30€, 70€ e 140€. E também algo que era reclamado de forma recorrente, que era as bolsas para apoio aos estudantes carenciados do ensino superior que vão ser de 40 bolsas em 2024. Este é um início de um caminho. É evidente que tudo é possível, tudo é exequível, tudo é realizável. O problema é quando temos condições para fazer aquilo que reivindicamos e não fazemos. Estamos a procurar cumprir com aquilo que assumimos com os oliveirenses. Temo-lo feito, na nossa opinião, como é evidente, de forma exemplar. Gostaríamos de neste orçamento podermos falar de outra forma sobre outras questões, não só sobre a participação fixa no IRS, mas também sobre a tributação sobre o lucro

das empresas, sobre outras dimensões que são importantes, mas não existem condições objetivas para o fazer. Isto não é uma opção política. É apenas e só um exercício de responsabilidade, porque é isso que preside às nossas decisões, às nossas orientações. Como sabe, se fosse questões de natureza eleitoralista, se estivéssemos a governar para eleições e não para gerações, fazíamos aquilo que era mais fácil: Não aceitávamos esta progressão nos dependentes do IMI; Não aumentávamos as bolsas para os estudantes carenciados de acesso ao ensino superior; E reduzimos em 0,25% a taxa de IRS. E com isso, reduzimos o sound bite que é sempre possível produzir, quando dizemos que: Isto é tudo possível. Nós temos uma situação financeira invejável e podemos fazer tudo e mais alguma coisa. Podemos sim, quando tivermos um conjunto de problemas gravíssimos para resolver, nunca os escondemos, nunca os vamos esconder. Portanto, o caminho que nós estamos a fazer para a sua resolução, é um caminho determinado, um caminho muito corajoso. Sabemos que está muito longe de terminar, mas temos toda a vontade, toda a coragem, toda a determinação para o continuar a trilhar. E é isso que nós vamos fazer. E é isso que este Orçamento Municipal permite fazer. E é isso que esta carga fiscal que nós temos sobre os oliveirenses permite fazer. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado, por maioria, fixar seguintes taxas de Derrama para o ano de 2024: Taxa geral de 1,2/prct; Isenção da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ (conforme Regulamento), com a seguinte votação: **A favor**, 36 votos: vinte e dois (22) votos do PS, onze (11) votos do PSD, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra**, 2 votos: um (1) voto do CH e um (1) voto do B.E.. =====*

*===== **Ponto seis:** - **Definição da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano 2024 (I/66430/2023);** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea g) do art.º 14º conjugado com a alínea c), do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25º, e com o n.º 1, do art.º 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; - Que na ausência de deliberação ou de comunicação (até 31 de dezembro), o Município tem direito a uma participação de 5/prct no IRS, conforme n.º 3, do art.º 26º, do RFALEI; - A incerteza temporal de duração da crise provocada pela guerra, a elevada taxa de inflação e os juros em alta e os seus efeitos, bem como o esforço financeiro adotado para este fim, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças

municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2024 e transferida para o Município no ano de 2025; - Que se mostra adequado manter a taxa de IRS definida em anos transatos 5/prct, sendo a mesma uma receita necessária à Autarquia para concretização dos seus objetivos orçamentais. *Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do art.º 14º e nos n.ºs 1 e 2, do art.º 26º, do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea c), do n.º1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2024, em 5/prct.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado, por maioria definir a percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2024 em 5/prct., com a seguinte votação: **A favor**, 25 votos: vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra**, 13 votos: onze (11) votos do PSD, um (1) voto do CH, um (1) voto do B.E..* =====

===== **Ponto sete: - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2024 (I/66461/2023);** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, determina na alínea a), do seu art.º 14º, que o IMI é uma receita municipal; - Que a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2024, referidas no art.º 112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 31 de dezembro de 2023. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º 14, do art.º 112 do CIMI, na sua atual redação), que de acordo com a alínea c), do nº 1, do art.º 112, do CIMI, prevê que as taxas dos prédios urbanos possam ser fixadas de 0,3/prct a 0,45/prct sendo que, para o ano 2024 este município pretende propor a fixação da taxa mínima de 0,3/prct; - Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o agregado familiar do*

proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o art.º 112º-A do CIMI, de acordo com a seguinte tabela:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	30
2	70
3 ou mais	140

- Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: - As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; - A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; - A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; Não obstante o quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado manter o esforço de amortecimento do impacto e com alcance duplo direto nas famílias, na população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, visando atenuar os efeitos da crise provocados pela guerra na Ucrânia, alta taxa de inflexão e juros elevados, optando por manter as taxas do IMI para prédios urbanos em 0,3/prct para 2024; bem como a possibilidade manter a redução de IMI consoante o número de dependentes a cargo do proprietário do imóvel. ASSIM, Propõe-se: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal fixar **as taxas de IMI a aplicar em 2024 em 0,3/prct**. 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do art.º 112º e n.º 2, do art.º 112º-A, do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2024 em: Prédios urbanos: - em geral valor: 0,3/prct; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: **30€ para agregados familiares com 1 dependente; 70€ para agregados familiares com 2 dependentes; 140€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais**. 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.ºs 3 e 16, do art.º 112º e quando aplicável o art.º 112º-B, do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio bem como, prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas, tal levantamento deverá ser efetuado pela Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano, Gestão Urbanística e Ambiente; 3 - Se majore em 30% (0,39/prct) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano, Gestão Urbanística e Ambiente

proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 31 de dezembro de 2023, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no triplo (2,4/prct), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º11, do art.º 112º do CIMI na sua redação atual, deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano, Gestão Urbanística e Ambiente, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do nº 10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2024, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações não se julga oportuno propor a fixação respetiva de taxas.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI - a aplicar em 2024: Prédios urbanos: - em geral valor: 0,3/prct; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: 30€ para agregados familiares com 1 dependente; 70€ para agregados familiares com 2 dependentes; 140€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais.* =====

===== **Ponto oito: - Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2024 (I/66455/2023);** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O anexo à Lei nº 16/2022 de 16 agosto e posteriores alterações, permite a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; - Que a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município (n.º 3, do art.º 169º do anexo à Lei 16/2022 de 16 de agosto e posteriores alterações); - Os efeitos da crise provocados pela Guerra na Ucrânia e da incerteza temporal de duração conflito, bem como a alta taxa de inflação e juros em máximos históricos e os suas consequências, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do*

desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; - Que o percentual deverá ser aprovado anualmente, por cada Município até ao final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina (alínea b), do n.º 3, do art.º 169º do anexo à Lei 16/2022, e posteriores alterações), e o seu valor não pode ultrapassar 0,25/prct; - Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, não podendo ser refletida na fatura dos consumidores, de acordo com o n.º 4, do art.º 169º do anexo à Lei 16/2022 de 16 de agosto e posteriores alterações. Propõe-se: Nos termos e ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 169º do anexo da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e para efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25/prct com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2024.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar um valor percentual de 0,25/prct com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2024.* =====

===== ***Ponto nove: - Aditamento ao Contrato Promessa de Doação de Bens Imóveis sob condição (I/67048/2023) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - a 02 de dezembro de 2022 e 07 de dezembro de 2022 foi aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, respetivamente, o contrato promessa de doação de bens imóveis sob condição (I/72872/2022); - de acordo com os termos do referido contrato o Município está a desenvolver todos os procedimentos de modo a cumprir com o estipulado; - uma das obrigações do Município prende-se com a alteração do PDM do espaço onde está implementado o prédio a doar (Requalificação do quarteirão e instalação dos serviços municipais - EP07), e que essa alteração está também dependente de entidades terceiras; - face à complexidade desse processo, e por razões administrativas e procedimentais alheias quer ao Município quer aos particulares, tal processo sofreu um atraso não previsível à data da outorga do contrato; - se mantém a intenção e vontade das partes em concretizar o contrato promessa, importa compatibilizá-lo com os desenvolvimentos ocorridos; Propõe-se a aprovação do aditamento ao contrato promessa de doação de bens imóveis sob condição, nos termos da minuta em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), remetendo-se posteriormente à Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Em 2 de dezembro de 2022 e em 7 de dezembro de 2022, foi aprovado, em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, um contrato-promessa de doação de bens imóveis sob condição. O Município de Oliveira de Azeméis tinha assumido, nesse contrato, com a outra contraparte, o compromisso da alteração do PDM para um espaço onde está implementado o prédio a doar à Câmara Municipal. Essa alteração depende de entidades terceiras, mais concretamente da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte. E, não estando, por razões alheias ao Município e até aos particulares, a outra contraparte acautelada, há necessidade de aprovar um aditamento que prorroga o prazo acordado até 31 de março de 2024. Julgamos que, nesse prazo, conseguiremos cumprir com aquilo que está acordado, teremos condições para ter todo o processo finalizado e permitir que aquilo que foi acordado seja cumprido. Dizer-vos que, em termos daquilo que foi previamente aprovado, os pressupostos que estiveram na base das aprovações que eu referi, em 2 de dezembro de 2022 e 7 de dezembro de 2022, nada foi alterado. Apenas estamos a falar de uma prorrogação dos prazos que tínhamos, para resolver o problema que nós tínhamos acordado com outra parte.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais Ferreira.* =

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD.* =====

===== *O nosso voto é contra. O nosso voto contra é mais sobre o princípio que está aqui subjacente. O desenho que foi elaborado e aprovado nesta Câmara não era, obviamente, o nosso. Portanto, nada contra a alteração. Mas votamos contra, apenas, porque está subjacente o negócio do qual nós também votamos contra. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado, por maioria, com a seguinte votação: **A favor**, 26 votos: vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS-PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra**, 12 votos: onze (11) votos do PSD, um (1) voto do B.E..* =====

===== **Ponto dez:** - *Auto que concretiza a transferência de competências no domínio da saúde (I/67564/2023) - Autorização;* =====

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; - Que nos termos do artigo 2.º, da referida Lei, as transferências de atribuições e competências regem-se pelos seguintes princípios e garantias: a) A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa; b) A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais; c) A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos; d) A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público; e) A eficiência e eficácia da gestão pública; f) A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados; g) A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas. - Os princípios e as disposições legais, designadamente os art.ºs 5.º, 30.º-A, 80.º-B, 80.º-D 80.º-E, e 80.º-F, do RFAL - Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013 e posteriores alterações, que preveem um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), que constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado com vista ao financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, decorrente da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, acima mencionada; - Que no âmbito do FFD, são atribuídos às autarquias locais e às entidades intermunicipais os recursos financeiros previstos no artigo 80.º-B, do RFAL; - Que o financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais decorrente do processo de transferência de competências considera o acréscimo de despesa e de receita em que estas incorrem pelo exercício dessas competências; - O Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde e, em concreto, o previsto no artigo 20.º, relativo ao Auto de Transferência, de cuja aceitação e assinatura se faz depender a respetiva transferência de competências; - O compromisso financeiro de 3.6 milhões de euros, por parte do Ministério da Saúde, para intervenções nas unidades de saúde existentes no território de Oliveira de Azeméis, bem como para a criação de uma nova unidade de saúde a sul (Pinheiro da Bemposta) no âmbito da afetação das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - conseguido em resultado do processo negocial da presente aceitação de competências. Propõe-se: - A aprovação do Auto de Transferência em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), que concretiza a transferência de competências para a autarquia no domínio da saúde.” =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
Nós estamos a pedir a vossa autorização, para podermos assinar o auto que concretiza esta transferência no domínio da saúde. Como sabem, a Lei 50/2018 estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as comunidades intermunicipais e depois, concretamente, o Decreto-Lei 23 de 2019 concretiza o quadro transferências na área da saúde, sendo necessário para o efeito que se proceda à assinatura deste auto. Na prática, o que nós estamos a pedir é que vocês validem o processo negocial que foi levado a cabo, um processo moroso, intenso, onde procuramos fazer um diagnóstico das necessidades nos mais variados domínios. Quisemos perceber aquilo que estávamos a assumir. E fizemo-lo nos mais variados domínios, seja nas questões mais óbvias que são aquelas ligadas aos edifícios, seja às questões ligadas às viaturas, seja as questões ligadas à manutenção dos espaços, à manutenção dos equipamentos, aqueles que, naturalmente, são delegáveis no âmbito, deste acordo descentralização de competências. E aquilo que resultou como processo negocial foi uma verba de 3,6 milhões de euros, que permitirá requalificar integralmente todos os nossos postos e centros de saúde e, extensões de saúde, permitirá também, foi essa a proposta que foi apresentada, a construção de um Centro de Saúde na Freguesia do Pinheiro da Bemposta. Mais um investimento importante numa Freguesia, que servirá, também, através de um polo robusto que queremos na freguesia de Loureiro, toda aquela população da parte sul do nosso território. Também, para além desses 3,6 milhões de euros, teremos 6 viaturas elétricas que nos serão disponibilizadas progressivamente. E teremos também, no valor de cerca de 220 mil euros, julgo eu, uma verba de 88 mil euros para instalação de painéis fotovoltaicos no edifício sede. Obviamente que, para além destes valores teremos a comparticipação anual que são cerca 850 mil euros, que são transferidos para que a Câmara Municipal assuma estas competências. Nesta verba ainda não estão aqui algumas dimensões que vamos depois futuramente escarpelizar, como seguros e outras obrigações. Resumindo e concluindo: 3,6 milhões de euros para a requalificação dos postos de extensões de saúde, para a construção de uma nova Unidade de Saúde na Freguesia de Pinheiro da Bemposta; cerca de 220 mil euros para a aquisição de seis viaturas elétricas, que permitiram que o serviço de apoio domiciliário que é prestado continue a ser prestado; uma verba de 88 mil euros para a instalação de painéis fotovoltaicos no edifício sede; e uma verba, que será atualizada anualmente, em função da inflação e também em função do quadro que existe para a descentralização de competências e da avaliação que for sendo feita pela Comissão de Acompanhamento, de 852 mil euros por ano.
=====

=====
Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Bruno Costa.
=====

=====
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS.*
=====

=====
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões, na sua pessoa, permita-me, cumprimentar todos os presentes e quem assiste lá em casa. A descentralização de

competências decorre da concretização do seu quadro de transferência para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, neste caso particular no domínio da saúde. Sabendo-se que este processo acomoda um aumento de receita, também se realiza num aumento de despesa, seja com a transferência de pessoal, seja na manutenção de infraestruturas. Os serviços de saúde têm um grande impacto na vida das pessoas, com elevada taxa de utilização, principalmente por população mais idosa. Usados muitas vezes em situação de fragilidade, de doença, sendo nestas circunstâncias maior a exigência com espaços onde as pessoas são intervencionadas, avaliadas e cuidadas. Para além de ser um setor onde existe uma maior exigência para a definição de estruturas e circuitos adequados a quem está temporária ou definitivamente condicionado na sua mobilidade. São por isso equipamentos sujeitos a enorme pressão à que se associa a exigência dos profissionais de saúde para condignas condições para desenvolver o seu trabalho de elevada especificidade técnica e responsabilidade. Neste contexto é de salientar o quadro em que esta transferência será efectuada, porque a esta vem associada o compromisso de 3,6 milhões de euros por parte do Ministério da Saúde para intervenções nas unidades de saúde existentes no território de Oliveira de Azeméis, bem como para a criação de uma nova unidade de saúde a sul (Pinheiro da Bemposta) no âmbito da afetação das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - conseguido em resultado do processo negocial da presente aceitação de competências. Num levantamento de necessidades efetuado pelo ACeS Aveiro Norte em conjunto com a autarquia, o que define o profundo conhecimento da realidade e das necessidades. Havendo o cumprimento deste compromisso, existe a nossa confiança de que, sendo transferidas unidades com condições mínimas de trabalho e com capacidade de adaptação a um contexto onde decorre uma importante reforma dos cuidados de saúde primários, se concretiza o grande objetivo desta reforma: descentralizar para aproximar. Descentralizar para gerir melhor. Descentralizar para prestar melhores cuidados. E que cuidados são esses? São aqueles que, para além da realidade nacional, emergem do Plano Local de Saúde, identificando problemas, definindo caminhos na sua resolução, objetivando metas, definindo prioridades. Cuidados direcionados para a prevenção ou para, quando os problemas instalados, diminuir o seu impacto. Se antes os cuidados de saúde serviam a comunidade, a partir deste momento, os cuidados estão na comunidade. Votaremos por isto favoravelmente neste ponto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto onze:** - Passeio Sénior realizado em 2023, Atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesia de Cucujães, São Roque, Carregosa, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago Ribai, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/67341/2023) - Autorização; =====*

=====
Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo e os critérios já definidos no âmbito da concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para a realização do Passeio Sénior; - Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do nº 1 art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - Que os documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia, conforme identificados no quadro em anexo e que estão na Gestão Documental, satisfazendo os critérios estabelecidos para esta instrução e validação desta atribuição, nomeadamente a utilização por parte das Juntas/União de Freguesia do relatório de acordo com novo modelo apresentado a 14/06/2019; - Que os valores das despesas são superiores ao mínimo estabelecido, pelo que o valor atribuir é considerado o da proposta de deliberação de 14/09/2010, ou seja, 10€ por cada sénior participante com 65 anos ou mais, sendo a idade de referência a 31/12/2023; - Que estão analisados e concluídos o processo de todas as Juntas/União de Freguesia que realizam o Passeio Sénior, até 31 de outubro de 2023, sendo o valor a atribuir a cada uma, conforme o quadro em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). Propõe-se, Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio Sénior realizado em 2023, às Juntas de Freguesia de Cucujães, São Roque, Carregosa, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz e União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, conforme o documento em anexo, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) no valor total de 19.910,00€ (dezanove mil novecentos e dez euros); Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado durante o mês de novembro do ano em curso. Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados. Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo aos compromissos de fundo disponível nºs 1720, 1721, 1722, 1723 e 1724 de 2023, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” ==

=====
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

=====
Como sabem, nós atribuímos uma verba de 10 euros por sénior, para os passeios, e temos aqui um conjunto de Freguesias que realizaram o seu passeio sénior: Cucujães; São Roque; Carregosa; União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz; União das Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul Macinhata da Seixa e Madaíl. Estamos a falar de 19.910 euros, portanto, estamos a falar de 1991 seniores. Julgo que só faltará a Freguesia de Ossela que também virá aqui para aprovação. =====

=====
Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze:** - ***Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - referente à execução do investimento aprovado no âmbito da candidatura ao PDR2020 - 10216-097303 - Criação de Percursos: Rota das Alminhas em Macieira de Sarnes (I/66821/2023) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i), do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - A candidatura aprovada para a execução do investimento no âmbito do Projeto apresentado ao - PDR2020-10216 - 097303 - Criação de percursos: Rota das Alminhas em Macieira de Sarnes, com um investimento total de 165.461,95€ (cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um euros e noventa e cinco cêntimos). - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c), e do artigo 5.º B, número 1, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do trabalhador, Eng.º António Sobral, como Gestor do Contrato; Assim, Ao abrigo das normas retro citadas e dos artigos 2º e 4º, nº 1, e alíneas a), e), e m), do nº 2, do art.º 23º ; alínea j), do nº 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei nº 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os*

Art.ºs 1º-A, nº 1, alínea c), do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes, referente à execução do investimento aprovado no âmbito da candidatura ao PDR2020 - 10216-097303 - Criação de percursos: Rota das Alminhas em Macieira de Sarnes (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 1710 de 2023, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; Remeta-se à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== Senhor Presidente, é mais um exemplo de um apoio a um investimento feito numa freguesia do nosso concelho, estamos a falar de 37.776.05€, à Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes que apresentou uma candidatura ao PDR2020, uma candidatura à ADRITEM, é criação de percursos “A Rota das Alminhas”. É uma candidatura que foi aprovada com o investimento de 165.461.95 € e, como sabem, a comparticipação dos fundos comunitários é de 80% e a Câmara Municipal assume com as Juntas de Freguesia, compreendendo o seu quadro de limitações, o diferencial não financiado. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que os macieirenses passem a dispor de uma resposta, que é uma resposta muito interessante, que é uma resposta cultural, é uma resposta de recreio, uma resposta de lazer, onde, obviamente, serão recriadas a rota das alminhas. E, portanto, fundamentalmente, o que nós conseguimos trazer para o lugar da Pedra Branca, onde temos ali uma grande concentração de pessoas, uma grande densidade populacional, uma resposta que seguramente vai ajudar a melhorar também a vida daquelas pessoas.=====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto treze: - Revogação de protocolo de cedência de instalações - Escola Básica n.º 1 do Coto - Fajões - celebrado com - a Junta de Freguesia de Fajões (I/57083/2023) - Autorização;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 24.09.2019, foi celebrado protocolo de cedência de instalações da Escola Básica n.º 1 do Coto com a Junta de Freguesia de Fajões (n.º 63/2019); - Que a Junta de Freguesia de Fajões, informou

que já não mantém interesse na manutenção destas instalações. - Que já não se verificam os pressupostos que motivaram a celebração deste protocolo. Propõe-se: - A revogação do protocolo de colaboração supra referido (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), e respetiva cessação dos seus efeitos. - Que se remeta à Assembleia Municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Junta de Freguesia de Fajões, deixou de estar interessada em manter o protocolo que tinha com a Câmara Municipal, para utilização das instalações da Escola do Côto. E, portanto, estamos aqui a proceder a uma revogação desse protocolo. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze: - Atribuição de apoio financeiro à Freguesia de S. Roque para a realização da “Conferência Anual de Inovação Empresarial” (I/60721/2023) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que ainda não entrou em vigor o Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis e que qualquer apoio financeiro deverá ser sujeito à prévia definição de critérios de atribuição, aos princípios da transparência, da igualdade, da imparcialidade, da proporcionalidade, da justiça, da boa administração e da prossecução do interesse público; - Que a concessão de apoios a atividades, projetos, eventos, obras e equipamentos e/ou para finalidades afins, tem de evidenciar a prossecução do interesse municipal, bem como respeitar os princípios gerais da atividade administrativa, da boa administração de dinheiros públicos (RJAL, CPA, LEO); - Que os apoios financeiros a conceder às Freguesias e Uniões de Freguesias, obedecem às disposições legais em vigor sobre a contratação, realização e fiscalização de despesas públicas e dos princípios gerais da atividade administrativa e da boa gestão de dinheiros públicos; - O pedido de apoio financeiro apresentado pela Freguesia de S. Roque (E/31779/2023), para a “Conferência Anual de Inovação Empresarial”, orçamentado em 2.868,57€; - Que a Conferência vai realizar-se a 28 de outubro de 2023, e os temas abordados nesta edição serão: Produtividade, Sustentabilidade e Melhoria Contínua; - Que a realização desta iniciativa se reveste de interesse para o desenvolvimento económico local, pelo estímulo ao tecido empresarial existente, quer pela partilha de ideias e processos, quer pela promoção do Espírito Oliveirense; - Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre as formas de apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das

populações”, conforme alíneas j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Pelos fundamentos de interesse municipal, acima referenciados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar: - Um apoio financeiro, à Freguesia de S. Roque, até ao valor de 1.000,00€ (mil euros), correspondente a parte do valor total do investimento a efetuar, estimado de acordo com o orçamento apresentado; - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de novembro do corrente ano, após apresentação do relatório e documentos justificativos da despesa realizada, sendo os encargos resultantes da presente deliberação suportados em termos orçamentais, possuindo compromisso de fundo disponível n.º 1574 de 2023, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É mais uma iniciativa de uma Junta de Freguesia que tem o nosso apoio. Estamos a falar de uma verba de 1000 euros, para apoio à Junta de Freguesia de São Roque para uma conferência anual de Inovação Empresarial que versa temáticas muito importantes para o nosso tecido económico e também para a própria região. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Vitor Andrade. =====

===== O senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vitor Andrade** - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. Queria só dizer que a Conferência Anual de Inovação Empresarial é uma equipa jovem que tenho comigo e que se propôs a fazer este evento. Dinamizou no primeiro ano em 2022. O sucesso, achámos que foi garantido, o feedback que nos deram foi que teria corrido muito bem. E, em 2023, acolhemos a proposta de sermos parceiros com a Câmara Municipal. Foi um evento, quer em 2022, quer em 2023: em 2022, virado mais para os industriais da freguesia de São Roque, quer no ramo do calçado, quer no ramo dos moldes; em 2023, foi virado para todo o Concelho, e culminamos o evento com uma entrega dos prémios PME Líder e PME Excelência, às empresas do Concelho de Oliveira de Azeméis. Foi esta a dinâmica do evento. Será para continuar, porque o feedback que temos tido é positivo. Há aqui pessoas que estiveram presentes, alguns também contribuíram como parceiros. Da parte da Junta de Freguesia, é para continuar. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze: - Aquisição de 9 viaturas elétricas, 9 lugares com plataforma elevatória (Proc. 110/23) (I/62187/2023) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, conforme apresentado na RQI n.º 3170, se torna necessário proceder à abertura de procedimento para aquisição de 9 viaturas elétricas, de 9 lugares e com plataforma elevatória. - Que a referida aquisição é efetuada ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)/Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto (AMP), integrando o Plano de Ação das Operações Integradas do Território de Intervenção (PAOITI) da Unidade Técnica Local da AMP Sul, assinado em 31-03-2022, ação 101 - “Transporte Flexível”, do Quadro de Investimentos aprovado; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante, tendo por base a média de valores atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP) para a celebração do referido contrato é de 498.000,00€ (quatrocentos e noventa e oito mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, prevendo-se que no presente ano económico não ocorra qualquer encargo, atendendo ao prazo de entrega previsto das viaturas decorrente da atual situação de mercado. - Os valores encontram-se previstos na rubrica 07010602, através da Proposta de Cabimento n.º 1470; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, mas que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, e de acordo com o valor estimado acima indicado, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo, o **compromisso plurianual**, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações bem como a **repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a pedir autorização à Assembleia que autorize a assunção de um compromisso plurianual, uma repartição em mais do que um ano económico, para uma aquisição de nove viaturas elétricas, com plataforma elevatória, no valor de 498 mil euros mais IVA.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis: - Processo n.º 17/2023 - Concessão/atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade (I/56811/2023) - Adjudicação / Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presente o Relatório Final, de 19 de setembro de 2023, do júri do procedimento relativo ao Concurso Público Internacional para “CONCESSÃO/ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE” - Processo n.º 17/23, observa-se o seguinte: Após cumprimento da fase de audiência prévia dos concorrentes, prevista no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foram apresentadas observações por parte do concorrente ALARGAMBITO II, MOBILIÁRIO URBANO, LDA., ao Relatório Preliminar (em anexo), de 08 de setembro de 2023, não tendo sido efetuada, no entanto, qualquer alteração ao mesmo, mantendo-se assim a proposta de adjudicação ao concorrente GIROD MÉDIAS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., por ser aquele que apresenta a proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, conforme determina a análise elaborada pelo júri à proposta, de acordo com o estabelecido no ponto 11 do Programa de Concurso. Com base nos referidos Relatórios e aprovando o neles expresso, e tendo em conta que, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais, proponho ao Órgão Executivo que submeta ao órgão Deliberativo: - A adjudicação, nos termos do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), do procedimento mencionado em epígrafe ao concorrente GIROD MÉDIAS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., sendo a contrapartida financeira anual a pagar ao Município de Oliveira de Azeméis no montante de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros), perfazendo para o período global, incluindo o eventual período de prorrogação, o montante de 375.000,00€ (trezentos e setenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - A solicitação, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77.º do CCP, dos documentos de habilitação referidos no ponto 13 do Programa de Concurso, devendo os mesmos ser apresentados na*

plataforma eletrónica (www.acingov.pt), num prazo de 5 (cinco) dias. - A celebração de contrato escrito com o concorrente por, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95.º, do CCP, o preço contratual exceder o montante de 10.000,00€ (dez mil euros) e, ainda, por não estarem reunidas outras condições que permitam a sua dispensa, de acordo com a minuta do contrato em anexo, conforme previsto no n.º 2, do artigo 98.º, do já citado diploma legal, devendo a mesma ser enviada ao adjudicatário para pronúncia. - Que se notifiquem os concorrentes desta deliberação. **NOTA:** Junta-se, em anexo (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), para conhecimento e anuência, as Propostas, o Relatório Preliminar, as Observações apresentadas em sede de audiência prévia e o Relatório Final, encontrando-se os restantes elementos apensos ao processo.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Câmara Municipal lançou um procedimento para a concessão e atribuição do direito de exploração de publicidade e mobiliário urbano. Estamos a falar de um procedimento que implica o fornecimento de 80 abrigos de passageiros, na Cidade e no Concelho, portanto, substituição dos 40 que nós temos atualmente concessionados e mais 40 para distribuir pelas Freguesias do Concelho, e o pagamento de 375 mil euros, nos 15 anos da concessão. É evidente que isto tem outras dimensões, para além dos abrigos para passageiros estamos a falar de mupis, quer mupis convencionais, quer mupis digitais. A mesma coisa se aplica a outdoors. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** - **Aquisição de serviços para elaboração de projetos para requalificação de arruamentos existentes em Nogueira do Cravo - P1 e Oliveira de Azeméis - P2 St.º António (Proc. 126/23 - PI/8440/2023) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, conforme apresentado na RQI n.º 3915, se torna necessário proceder à contratação de serviços para elaboração de projetos para requalificação de arruamentos existentes em Nogueira do Cravo - P1 e Oliveira de Azeméis - P2 St.º António, dada a ausência de recursos internos legalmente habilitados para a elaboração dos mesmos. - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante, tendo por base o valor obtido através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP) para a celebração do referido contrato é no montante de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - Os valores encontram-se previstos na rubrica 020220, através da Proposta de Cabimento n.º 1711. -

Que o início da vigência do(s) contrato(s) se prevê para os primeiros meses do ano de 2024; - Que a referida vigência termina com a assistência técnica, a qual ocorre aquando da conclusão da(s) empreitada (s); - Que a previsão de conclusão das referidas empreitadas se estenderá para além de 2024; - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2023, encontrando-se previsto na rubrica 020220 - Outros Trabalhos Especializados, cujo valor máximo, para 2024 é de 2.138.450,00€, para 2025 é de 2.159.850,00€, para 2026 é de 2.181.450,00€ e para 2027 é de 2.203.250,00€. - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico (previsivelmente 2024 e 2025), que resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público. Deste modo, e de acordo com o valor estimado acima indicado, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Estamos a pedir a autorização para repartição de encargos em mais do que um ano económico, para dois projetos que nós queremos lançar a concurso. Um deles é para a requalificação da Rua Capitão Correia Martins e Rua Manuel Pereira Godinho, na Freguesia de Nogueira do Cravo, portanto, aquela via que liga a rotunda do antigo Las Vegas à rotunda da Carpintaria Melo. E o outro projeto, é um projeto para a análise e o estudo de toda a zona Velha de Santo António. Toda aquela envolvente, que é uma zona crítica da cidade, por onde conflui muito movimento, muito trânsito que vem do Nordeste, muito trânsito que vem do norte do Concelho e também vem do centro da Cidade. Nós queremos olhar para aquela zona crítica do nosso concelho e, obviamente, enquadrando-a no plano de mobilidade urbana sustentável que está prestes a ser concretizado, começamos aqui a fazer algum caminho, no domínio dos projetos, no domínio da concretização daquilo que esse plano de mobilidade urbana sustentável nos vai verter. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

=====
Aberto o pedido de inscrições, registou-se o pedido de Armando Morais. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor **Armando Morais**, residente em Oliveira de Azeméis. =====

=====
Muito boa noite a todas e todos. Esperemos, na legítima expectativa, de obtermos respostas em conformidade. Sendo assim, o poder local e a sua valorização, são ao mesmo a expressão e a conquista de abril de 1974. O seu exercício resulta da confiança dada pelos munícipes ou fregueses através do sufrágio universal direto e secreto. É suposto que cada eleitora ou eleitor votar em programas eleitorais portadores de mensagens na defesa dos interesses populares. Inferimos que tais programas, deverão promover a real e efetiva coesão social e territorial. Também se pode afirmar, que a participação e a intervenção das populações constituem condições básicas para uma gestão democrática, mas, tal como a constituição da República Portuguesa, e as suas sucessivas mutilações, também o poder democrático autárquico, sofreu um forte revés com a chamada Lei Relvas, de janeiro de 2013, ou agregação de Freguesias. Resultou na reorganização do território nacional, confirmando preocupações e receios, em devido tempo manifestados, que se verificaram com o esvaziamento da prestação de serviços às populações e a ausência até de investimento público. Como apontamento, é verificado o impacto negativo daquela lei, recordamos que o Parlamento já analisa alguns pedidos para reverter a agregação. De referir, aliás, que no nosso Concelho, assistimos recentemente a iniciativas populares com vista à concretização da reversão. Para concluir e relacionando os aspetos por mim mencionados: Lançamos o repto ao Executivo Camarário, bem como ao executivo da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, para análise e acompanhamento das situações que se seguem, aliás, replicadas pelo nosso Concelho, cujas assimetrias locais, assentam em fragilidades e fatores de desagregação social. No caso concreto, os fregueses da freguesia de Palmaz, relatam queixas, nomeadamente no Lugar de Casal, e confirmadas in loco, tais como: 1) - A inexistência de uma digna paragem de autocarros. Neste momento, junto da placa ali existente, apenas jaz uma laje que já está tomada pelas ervas, pela vegetação que ali vai crescendo de forma desordenada e que, também confronta no lado oposto à estrada com um declive que não confere condições mínimas de segurança a quem ali pretende esperar pelo transporte. O que obriga a que jovens em idade escolar, idosos, pessoas com mobilidade reduzida e população em geral, sejam forçadas a ir a um ponto mais abaixo mais próximo da Junta de Freguesia que não sendo uma paragem, mas que encontra ali algum conforto para poder esperar pelo transporte público. 2) - A inexistência de caixa multibanco. Esta realidade dificulta a vida de todos aqueles que não podendo efetuar transações com recurso aos meios eletrónicos.

Pensamos nas dificuldades das populações acamada, mais idosa, com algumas limitações e, naturalmente, que dificilmente acederão a estas formas de pagamento, se veem privadas de concretizar as suas tarefas quotidianas, como a aquisição dos seus bens do dia-a-dia no comércio local. Não sei quais as competências, confesso: se a Câmara e a União de Freguesias poderão, de forma conjunta e concertada, mover alguma ação por forma a que seja possível consagrar esta facilidade. 3) - Infelizmente, não se esgota esta incompreensão das populações que se vê confrontada com o encerramento da Estação de Saúde, paredes meias com o edifício da Junta de Freguesia de Palmaz, que obriga os utentes a deslocar-se aos Centros de Saúde mais próximos, nomeadamente Pinheiro da Bemposta ou então Oliveira de Azeméis, a que acresce a parca oferta dos transportes públicos e outras dificuldades de acesso. Daqui exortamos os órgãos eleitos para que assumam, de acordo com as competências que lhe estão outorgadas, o compromisso da resolução dos problemas atrás relatados, a bem do superior interesse das populações. Disse. Muito obrigado. =====

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Esta questão da paragem de autocarros, no Lugar do Casal. Vamos olhar para ela, vamos resolver. Aliás, aquilo que eu acabei de dizer: os 40, mais 40 abrigos de passageiros, é precisamente para suprir algumas destas fragilidades que nós temos. Nós temos muitos abrigos de passageiros em alvenaria, outros são umas chapas com muitos anos, sem condições nenhuma de conforto para as pessoas. Portanto, vamos procurar resolver. Tomei nota, desta questão no Lugar de Casal e vamos ver se rapidamente resolvemos isto. Em relação à caixa multibanco. É muito importante para a população. As caixas multibanco são pequenas grandes respostas para as pessoas. Nós estamos a trabalhar a instalação de uma caixa multibanco no edifício da Junta de Freguesia de Palmaz. Temos falado com uma entidade bancária para tentarmos promover a instalação dessa caixa multibanco, exercício que estamos a fazer também noutras freguesias. Não é fácil ter sucesso nisto. A primeira coisa que eles pedem é, naturalmente, um espaço onde a possam instalar. E há um conjunto de compromissos, que têm de ser assumidos. Estamos disponíveis para assumir esses compromissos. Estamos a tentar em algumas freguesias do nosso concelho, onde reconhecemos essa fragilidade, porque há outras que conseguem resolver o seu problema. Essas que são um bocado mais afastadas e que têm realmente carência de respostas públicas, essa resposta privada acaba por ser muito importante, e muito determinante, e acaba por suprir as fragilidades que nós temos ao nível de respostas públicas. Em relação ao fecho da Extensão de Saúde: Eu gostaria muito que as respostas de proximidade fizessem parte do quadro de atuação do Estado Central. Agora que nós adquirimos novas competências na área da saúde, acho que adquirimos também alguma magistratura de influência no sentido de ajudarmos a redesenhar o quadro de atuação, no domínio dos cuidados de saúde primários. Neste momento, não é uma boa altura. Não é uma boa altura, porque esta região está a braços com uma constituição de uma ULS que vai produzir aqui grandes alterações e grandes perturbações no funcionamento da saúde na região. Mas, acho que sim. Acho que faz sentido porque, efetivamente,

nós somos mal servidos por respostas de mobilidade. Mas, mesmo que sejamos servidos por respostas de mobilidade, o que é um facto é que para os palmazenses acederem a cuidados de saúde, isso tem custos acrescidos em relação a outros que têm a sorte de ter as respostas de proximidade na sua freguesia. Não é só uma questão de rede, não é só uma questão de facilidade de aceder, é uma questão também dos custos do acesso. Como percebemos, a acessibilidade económica nem sempre é garantida. É também nesse tipo de freguesias onde nós notamos alguns indicadores desenvolvimento social mais frágeis. Portanto, tem de haver aí também alguma preocupação de se procurar construir essas respostas de proximidade. Agradeço muito essa intervenção que é absolutamente pertinente. E, claro que, a nossa obrigação é procurar que isto não caia em saco roto e que nós consigamos com mais ou menos dificuldade encontrar solução para tudo ou para algumas dessas questões. Que eu acho que são muito interessantes. Que não sei se resolvem com uma desagregação de freguesias. Mas que, efetivamente, são questões que importa trabalhar e que fazem todo o sentido. Muito obrigado. =====

*===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====*

===== Podemos concluir a nossa Assembleia. Quero agradecer a vossa participação, ao público, à imprensa, aos Senhores Vereadores, aos membros da Assembleia, aos colegas de Mesa, um carinho muito especial aos nossos técnicos que permitiram que esta que esta Assembleia decorresse com a melhor qualidade possível, à doutora Margarida e à equipa de Apoio à Assembleia, estes arranjos, mimosinhos de Natal. Que esta quadra de Natal nos propicie momentos felizes, momentos de paz, momentos de tranquilidade, que todos estamos a precisar. Muito obrigado. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 20 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =

Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário